

Ryanne Freire Monteiro Bahia

O POBRE NA LITERATURA: ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA OBRA O CORTIÇO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia

Orientadora:
Prof. Dra. Isabelle Braz Peixoto da Silva

**Fortaleza
2012**

Monteiro Bahia, Ryanne Freire.

O pobre na literatura: análise sociológica da obra O cortiço/ Ryanne Freire Monteiro Bahia.

120f:il;31cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Curso de Mestrado, Fortaleza (CE), 2012.

Orientação: Prof. Dr. Isabelle Braz Peixoto da Silva.

1-.Pobreza. 2-.Sociologia da literatura. 3-O Cortiço.

I.SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. II.Título.

CDD 450

Ryanne Freire Monteiro Bahia

O POBRE NA LITERATURA: ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA OBRA O CORTIÇO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

APROVADA EM ____ / ____ / ____

**Prof. Dr. Isabelle Braz Peixoto da Silva
(Orientadora)**

**Prof. Dr. Antônio George Lopes Paulino
(1º Examinador)**

**Prof. Dr. Alba Maria Pinho de Carvalho
(2ºExaminadora)**

**Prof. Dr. Roberta Manuela Barros de Andrade
(3ºExaminadora)**

**Fortaleza
2012**

Dedico este trabalho a minha família.

AGRADECIMENTOS

Devo agradecer minha mãe, em especial, pois sem ela esta monografia não se realizaria. Porque sem ela eu sequer haveria ingressado na universidade. Foi ela a grande incentivadora dos meus estudos desde a mais tenra infância.

À minha família de Cascavel: papai, e meus muito amados irmãos: Rômulo e Tuane com quem tive estimulantes discussões acadêmicas. À minha família de Fortaleza.

A meu marido, Ítalo Bahia, pela paciência e eterno e incondicional apoio à minha vida acadêmica, sem a compreensão do qual esta não lograria êxito. Com quem travei inúmeros debates sobre os mais variados temas, meu filósofo político de plantão!

À minha querida e competente orientadora Isabelle Braz. Que esteve comigo nessa longa caminhada, cheia de idas e vindas teórico-metodológicas. A quem certamente atormentei bastante com meus e-mails constantes e telefonemas insistentes.

Aos professores que participaram de minha formação escolar e acadêmica: Linda Gondim, que me auxiliou bastante na disciplina seminário de dissertação, ao professor Domingos Abreu que conheci ainda na graduação, aos professores com os quais convivi durante o mestrado: Andréa Leão, Rejane, Peregrina, Crístian Paiva e em especial aos professores responsáveis diretos por tornar esse momento possível: Professora Alba Pinho, professor George Paulino, que contribuíram de forma decisiva para esse trabalho por meio de seus apontamentos durante o exame de qualificação, os quais me guiaram e que busquei seguir. Agradeço também de modo especial a professora Manuela Barros por aceitar meu convite para contribuir com essa dissertação na banca de dissertação.

Os meus estimados colegas de mestrado, essa turma maravilhosa com quem tive a sorte de conviver: um abraço a todos!

Ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia, e todos os seus funcionários que sempre nos auxiliaram com boa vontade e disposição, em especial ao Aimberê, nosso guru, sem o qual estaríamos perdidos.

Ao CNPq pelo suporte financeiro que tornou possível o sonho de sobreviver fazendo aquilo que gosto.

“A obra é um mundo, e que convém antes de tudo pesquisar nela mesma as raízes que a mantém como tal.”

Antonio Candido

RESUMO

O objetivo geral desse trabalho é produzir uma leitura possível sobre a representação do pobre por meio do romance *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo. Questiona-se: De que forma o pobre surge sob a perspectiva Aluisiana? Que construtos simbólicos ela define e fortalece? O primeiro capítulo apresenta de forma sucinta a filiação intelectual de Aluísio Azevedo: o naturalismo, assim como descreve o campo de estudos. No capítulo dois, encontra-se a fundamentação teórica acerca dos eixos analíticos que sustentam a discussão, a saber: representação social, sociologia da literatura e pobreza. O terceiro capítulo marca o início da análise de dados propriamente dita. Nesta, a pobreza é exposta através dos conceitos de estigma social de Erving Goffman e de distinção social de Bourdieu, amparados nos estudos de Sevcenko. O quarto capítulo trata da antinomia entre disciplina para o trabalho e vadiagem, recaindo na associação imediata entre classes pobres e classes perigosas. No capítulo cinco, são apresentadas as teorias raciais do século XIX e sua influência direta da escrita da obra *O Cortiço*. À guisa de uma conclusão, é possível afirmar que o pobre é representado por ,pelo menos, duas correntes interpretativas : a de vítima da estrutura social, e a de sujeito responsável por seu estado de penúria. A pobreza é um estigma que representa uma forma de violência simbólica. Na contemporaneidade, pobre é aquele que necessita de auxílio, seja por intermédio do poder público, seja pela da caridade civil. Pensadores como Serge Paugam e Georg Simmel compreendem a pobreza pelo viés da tutela, do assistencialismo. O presente estudo problematiza a pobreza na perspectiva de Anthony Giddens, como algo dotado de um valor subjetivo, o qual não pode ser mensurado unicamente por meio das estatísticas da pobreza, mas pela percepção dos próprios atores sociais. De forma específica, buscaremos expor discursos, as ditas “produções de verdade”, sobre a pobreza, percebendo com isso as metamorfoses conceituais atinentes ao sentido da pobreza; bem como o pobre deixou de representar uma conexão com o divino, através da economia de salvação na Idade Média para transformar-se no estorvo, obstáculo da modernização. A pobreza é um problema complexo, possuindo raízes históricas, políticas e econômicas. Com esse texto, procuramos incitar uma reflexão sobre o pobre, sujeito social e sua teia de significações, as quais ele está vinculado por sua simples condição. A concepção literária adotada na análise neste trabalho é a perspectiva mediadora, a qual seria um meio termo entre a visão materialista e a estética ou idealista. Ela admite a criatividade do autor, a inventividade, mas permeada por idéias, sentimentos e questões relativas a um contexto de produção que é social e histórico.

Palavras-chave: Pobreza. Estigma social. Sociologia da literatura.

ABSTRACT

The aim of this study is to produce a reading as possible about the poor representation of the novel through the work of Aluísio Azevedo. One wonders: How the poor arises from the perspective of Aluísio Azevedo? Symbolic constructs that it defines and strengthens? The first chapter briefly presents the intellectual affiliation Aluísio Azevedo: Naturalism, as well as describing the field of studies. In chapter two, is about the theoretical shaft supporting the analytical discussion namely: social representation, literature and sociology of poverty. The third chapter marks the beginning of the data analysis itself. This poverty is exposed through the concepts of social stigma of Erving Goffman and Bourdieu's social distinction, supported in studies of Sevcenco. The fourth chapter deals with the contradiction between work and discipline for truancy, falling in for immediate association between poor grades and dangerous in chapter five presents the racial theories of the nineteenth century and its influence directly the work of writing the *Slum*. Poverty is a stigma that represents a form of symbolic violence. In contemporary times, is poor who needed assistance, whether through public or charity sector. Serge Paugam thinkers like Georg Simmel and understand the perspective of poverty tutelage, welfarism. This article discusses poverty from the perspective of Anthony Giddens, as something with a subjective value, which can not be measured solely by the statistics of poverty, but by the perception of social actors themselves. Specifically, we will seek to expose speeches, the so-called "production of truth" on poverty, thus realizing the metamorphosis for the conceptual meaning of poverty, like the poor stopped representing a connection with the divine through the economy of salvation in Middle Ages to become the hindrance, obstacle modernization. Poverty is a complex problem, and has historical roots, political and economic. With this text, we urge a poor reflection on the subject and its web of social meanings, which he is bound by its simple condition. The design adopted in literary analysis in this work is the mediator perspective, which would be a good compromise between aesthetic and materialistic view and idealistic. She admits the author's creativity, inventiveness, yet pervaded by ideas, feelings and issues relating to a production environment that is social and historical. By way of a conclusion, it can be said that the poor are represented by at least two interpretive trends: a victim of the social structure, and the subject responsible for his state of penury. In both cases, revealed traces of a colonial representation.

Keywords: Poverty. Social stigma. Sociology of Literature.

SUMÁRIO

Introdução	12
Justificativa: por que trabalhar com obras literárias?	15
1 Metodologia e explanação preliminar da obra	19
1.1 Aluizio Azevedo e o campo literário	21
1.2 Explanação do campo: a obra	25
2 Discussão teórica acerca das representações sociais, sociologia da literatura e o pobre nas teorias sociológicas	30
2.1 Considerações acerca das representações sociais	30
2.1.1 <i>Do conceito de representação</i>	32
2.2 Reflexões sobre sociologia e literatura	37
2.3 Algumas concepções sobre a pobreza	44
2.4. Breve história da pobreza	58
3 Entre o estigma e o desejo de distinção: o desejo de distinguir-se das práticas populares nas personagens de O Cortiço	65
3.1 Miranda e João Romão: entre o capital econômico e o simbólico	74
3.2 A reconversão do capital econômico para o simbólico	76
3.3 Táticas de sobrevivência	79
4 Da associação entre pobreza e marginalidade em O Cortiço	81
4.1 Da disciplina para o trabalho ao vagabundo como bandido em potencial	82
4.1.1 <i>Resistência do vagabundo</i>	84
4.2 O vadio e “o capoeira” (Carapicus e Cabeças de gato)	87
4.3 Cortiço: a morada do pobre	91
5. O discurso raciológico no Brasil e sua influência na escrita da obra O Cortiço	100
5.1 Considerações teórico-metodológicas referentes ao uso do conceito de raça	100

5.2 Raça no discurso científico brasileiro	101
5.3 Bertoleza : A condição de mulher pobre, negra e escrava	106
5.4 O mestiço	110
Considerações Finais	114
Bibliografia	118

Introdução

“O mundo me condena e ninguém tem pena,
Falando sempre mal do meu nome,
Deixando de saber se eu vou morrer de sede ou eu vou morrer
de fome [...]”
Nessa prontidão sem fim, vou fingindo que sou rico,
Pra ninguém zombar de mim.”

Noel Rosa

O trecho da música Filosofia, de Noel Rosa, denota bem a relação entre arte e sociedade. Nele o autor incorpora uma personagem pobre que, para ser aceito, precisa fingir-se de rico. Sentimentos concernentes ao pobre são comumente expressos em manifestações culturais e artísticas como a música e a literatura, e é com essa última que faremos nosso estudo.

O presente estudo possui um caráter eminentemente interdisciplinar, pois conduzimos esse “artesanato intelectual”¹ com instrumentos teórico-metodológicos de diferentes áreas: sociologia, antropologia, política, psicologia, literatura, na medida em que forem necessários seus aportes. Nossa proposta é interpretar um fenômeno social, a saber, a representação sobre o pobre e com isso desejamos apreender que imagens foram produzidas sobre a pobreza no Brasil, no final do século XIX. Nosso campo é a literatura brasileira naturalista e como tal, analisaremos sua obra mais representativa: *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo. A escolha da obra em lide se deve a dois aspectos: um referente ao conteúdo e outro relativo à forma e é por ela que começaremos nossa exposição.

A forma se refere ao estilo literário e estético da narrativa, e *O Cortiço* é a obra na literatura brasileira que mais reúne características do naturalismo clássico, tendo a mesma sido escrita com a intenção de “revelar” problemas sociais existentes, sendo por Goldmann (1989) considerada como um documento histórico. Concernente às características internas do documento, temos o conteúdo da obra que se propõe a relatar o cotidiano das classes populares cariocas no último quarto

¹ Referência a White Mills.

do século XIX. Aluísio descreve o momento do surgimento e eclosão das moradias populares denominadas cortiços e com isso enfoca o eixo central de nosso trabalho, a pobreza.

Nesta breve introdução, é pertinente esclarecer algumas questões próprias de nossa abordagem. Até o presente momento, mencionamos três eixos centrais que perpassam essa pesquisa: representação (no sentido de cenas do cotidiano ficcionais transformadas em texto), pobreza e literatura. Uma questão delicada é o enfoque que damos à pobreza. Diferentemente de boa parte das abordagens encontradas no levantamento bibliográfico (GUIMARÃES, 2000; ARAÚJO, 1996) que trabalham com a categoria de pobreza através de métodos quantitativos, não temos por objetivo categorizar o pobre por meio de sua renda; mas sim pela percepção dos sujeitos pobres e aqueles que os vêem. Trata-se de uma abordagem subjetiva da pobreza. A subjetividade que pretendemos captar se refere a algo que foge à fria estatística, ou à exatidão dos estudos econômicos. Não objetivamos afirmar com isso que tais subsídios quantitativos não sejam relevantes ou que não sejam pertinentes ao estudo da pobreza. A pobreza possui inegavelmente uma dimensão econômica, mas diversos trabalhos ocuparam-se da compreensão dessa esfera. O que desejamos analisar são as negociações, as improvisações, tensões dos sujeitos envolvidos na pobreza, suas artes de fazer. (Certeau, 2010).

Os tipos humanos construídos por Aluísio Azevedo são auto-identificados como pobres, mas, no entanto, estes criam hierarquias entre si baseadas em outros valores, outros capitais, como o intelectual e o estético. Desse modo, observamos distinções qualitativas entre os sujeitos: o trabalhador e o vadio, a erudição e o saber popular, por exemplo. Por esse motivo, adotamos, para compreender estas diferenciações, o conceito de Pierre Bourdieu (2008) de distinção social².

Uma outra questão, é que nosso estudo não é uma crítica literária. Ele vai ao encontro de uma etnografia do texto, um estudo interpretativo dos fenômenos culturais, sociais e históricos contidos na obra (DARNTON, 2006). Em *O Grande Massacre dos Gatos*, o Historiador Robert Darnton (2006), influenciado por Geertz

² Esse aspecto foi trabalhado no capítulo 3.

com quem conviveu e trabalhou, utiliza a expressão-conceito, argumentando que “o historiador etnográfico estuda a maneira como as pessoas comuns entendiam o mundo” (DARNTON, 1996, p.14). A etnografia do texto é utilizada como uma ferramenta, um instrumento interpretativo que busca, mediante fontes documentais e literárias, acessar as mentalidades de um determinado período histórico. É nesta perspectiva que também faremos uso da etnografia do texto como uma espécie de instrumento de coleta de dados.

Caminhando com o conceito de distinção social, fizemos uso do conceito de estigma social³ de Erving Goffmann (1988). Lidamos, então, com a tensão entre distinção e estigma social. Durante toda a pesquisa, estamos dialogando com vários autores em busca de uma interpretação sociológica da representação do pobre em *O Cortiço*. Mas que visão de pobre será utilizada nessa pesquisa, que definição adotar? Pergunta capciosa e, sobretudo *pseudo* pergunta. O que desejamos inserir na pesquisa não é a nossa opinião sobre as teorias sociais sobre o pobre (sujeito) ou sobre a pobreza, como indicador social, adotada para fins de planejamento público, onde o pobre é visto em termos de unidade da população. O que nos interessa é qual a visão de pobre que se destaca na obra *O Cortiço*. Por que descobrir isso é importante? Qual é, afinal, a contribuição dessa pesquisa? Como a literatura não é destacada do contexto social, buscamos compreender como essas imagens do pobre e os construtos associados à pobreza são expressos na obra de Aluísio de Azevedo.

Outro ponto a ser esclarecido quanto aos objetivos desse estudo é que não estamos tentando criar uma teoria da pobreza. Portanto, alguns elementos surgem no referencial teórico e na revisão de literatura, porque os mesmos surgem no texto literário. Um exemplo seria a associação entre negritude/mestiçagem e pobreza. Na literatura acadêmica que toca a temática da pobreza no Brasil, a relação entre pobreza e etnia surge de forma contundente; não citar isso nessa dissertação seria enviar o trabalho, e de forma bastante explícita. Identificamos essa relação em Gilberto Freyre (1961), Sidney Chalhoub (1996) e Joel Rufino dos Santos, o mesmo

³ Esse aspecto foi trabalhado no capítulo 3.

ocorrendo em estudos sobre violência e segregação. É o que poderíamos chamar de variável constante. O que não significa que nosso trabalho seja sobre negritude.

Por que trabalhar com obra literária?

Na introdução de *O saber Local*, Clifford Geertz (1997) declara:

Dez anos atrás, a sugestão de que fenômenos culturais pudessem ser tratados como sistemas significativos, capazes de propor questões expositivas, *era muito mais alarmante* para os cientistas sociais do que é agora, visto sua tendência a serem alérgicos a qualquer coisa literária e inexata. (GEERTZ, 1997, p. 9, grifo nosso)

O autor destaca no trecho acima que a possibilidade de trabalhar com fontes literárias era vista com desconfiança entre os cientistas sociais, fenômeno este que, apesar de ter sido atenuado, como ressalta, permanece sob suspeita. Tentamos elencar alguns motivos que em nossa perspectiva, justificam essa opção metodológica. Para Joel Rufino dos Santos, (2004) a literatura se mostra bastante adequada para que possamos trabalhar com a pobreza.

Não acho como tantos cientistas sociais, que pobre seja uma categoria imprecisa, embora reconheça sua pouca valia para a sociologia acadêmica. [...], pobre não passa de um conceito e a sociologia prefere, em geral, trabalhar com categorias precisas- classe, *status*, grupo de renda, estamento etc. Em defesa do seu código de análise, nega à idéia de pobres, que só pode ser aflorada pela literatura- como bem reconheceria, aliás, um sociólogo insuspeito como Pierre Bourdieu. (RUFINO DOS SANTOS, 2004, p. 29)

Rufino dos Santos (2004), seguindo uma linha crítica semelhante à de Geertz (1997) reconhece que a Sociologia clássica, que ele denomina de acadêmica, tem dificuldades de aceitar o literário como fonte relevante para um estudo científico. Isso nos remete aos primórdios da afirmação da Sociologia como ciência, quando a mesma, para se identificar como saber útil à sociedade, negava sua interação com o meio literário (LEPENIES, 1996). Tal como Rufino (2004) nos conta, pobre é um

conceito impreciso e difícil de utilizar no trabalho de campo, uma vez que chamar alguém de pobre é muitas vezes, ofendê-lo. Durante a graduação, passei por uma experiência esclarecedora a esse respeito. Realizei uma pesquisa no Serviço de Proteção ao Consumidor (PROCON) de Fortaleza onde a simples pergunta sobre a renda dos participantes era motivo de olhares desconfiados e por vezes ferozes para as entrevistadoras, sem falar nas fugas dos sujeitos da pesquisa. Ser supostamente reconhecido como pobre em um ambiente público parecia motivo de vergonha, ou simplesmente fazia com que os entrevistados se sentissem humilhados. Percebi que seria muito penoso e até injusto identificar os sujeitos da pesquisa enquanto pobres, através de sua renda.

Observei que seria mais adequado que os atores sociais identificassem a si mesmo enquanto pobres, ou seja, saí de uma abordagem estruturalista para uma fenomenológica. Em algumas pesquisas, o que importa é o que as pessoas pensam que são, e as ações que derivam dessa crença. No caso do pobre, isso se aplica de forma plena. É importante dizermos que a crença dos indivíduos é formada pela socialização primária, os saberes imediatos que são aprendidos na família, por exemplo, e a socialização secundária, o que os sujeitos aprendem por meio de uma esfera mais ampla de socialização, tais como no trabalho, no culto/ igreja/ umbanda, na escola etc. (BERGER; LUCKMANN, 2008). Simplificando, o que sabemos sobre nós mesmos é uma realidade que construímos com os outros, que nossos pais nos ensinam e que a escola, o emprego, a faculdade corroboram ou negam. Essas esferas sociais; de certa forma, editam nosso senso estético e moral. Tudo isso é social, e assim como Norbert Elias (1994) exprime em *A sociedade dos indivíduos*, o indivíduo é configurado, ele é representativo de sua sociedade e de seu tempo. O mesmo podemos dizer das obras literárias. Não por acaso, Elias (1996) adotou em *O Processo Civilizador*, volume 1, livros de etiqueta como fontes de informação, para inteira-se sobre um período, o qual não vivenciou. Sua intenção era captar o longo processo de transformação dos costumes. No caso de nossa pesquisa, o objetivo é observar como o pobre era percebido pela sociedade brasileira durante o final do século XIX, a partir da obra *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo e em nossas considerações finais, refletimos sobre como essa percepção ainda ecoa na contemporaneidade .

Apresentamos, a seguir, a forma como organizamos essa pesquisa. No primeiro capítulo, identificamos a metodologia e discorremos brevemente sobre nosso campo, tentando situá-lo literária e historicamente; por isso introduzimos o autor e o naturalismo no Brasil. No capítulo seguinte apresentamos nossa perspectiva sobre representação e produzimos uma concisa revisão de literatura sobre sociologia da literatura e o pobre, discutimos sociologicamente algumas teorias sobre o pobre e expomos um pequeno histórico sobre o conceito, com o objetivo de mostrar as mudanças de sentidos que o mesmo foi sofrendo ao longo do tempo.

No terceiro capítulo, apresentamos um pouco do contexto histórico da obra literária e discutimos o desejo de diferenciação social, à luz do conceito de distinção social, de Pierre Bourdieu. Problematizamos as estratégias de construção de hierarquias entre os moradores do cortiço, e percebemos que capitais são valorizados em um meio social onde o capital financeiro é escasso. Discutimos ainda em contraponto à distinção, o estigma social.

O quarto capítulo disserta acerca da associação entre pobreza e marginalidade no Brasil. Busca demonstrar a construção oportuna do conceito de *classes perigosas*, e como esta vem ao encontro da ideologia capitalista e da “guerra ao vagabundo” (CHALHOUB, 1996). Este capítulo ainda discute a relação entre disciplina, trabalho, subversão e violência, que advém das repressões contra as ditas classes perigosas sendo no Brasil sinônimo de classes pobres. Tudo isso será feito tomando como referência as problemáticas apresentadas na obra *O Cortiço*.

O quinto capítulo analisará a presença do discurso raciológico no Brasil, sendo esta condição essencial para a interpretação da obra de Aluísio Azevedo. Há no texto de forma bastante ostensiva um vestígio das discussões sobre as raças em nosso país. O Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, não adotou uma identidade bi racial, ou seja, não se identificou como um país de negros e brancos, mas sim como um país miscigenado. O discurso raciológico pregava que os brasileiros adoeciam muito pelo fato de serem miscigenados, uma raça degenerada; visto que somente uma raça pura seria possuidora de grande vigor físico. Os primeiros intelectuais que se opuseram a esse discurso foram os higienistas. Estes

possuíam a crença de que o brasileiro se debilitava demasiadamente devido às péssimas condições sanitárias e ao contato com mosquitos. Esse discurso teria afetado a visão de Gilberto Freyre, em suas obras *Casa-grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*.

1 Metodologia e explanação preliminar da obra

Essa pesquisa segue uma abordagem qualitativa. Nosso campo é a literatura naturalista brasileira. Nossa proposta é fazer uma leitura da obra *O Cortiço*, em busca do significado da pobreza no ocaso do século XIX. Por isso, utilizamos como recurso metodológico, o que Robert Darnton (2006) nos propõe como recurso da leitura. “Se pode ler um ritual ou uma cidade, da mesma maneira como se pode ler um conto popular ou um texto filosófico. O método de exegese pode variar, mas, em cada caso a leitura é feita em busca do significado.” (DARNTON, 2006, p. XVI). Leitura é empregada por Darnton (2006) no sentido de interpretação.

A obra escolhida explicita com grande vigor o processo de pauperização das populações cariocas menos prestigiadas. É um retrato do processo de urbanização acelerada e de suas conseqüências. Registra, por assim dizer, o estigma da pobreza urbana.

Nosso procedimento inicial consistiu em um levantamento das fontes históricas, as quais se concentraram em material bibliográfico sobre o período que compreende o processo de surgimento dos cortiços até seu auge. Isso foi importante para percebermos a relação da obra literária com o contexto histórico ao qual a mesma se refere. Adotamos trabalhos historiográficos bem conceituados sobre a temática, entre os quais valem destacar: Sidney Chalhoub (1996) e Nicolau Sevcenko (1999). É importante ressaltar que ambos trabalham um período de tempo maior que o compreendido pela obra de Aluísio de Azevedo. Porém, como sua perspectiva é processual, podemos observar que a obra de Azevedo descreve fenômenos que são documentados décadas após o lançamento de *O Cortiço*. Como seria isso possível? Não se trata de adivinhação da parte do romancista e sim de ter captado os germes de um processo que ainda não se havia concluído. Norbert Elias (1993) nos adverte que alguns fenômenos históricos não são muito visíveis em seu início, pois somente com a passagem dos anos é possível delinear suas características próprias, descrevê-las e analisá-las sociologicamente. Desse modo, Azevedo descreveu de modo ficcional, uma realidade social; enxergou o surgimento

dos cortiços, as condições insalubres e até a demolição dos antigos cortiços para a construção de habitações melhoradas com a valorização do local. Não estamos, portanto, preocupados com a exatidão das datas, mas em captar o processo, acima descrito, o qual é exposto em *O Cortiço* e visível nas obras historiográficas.

Acerca da estrutura de nossas análises de dados contidas nos capítulos posteriores à metodologia, procedemos da seguinte forma: A obra *O Cortiço* foi lida e a partir das leituras realizadas foram produzidos fichamentos. A obra foi esquadrinhada por eixos temáticos, dentre os quais:

- Distinção social e estigma (Discutidos no terceiro capítulo).
- Associação entre pobreza e marginalidade; ideologia da disciplina para o trabalho x vadiagem. (Desenvolvida no capítulo quatro).
- Questão racial e presença do discurso raciológico. (Desenvolvida no capítulo cinco)

Aliada à interpretação do texto literário, realizamos paralelamente um estudo referente ao contexto histórico da obra, que é o mesmo contexto histórico de Aluísio Azevedo e ainda um levantamento de dados biográficos acerca do autor. Essas leituras foram importantes, pois nos ajudaram a perceber de que forma as ideologias da época perpassaram a escrita do texto mesmo ficcional, assim como, mediante o estudo concernente ao contexto histórico da época, captamos a profundidade da análise social feita por Azevedo. “Em muitos casos, a riqueza de detalhes que um romance pode fornecer sobre o comportamento social em diferentes contextos e épocas, em nada deixa a desejar em relação a determinados textos de produção acadêmica das Ciências Sociais” (PAULINO, 2011, p. 113)

Para a análise sociológica, adotamos um prisma multireferencial, trabalhando principalmente com os autores Pierre Bourdieu (1983; 1996; 2008), Erving Goffman (1988) e Renato Ortiz, (1994) Michel de Certeau (2011) entre outros autores.

1.1 Aluísio Azevedo e o campo literário

Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo trabalhou como romancista, caricaturista, jornalista, tendo ao final de sua carreira de escritor tornado-se diplomata. Nasceu em São Luís, no Maranhão, em 14 de abril de 1857, e faleceu em Buenos Aires, Argentina, em 21 de janeiro de 1913. É o fundador da Cadeira n. 4 da Academia Brasileira de Letras.

Quase todos os jornais da época tinham folhetins, e foi num deles que Aluísio passou a publicar seus romances. A princípio, eram obras menores, escritas apenas para garantir a sobrevivência. Depois, surgiu nova preocupação no universo de Aluísio: a observação e análise dos agrupamentos humanos, a degradação das casas de pensão e sua exploração pelo imigrante, principalmente o português. Dessa preocupação resultariam duas de suas melhores obras: *Casa de pensão* (1884) e *O cortiço* (1890). (Fonte: www.academia.org.br)

O autor de *O Cortiço* realizava verdadeiros trabalhos de campo, no sentido em que partia para conhecer as pessoas, os tipos humanos que inspiravam seus romances. Foi um crítico dos costumes da burguesia e polêmico em suas obras. Apreciava retratar o cotidiano das classes populares e dos grupos subalternos. O que realizou em *O Mulato*, onde denuncia em plena campanha abolicionista, o preconceito racial no Maranhão, sua terra natal.

Sua obra se divide em duas partes: a primeira é a fase romântica, mais ao gosto da época em que escrevia e o que propiciou seu sustento durante a juventude. A fase seguinte foi a naturalista, que o tornou um clássico da literatura brasileira. Influenciada pelas obras de Émile Zola e Eça de Queirós. Sua obra mais marcante desse gênero é *O Cortiço*. No intuito de situar o leitor, apresentaremos brevemente algumas características do naturalismo em âmbito universal e nacional.

O termo naturalismo é composto pela junção das palavras natural + ismo e em filosofia, tem como sentido uma doutrina segundo a qual nada possui um sentido metafísico. É na natureza onde o homem deve procurar respostas. Portanto, valoriza

as leis científicas, em detrimento das explicações religiosas. “Em literatura é a teoria de que a arte deve conformar-se com a natureza, utilizando-se de métodos científicos de observações e experimentação no tratamento dos fatos e das personagens.” (COUTINHO, 2004, p. 188)

O naturalismo em sua vertente literária originou-se na França durante a metade do século XIX. Recebeu fortes influências das concepções científicas da época, a saber: o darwinismo e o determinismo. As teorias evolucionistas de Spencer estão igualmente presentes no pensamento naturalista francês.

Na literatura e no teatro, o naturalismo adotou uma postura crítica focada nos problemas sociais. Para Zola (1995), principal expoente do naturalismo europeu, mesmo a escrita literária sob a óptica naturalista deveria por princípio adotar uma atitude científica, descrevendo problemas reais, tipos humanos reais através da ficção, assim como ele o faz em sua obra *Germinál*. Nesta obra, é evidente o caráter de denúncia contra a exploração de mineiros que sobrevivem em condições degradantes, e que por esse motivo trazem à tona sua animalidade em detrimento do humanismo. Para Émile Zola, “o autor tem de fazer personagens reais em um meio real, dar ao leitor um fragmento da vida humana”. O autor expõe sua postura, de certa forma positivista, ao destacar que para o naturalista “o senso do real é sentir a natureza e representá-la como ela é.” (ZOLA, 1995, p. 26)

O naturalismo segue a tendência de fazer dos romances um instrumento de luta contra valores, instituições, e o *status quo*. É freqüente a crítica contra a hipocrisia, o casamento, a igreja e a burguesia. O objetivo era abandonar o caráter apenas lúdico, de entretenimento e fazer parte de uma “provocação” contra o poder opressor.

No Brasil, foi nas últimas décadas do século XIX, em meio a um contexto histórico turbulento onde estão situadas a Abolição da escravatura e a Proclamação da República, que as escolas naturalistas e realistas abriram caminho. José Veríssimo (1998) ressalta que o naturalismo chegava ao Brasil quando na França já

se encontrava em franco declínio. O naturalismo brasileiro apresentou características próprias, como a valorização dos aspectos tipicamente brasileiros, afastando-se da matriz europeia comprometida com a representação das relações de poder. Antonio Candido (1987) afirma que Aluísio Azevedo foi um dos poucos escritores que optaram por seguir o modelo semelhante ao original francês, comprometido com a problematização da exploração, das desigualdades sociais e do racismo.

Fazem parte da fase naturalista de Azevedo: *O mulato*, no qual em meio à campanha abolicionista desvela o racismo na sociedade maranhense, da qual o autor fazia parte; *Casa de Pensão*, onde produz uma crítica aos costumes burgueses, e *O Cortiço*, sua mais célebre obra na qual nos deteremos mais adiante. Ficaria no limbo das classificações literárias o romance *O homem*, que para alguns autores teria um viés naturalista, e para outros autores, esta penderia mais para a produção folhetinesca.

Autores como Alfredo Bossi (2006) interpretam que *O Cortiço* fornece uma visão panorâmica da sociedade, o social tem predomínio sobre o individual. No referido romance, o personagem principal é o Cortiço. Livros anteriores do autor como *Casa de Pensão* e *O mulato* receberam críticas quanto à presença de traços românticos, no caso de *O mulato*, e excessos resultantes da influência de Zola, mas a obra *O Cortiço* foi um grande sucesso de crítica, sendo considerada a mais importante obra do naturalismo brasileiro.



Foto de Aluísio de Azevedo com um cortiço abaixo

Fonte: <http://www.guesaeerante.com.br>

Conforme a abordagem naturalista, o homem é visto dentro de sua animalidade, sendo um produto do meio social no qual está inserido. No caso do cortiço, as personagens expostas a um ambiente hostil desenvolvem comportamento violento, bem como expõem sua sexualidade de forma aberta. O homem é dominado por seus instintos como bem revela o excerto a seguir: “Sentia-se naquela fermentação sangüínea, naquela gula viçosa de plantas rasteiras que mergulham os pés vigorosos na lama preta e nutriente da vida, o prazer animal de existir, a triunfante satisfação de respirar sobre a terra.” (AZEVEDO, 1995, p. 17)

E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco. (AZEVEDO, 1995, p. 27)

Durante sua narrativa, Aluísio de Azevedo (1995) compara o cortiço a um organismo vivo. E seus personagens moradores do cortiço são retratados pelo viés biológico e social, sendo estas duas esferas inseparáveis. Está explícita a visão do homem como espécie. E o próprio planejamento em relação ao cortiço se faz com base nesse parâmetro. Não por acaso, João Romão constrói o mínimo de latrinas, uso comunitário das pias etc. Não há conforto, há somente o suficiente para seres vivos sobreviverem, atenderem suas necessidades enquanto seres meramente biológicos.

1.2. Explicação do campo: a obra

O cortiço João Romão foi uma estalagem que se originou com uma estrutura arquitetônica bastante desconfortável. As casinhas alugadas mais pareciam quartos; eram pequenas e nelas viviam famílias inteiras. Conquanto a estrutura precária, eram bastante solicitadas devido à proximidade do local de trabalho (a pedreira para os homens) e dispunha de tinhas (tanques para lavagem de roupa) para que as mulheres trabalhassem. Havia também a venda de João Romão que fornecia os suprimentos alimentares à população local, inclusive, vendendo “fiado” e ainda dispunha empréstimo financeiro para seus clientes. João Romão era o dono da pedreira, do comércio e da estalagem.

E, enquanto, no resto da fileira, a Machona, a Augusta, e a Leocádia, a Bruxa, e Marciana e sua filha, conversavam de tina a tina, berrando e quase sem se ouvirem, a voz um tanto cansada já pelo serviço, defronte delas, separado pelos jiraus, formava-se um novo renque de lavadeiras, que acudiam de fora, carregadas de trouxas, e iam ruidosamente tomando lugar ao lado umas das outras, entre uma agitação sem tréguas, onde se não distinguia o que era galhofa e o que era briga. E de todos os casulos saíam os homens para as suas obrigações. Por uma porta que havia ao fundo da estalagem desapareciam os trabalhadores da pedreira, donde vinham agora o retinir dos alviões e das picaretas. (AZEVEDO, 1995, p. 43)

A permanência de uma pequena população em um espaço diminuto provocava constante barulho e confusão no ambiente.

Uma algazarra medonha, em que ninguém se entendia! Cruzavam-se conversas em todas as direções, discutia-se a berros, com valentes punhados sobre as mesas. E sempre a sair, e sempre a entrar gente, e os que saíram, depois daquela comezaina grossa, iam radiantes de contentamento, com a barriga cheia, a arrotar. (AZEVEDO, 1995, p. 46)

Em várias passagens da obra *O Cortiço*, fica patente a vertente naturalista de Azevedo. Em um dos trechos acima e em muitos outros momentos da obra, o autor se refere ao comportamento social das personagens com alguma comparação ao comportamento animal, por exemplo: “E de todos os casulos saíam os homens para as suas obrigações.” Outro ponto que marca sua escrita é a perspectiva de que conhecendo o meio (ambiente), conhecerás também o comportamento social.



Cortiço típico do final do século XIX

Fonte: <http://www.literaturabrasileiraporsegiusgonzaga>

Antes de adentrarmos na análise de dados é importante apresentarmos um resumo da obra *O Cortiço*, publicada originalmente em 1890. Esta, narra a história de João Romão, português migrado para o Brasil, que utilizou de todos os artifícios para prosperar na vida: sempre roubando nas pesagens da balança em sua venda; construindo as casinhas que formaram seu cortiço por meio de material de construção roubado; mentindo e enganando seus subalternos. É no Cortiço São Romão que se desenvolve a trama de Azevedo. Surgem para habitá-lo lavadeiras, trabalhadores das proximidades, capoeiras, imigrantes portugueses e nordestinos. A obra descreve o cotidiano de pessoas pobres que residem no São Romão, e sua relação com a elite, incomodada com os hábitos e modos de vida dos populares. Apesar de haver muitos personagens importantes, podemos destacar João Romão, dono do cortiço; a negra Bertoleza amante de João Romão, Rita Baiana, emigrante nordestina e Jerônimo, imigrante português, porém também surgem com frequência no texto as personagens Pombinha e Paula, D. Isabel, Miranda, Estela, Libório,

Firmo . Para além do enredo do texto, é interessante notar o modo como a obra foi escrita. Renato Ortiz (1994), no capítulo denominado *Da raça à cultura: a mestiçagem e o nacional*⁴ aponta para a influência do discurso raciológico nos intelectuais brasileiros e acaba citando *O Cortiço* como exemplo.

O destino que Aluísio de Azevedo reserva a um dos personagens centrais da trama literária, Jerônimo, é exemplar. Jerônimo imigrante português, chega ao Brasil com todos os atributos conferidos à raça branca: força, persistência, previdência, gosto pelo trabalho, espírito de cálculo. Sua inspiração básica: subir na vida. Porém, ao se amasiar com uma mulata (Rita Baiana), ao se ‘aclimatar’ ao país (troca a guitarra pelo violão baiano, o fado pelo samba) ele se abrasileira, isto é, torna-se dengoso, preguiçoso, amigo das extravagâncias, sem espírito de luta, de economia e ordem. (ORTIZ, 1994, p. 39)

Ainda para esse autor (1994), ao mestiço são atribuídas características não promissoras ao desenvolvimento capitalista: o mestiço é sensual, festeiro, prefere gastar suas energias no pagode ou na capoeira do que no exercício do trabalho remunerado, gasta mais do que pode; em suma, é mais emocional que racional. Renato Ortiz (1994) analisa a questão do desprestígio dedicado aos negros e mestiços e a valorização da raça branca.

No início do romance Jerônimo ocupa a mesma posição social que João Romão; outro português que participa também das qualidades étnicas da raça branca. É bem verdade que Aluísio apresenta João Romão com grande desprezo; ele não se deixa seduzir pelo caráter alegre e sensual do mulato brasileiro. No entanto o desfecho do romance é parabólico. João Romão calculista e ambicioso, ascende socialmente no momento em que se distancia da raça negra (ele se desvencilha da negra Bertoleza, com quem viveu grande parte de sua vida); Jerônimo, ao se abrasileirar, não consegue vencer a barreira de classe, e permanece “ mulato”, junto à população mestiça do cortiço. (ORTIZ, 1994, p. 39)

⁴ Este capítulo faz parte da obra: ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

A interpretação de Ortiz (1994) percebe em *O Cortiço*, uma forte presença das disputas ideológicas que buscavam criar uma identidade para o brasileiro. Essa forma de escrita e maneira como os personagens são apresentados, sua identificação étnica e os construtos a ela atrelados serão contemplados em nossa análise. Para facilitar a leitura da dissertação, disponibilizamos abaixo um quadro de referência, apresentando alguns dos personagens de *O Cortiço*. Os principais estão expostos abaixo e serão melhor descritos dentro das análises. Não será possível apresentar a todos os que figuram na obra, pois são inúmeros os personagens que aparecem poucas vezes na história.

João Romão: Dono do cortiço São Romão, da pedreira e da venda. Homem desonesto e inescrupuloso

Bertoleza: Escrava que se acreditara alforriada, vivia e trabalhava (sem remuneração) para e com João Romão

Miranda: Vizinho do cortiço São Romão, enriqueceu, através do casamento com Estela.

Estela: Esposa declaradamente adúltera de Miranda

Zulmira : Filha de Miranda e Estela. É cortejada por João Romão unicamente por sua origem e posição social

Rita Baiana: mulata decidida, festeira e provocante. Relaciona-se com Firmo, mas após a morte deste, tornou-se concubina de Jerônimo.

Firmo: praticante de capoeira, amante de Rita em parte da trama.

Jerônimo: português, inicialmente muito trabalhador, com o convívio com Rita vai tornando-se menos disciplinado ao trabalho para dedicar mais atenção à sua amante, pelo amor da qual abandona esposa e filha.

Piedade: esposa portuguesa de Jerônimo, quando abandonada pelo marido, foi mendigar e morar no cortiço Cabeça de gato.

Senhorinha: filha de Piedade e Jerônimo

Libório: velho pedinte que morava no cortiço São Romão (Carapicu)

Bruno: marido de Leocádia, apesar das constantes traições da mulher, era muito apaixonado por esta.

Leocádia: moradora e lavadeira no cortiço São Romão.

Henrique: aventureiro rico que vai ao cortiço em busca de aventuras sexuais.

Pombinha: moça instruída, muito respeitada no cortiço, ao decorrer da estória, torna-se lésbica e prostituta.

Leónie: Prostituta financeiramente bem sucedida e lésbica. Não mora no cortiço, mas aparecia com freqüência em busca de Pombinha, a quem tornou prostituta.

Marciana: tem obsessão por limpeza

Florinda: filha de Marciana, após uma gravidez indesejada sai de casa

Paula: conhecida como Bruxa, guardiã da sabedoria popular, fazia rezas, curava doenças com remédios naturais

Augusta: Lavadeira no cortiço São Romão

2. Discussão teórica acerca das representações sociais, sociologia da literatura e o pobre na teoria sociológica

Este capítulo é dedicado a apresentação e discussão dos três pilares teóricos de nossa pesquisa, a saber: representação, Sociologia da Literatura e o pobre. Iniciamos nossa explanação, esclarecendo nossa interpretação sobre a representação social e o uso que faremos desse termo. Segue-se um panorama da relação entre Sociologia e Literatura, onde dissertamos sobre aspectos históricos e orientações teórico-metodológicas relacionadas ao tema. Para concluir, expomos algumas teorias sociológicas que se apropriaram do tema da pobreza, destacando a sua perspectiva subjetiva.

2.1 Considerações acerca das representações sociais

O termo representação, ou mesmo representação social é algo que compreende variadas significações. Fala-se em representação política, representação artística e cênica, dentre outros. Sem muito exagero, poderíamos considerar que a vida social é uma grande representação, sendo nessa direção que caminha o pensamento de Erving Goffman (1988). Isso ocorre pelo fato de representarmos o papel de professor, aluno, político, etc quando assumimos funções que nos são esperadas (geralmente), da forma como são esperadas, e, desse modo, colaboramos para a criação de representações a nosso respeito, sejam elas favoráveis ou não a nossa condição. Algumas dessas representações são extremamente dotadas de juízo de valor, como, por exemplo, a representação construída que associa de forma implacável a pobreza à marginalidade. (CHALHOUB, 1996)

Ângela Pinheiro (2006) percebe as representações sociais como construtores de categorias as quais foram gestadas no tecido social, sendo, portanto, estruturantes e estruturadas. Seriam estas “categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a.” (PINHEIRO, 2006, p. 35) As representações sociais são uma espécie de conhecimento

coletivamente engendrados e acabam por tornarem-se princípios norteadores de uma prática.

Se uma representação social é uma 'preparação' para a ação, ela não o é somente na medida em que guia o comportamento, mas, sobretudo, na medida em que remodela e reconstitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento deve ter lugar. (MOSCOVICI, 1978, p. 49)

As representações sociais possuem uma dimensão pertinente não apenas à esfera individual, mas pública principalmente. (JOVCHELOVICH, 1994) Através das representações sociais, criam-se categorias, esquemas interpretativos do mundo social, e, nesse aspecto, elas ocupam papel contundente nas ações dos sujeitos uma vez que as fundamenta e as justifica. "É através da ação de sujeitos agindo no espaço que é comum a todos, que a esfera pública aparece como lugar em que uma comunidade pode desenvolver e sustentar saberes sobre si própria, ou seja, representações sociais."(JOVCHELOVICH, 1994, p. 71). Estabelece-se uma relação íntima entre as representações sociais e a cultura política, posto que a segunda se aproprie da primeira para fomentar ações relativas às políticas públicas. Em nosso estudo, veremos de que forma a estereotipação do pobre, sua caracterização atrelada a construtos simbólicos desacreditadores, identificando as classes pobres como classes perigosas, favoreceu a ação do Estado contra o pobre morador do cortiço em 1890.

O sentido em que o termo é empregado nessa pesquisa pode ser traduzido da seguinte forma: Como o pobre aparece na literatura, de que forma sua imagem é construída, exposta no texto: O Cortiço, de Aluísio Azevedo.

O modo como um escritor cria seus personagens que representam a pobreza diz respeito ao modo como ele, um homem "configurado" (isto é, pertencente a um universo social e histórico), enxerga esse sujeitos, refletindo uma visão de uma sociedade da qual ele faz parte. Por outro lado, essas representações rompem ou confirmam estereótipos ou estigmas sociais. Conforme Luckmann e Berger (2008), essas construções simbólicas tendem a ser interiorizadas pelos atores sociais, mesmo os desfavorecidos por elas.

A interiorização neste sentido geral constitui a base primeiramente da compreensão de nossos semelhantes e, em segundo lugar, da apreensão do mundo como realidade social dotada de sentido. (LUCKMANN; BERGER, 2008, p. 174)

A análise de Luckmann e Berger (2008) é pertinente em função de fornecer um prisma interpretativo que parte do princípio de que a realidade social é construída. Para estes autores, os processos sociais são interiorizados fazendo com que o universo cognitivo do ator social construa num processo subjetivo a sua realidade. Para isso, cada sujeito passa por dois momentos de socialização: a socialização primária, a qual seria aquela adquirida na família, mais elementar, e uma socialização secundária, a qual “exige a aquisição de vocabulários específicos de funções, o que significa em primeiro lugar a interiorização de campos semânticos que estruturam interpretações e condutas de rotina.” (LUCKMANN; BERGER, 2008, p. 185) O que utilizaremos como fonte para nossa pesquisa são as representações produzidas ou expressas Aluísio Azevedo.

2.1.1 Do conceito de representação

Representação é um termo caro às Ciências Sociais, sendo amplamente utilizado em múltiplos objetos. Ao empreendermos uma reflexão acerca do conceito, não poderemos nos furtar de introduzir a perspectiva durkheimiana. Esta se faz presente especialmente na obra *As Formas elementares da vida religiosa* (1996), na qual o autor enfatiza o aspecto simbólico das relações sociais, ou melhor dito: analisa o fator social nos elementos simbólicos, místicos e religiosos. Na obra em lide, Durkheim buscou explicar através do estudo da religião (o totemismo) sua própria gênese: as formas de pensamento, os conceitos e classificações .

[...] ela [a religião] não se limitou a enriquecer com um certo número de idéias um espírito humano previamente formado; também contribuiu para *formar* esse espírito. Os homens não lhe devem apenas, em parte notável, a matéria de seus conhecimentos, mas igualmente a forma segundo a qual esses conhecimentos são elaborados. (DURKHEIM, 1996, p. XV, grifo nosso.)

Segundo Durkheim (1996), as categorias de pensamento são originárias da religião, e como esta é fruto do pensamento coletivo, é, portanto, social. O pensamento coletivo teria sido atribuído às religiões, porque para o autor, o homem de fé necessita professá-la, compartilhá-la. Religião implica reunião de semelhantes, comunhão de idéias, pensamento baseado na concepção do todo, bem como na idéia de universalidade: “Para que a sociedade possa tomar consciência de si e manter, no grau de intensidade necessário, o sentimento que tem de si mesma, é preciso que ela se reúna e se concentre.” (DURKHEIM, 1996, p. 466)

A escolha do totemismo como religião a ser estudada por Durkheim (1996) é explicada por ser esta a forma de religião mais simples, onde ficariam mais evidentes as manifestações elementares da mesma. Nas sociedades menos complexas existiria também uma forma de pensamento mais homogêneo. No entanto, todas as religiões apresentam os elementos básicos que estão igualmente inclusos no macrocosmo social.

Na base de todos os sistemas de crenças e de todos os cultos deve necessariamente haver um certo número de representações fundamentais e de atitudes rituais que, malgrado a diversidade das formas que umas e outras puderam revestir, em todas as partes têm a mesma significação objetiva e em todas as partes preenchem as mesmas funções. (DURKHEIM, 1996, p.208)

As categorias de pensamento tais como tempo, espaço, quantidade, entre outros são provenientes da religião, bem como as visões cosmológicas, as quais são tentativas de explicar os fenômenos naturais. Durkheim (1996) ressalta que mesmo essas categorias de pensamento como tempo e espaço são “coisas sociais”. As representações seriam então um sistema de idéias, as quais seriam utilizadas para expressar o mundo. O autor diferencia as representações individuais das coletivas. As primeiras estariam presentes nos processos intelectuais básicos: o modo como alguém apreende algo, adequando-se mais aos estudos da Psicologia. Por sua vez, as representações coletivas seriam mais que um somatório de representações individuais. Aquelas dizem respeito ao modo como o grupo concebe o mundo, é uma síntese *sui generes*, diferente das interpretações pessoais que variam; o rito e os símbolos coletivos tem significado universal compreensível a todos do grupo.

Marcel Mauss (1968), seguindo uma linha de pensamento próximo ao de seu tio Durkheim publica em 1921 no *Journal de Psychologie*, o artigo *A expressão obrigatória dos sentimentos*. Neste, o autor argumenta que o pranto, presente em cerimônias fúnebres é a expressão de um cumprimento de uma obrigação social. A forma como os grupos demonstram seus sentimentos é intimamente relacionada com uma dada temporalidade e uma sociedade específica. "Fazemos então muito mais do que manifestar os sentimentos: manifestamos aos outros, já que é necessário que lhes sejam manifestados e nós mesmos quando exprimimos aos outros e à intenção dos outros." (MAUSS, 1968, p. 81). Mauss (1968) compreende as representações ainda como produtos do social. Estes autores foram essenciais para o estudo do tema e suas contribuições são amplamente citadas nas revisões de literatura.

Contudo, o conceito representação é caro não apenas às Ciências Sociais, mas também a Psicologia Social, Lingüística e Estudos Culturais; entre os últimos, apontaremos um estudo de Stuart Hall (1997), no qual representação é compreendida em três abordagens. Reflexiva, intencional e construcionista. A primeira, como o nome indica, considera representação uma cópia, reflexão da realidade, expressando-se pelo princípio da lógica formal "uma coisa é igual a si mesma"; só é possível representar um objeto que exista no mundo. "O questionamento à abordagem reflexiva, posta por Hall (1997), se dá na medida em que o signo já é uma construção e não podemos operar com a materialidade com a qual o signo se conecta". (GUARESCHI; BRUSCHI, 2003, p. 100). O que Hall (1997) nos comunica é que não trabalhamos com a coisa em si, mas com o signo que a representa. Um exemplo consta na obra de René Magritte. O pintor desenha um cachimbo em uma de suas telas e escreve abaixo *Ceci n'est pas une pipe*, cuja tradução corresponde a: isto não é um cachimbo. E de fato não era realmente um cachimbo, mas apenas uma representação imagética do mesmo.

A segunda abordagem é a intencional, a qual segue o prisma oposto de interpretação da corrente anteriormente citada. A abordagem intencional concede todo o poder de designar o significado da representação ao seu criador, trabalhando com a idéia de "linguagem individual". Tal concepção traz em seu bojo um paradoxo

intransponível: a linguagem tem em sua imanência a comunicação, a qual, por sua vez, está imbricada ao conceito de construção social, coletiva, não havendo, portanto, a possibilidade de existência de uma linguagem produzida somente pela ação, vontade ou intenção individual.

Por último, a abordagem construcionista percebe o duplo caráter da linguagem. Esta é modelada e modeladora, ou tal como diria Bourdieu (1983) com relação ao poder simbólico: é estruturante e estruturada. A representação não é definida como um produto absoluto da vontade de um criador, nem tampouco da representação pura e objetiva do real. Um objeto ou fenômeno existente passa por uma interpretação do sujeito que a modela com sua subjetividade, ou como explica Guareschi Bruschi:

As 'coisas' não significam em si mesmas; nós construímos as coisas pela mediação da linguagem, usando sistemas representacionais, conceitos, signos. As práticas e processos simbólicos não podem ser confundidos com o mundo material, tampouco negá-lo, mas sim devemos referir que este mundo material não se separa da mediação do sujeito/ subjetividade ao mundo material. (GUARESCHI; BRUSCHI, 2003, p. 101)

Além da interpretação de Hall (1997), poderíamos frisar diversas outras concepções, cujo mote da discussão concentra-se no campo da linguagem com base na teoria de Saussure; na Psicologia Social, destacamos diversas teorias, sendo possível citar de Lacan a Moscovici (1961). Entretanto, por serem densas, e por ser tão vasto o seu campo, acreditamos extrapolar os objetivos de nossa pesquisa discutir todas essas teorias acerca das representações de modo mais profundo. Nossa proposta foi a de expor o cenário epistemológico do qual retiramos esse conceito e mostrar de que forma as Ciências Sociais se apropriaram do mesmo. Agora, indicaremos o caminho tomado nessa pesquisa, revelando a abordagem de representação que mais se aproxima de nosso viés de estudo: a representação social para Howard S. Becker (2009).

Em *Falando da Sociedade*: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social; expõe sua idéia do termo. Para Becker (2009) há vários modos de representar a realidade, seja por meio de um mapa, uma tabela, seja por estatísticas, documentários, entre outras formas. A palavra representação possui aqui um sentido *lato*. Na impossibilidade de apresentarmos a realidade em sua totalidade, esforçamo-nos por interpretar e analisar partes que a integram, tendo as representações sociais como os produtos desse esforço. Essas poderiam ser materializadas em uma exposição fotográfica, um romance, nas memórias dos atores sociais e nos trabalhos científicos, dentre os quais se incluem as produções das Ciências Sociais, e é sobre estes que Becker (2009) detém mais propriamente sua análise.

Os sociólogos e outros pesquisadores se propõem com suas pesquisas a adquirirem conhecimento, através das representações outrora produzidas, para então, engendrarem também as suas. Há um movimento dialético. “Assim, procuramos ‘representações’ da sociedade em que outras pessoas nos falam sobre essas situações, lugares e épocas que não conhecemos em primeira mão, mas sobre as quais gostaríamos de saber”. (BECKER, 2009, p. 18) Essa definição tem plena aplicabilidade para nossa pesquisa, uma vez que não estivemos presentes ao período compreendido em nosso estudo, não presenciamos as situações narradas, mas tal como Becker, cremos que o romance é campo fértil para uma análise do social.

Romances realistas da vida social com freqüência oferecem uma alternativa a um tipo semelhante de análise sociológica- alternativa que apresenta mais detalhes dos processos envolvidos e mais acesso ao pensamento rotineiro das pessoas envolvidas. Esta é uma das razões por que muitos sociólogos usaram romances como fonte de conhecimento social. (BECKER, 2009, p. 242).

Becker (2009) ressalta que não raro os cientistas sociais consideram-se os detentores legítimos do monopólio da “criação dessas representações, como se o conhecimento da sociedade que produzem fosse o único conhecimento ‘real’ sobre esse assunto.” (BECKER, 2009, p. 19) Ao conferir a outros atores sociais a

capacidade de produzir representações sociais, dedica um capítulo de *Falando da Sociedade* ao uso do romance como fonte para a produção do conhecimento sociológico, em *Jane Austen: o romance como análise social*. O sociólogo norte-americano afirma: “Os romances podem ter, portanto, além de suas qualidades como obras literárias, qualidades como análises sociais.” (BECKER, 2009, p. 242)

2.2 Reflexões sobre sociologia e literatura

No século XIX, desenrola-se na Europa, principalmente na França, na Inglaterra e na Alemanha, um conflito ideológico, entre literatos e sociólogos, pois ambos buscavam tornarem-se os orientadores da sociedade moderna. E é exatamente esse conflito ideológico que Wolf Lepenies (1996) aborda em seu livro *As Três Culturas*. Ao introduzir seu texto, o autor discorre acerca da relação entre literatura e sociologia, e de como a primeira contribuiu para a formação da segunda. Abordando autores clássicos da literatura, percebemos as semelhanças e diferenças entre as duas formas de conhecimento vigentes. É interessante observar a forma como o ideário científico foi se afirmando em detrimento do literário. Um exemplo seria a obra de Buffon *Historie Naturelle*, que no início do século XVIII fora valorizada e já no final deste mesmo século, desqualificada como sendo uma obra, cujo público alvo seria “mulheres e leigos”. Por outro lado, temos um grupo de literatos com evidente preocupação em “representar fielmente o social”. Entre estes, podemos citar Balzac, Zola e Flaubert. Até este momento, não havia uma separação precisa entre Ciência e Literatura, e a Sociologia se encontrava no dilema entre seguir uma abordagem mais literária, ou utilizar-se de um método mais próximo das Ciências Naturais.

No capítulo primeiro de sua obra, Lepenies (1996) fala de Auguste Comte, de curiosos aspectos da personalidade deste, de seus relacionamentos amorosos e de como estes fatores influenciaram na criação do positivismo, além das críticas a essa teoria e à influência que esta exerceu sobre importantes estudiosos como, por exemplo, Émile Durkheim. A princípio, Comte era um homem meticuloso: acreditava que sua obra possuía um enorme potencial, digno de continuar a obra de Descartes. Não lia jornais ou revistas, pois tinha medo de se “contaminar” com as idéias que

estes continham. Atribuía à mulher um papel de inferioridade até conhecer Clotilde de Vaux, a qual surge como um divisor de águas entre a primeira fase do positivismo, teoria científica, e a segunda, em que a teoria é considerada uma religião. Há, assim, uma mudança radical no pensamento comtiano, calcada em uma valorização dos sentimentos, agora equiparados ao intelecto e a razão, além de uma nova visão sobre a mulher e a literatura. Nessa nova fase, o positivismo teria por objetivo unificar o pensar, o sentir e o agir, organizando e aperfeiçoando a vida do homem, cabendo a arte o papel de mediar à relação afeto-razão. demasiadas foram as críticas a essa segunda fase de suas obras, de modo que a *Société de Sociologie* só considerava a sua primeira fase e o próprio Durkheim só se ligará a essa.

A Nova Sorbonne, que tinha por objetivo produzir um saber distinto da interpretação literária e das lucubrações filosóficas, representava uma Sociologia voltada para os rigores do método, oriundos da grande influência de Durkheim na referida universidade. *As Regras do Método Sociológico* foi uma espécie de manual para que desse vazão a um saber especializado. Reagindo a essas mudanças aparecem os artigos *Agathon*, escritos por um grupo de literatos, os quais criticavam na Sociologia a desvalorização da literatura e negligência com o estilo de escrita na instituição. Disputando um espaço na sociologia com Durkheim, surge Gabriel Tarde, o qual não possuía tantos discípulos, mas apresentava um estilo de escrita mais espontânea e dotada de uma “sensibilidade poética”, aproximando sua sociologia de uma abordagem psicossocial. (LEPENIES, 1996)

A teoria de Durkheim sobrepunha-se a de seus concorrentes por apresentar-se como uma ciência moral que poderia exercer, de forma eficaz, o papel da educação religiosa. Charles Péguy, que possuía uma loja de livros próxima à Sorbonne, criticava a sociologia justamente por acreditar que esta pretendia se tornar uma ciência moral. E para suas críticas apoiava-se em Henri Bergson, o qual propunha que a realidade não deveria se resumir a compreensão obtida por meio de frias análises. Um argumento de crítica à Sorbonne e à sociologia era que esta seria uma disciplina alemã e, assim, existiria a possibilidade de expansão da influência germânica na universidade francesa. A sociologia, que se propunha a explorar os problemas sociais pelo viés metodológico-formal entrava em conflito com a literatura,

que se propunha a representar o social, privilegiando o estilo fluido da escrita, e agradabilidade na leitura textual.

Os conflitos ideológicos entre admiradores do estilo de escrita mais flúido e agradável típico da escrita literária e os adeptos de uma escrita mais rigorosa, padronizada, focada nas regras do método possibilitaram que a Sociologia se afirmasse como algo que transita entre as duas formas, o que Lepenies (1996) denominou de terceira cultura.

Adentrando na sociologia da literatura⁵, esta teve início com duas correntes interpretativas: a primeira seria a perspectiva estética, a qual analisa a obra “por si”, negligenciando o contexto em que a mesma foi desenvolvida e privilegiando a imaginação do autor. Essa corrente de pensamento concebe a produção literária como uma esfera autônoma, e considera importantes os elementos estéticos. Nesse sentido, Goldmann (1989, p. 13) afirma que “as estruturas, categorias sobre as quais incide este gênero de sociologia literária constituem precisamente o que confere à obra a sua unidade, o seu caráter especificamente estético e, no caso que nos interessa, a sua qualidade propriamente literária”. Nessa corrente, estariam inclusos os formalistas russos e críticos literários do Leningrado, como também os linguistas russos.

A segunda é a abordagem materialista que, para Cândido (1967), foi bastante utilizada a partir da segunda metade do século XIX e consiste na relação entre a obra literária e os acontecimentos históricos, bem como o contexto social presentes na obra, ou seja, parte do princípio que uma obra literária representa um imaginário coletivo, ou o pensamento de um grupo social.

Nessa perspectiva, temos os pensadores marxistas, entre os quais devemos destacar Lukács (1999) como expoente de maior alcance, tendo influenciado

⁵ Neste trabalho, escolhemos a Sociologia da Literatura e não a Antropologia da Literatura, devido a Sociologia ser pioneira na adoção de obras literárias como fonte de pesquisa propiciando, assim, maior disponibilidade de trabalhos onde seja mais visível o trato teórico metodológico. Na Antropologia, encontramos abordagens em que o texto antropológico é analisado também como obra literária (é o caso de Geertz em *Obras e vidas: o antropólogo como autor*). Alguns trabalhos foram publicados em âmbito internacional, mas é uma produção mais escassa.

diretamente autores que são tidos como referência no tema, como Lucien Goldmann (1967). O materialismo histórico é o método que permeia tais abordagens. Segundo esse viés, toda obra literária tem não apenas uma correspondência com a realidade (análise do conteúdo da obra), mas também uma ideologia de classe presente no modo como a obra é escrita. É onde se questiona: para quem é ela é produzida, com que intenção? A contribuição maior de Lukács (2000) seria essa ênfase no caráter extrínseco à obra, a observação da forma, bem como um estudo historicista das condições sociais concernentes ao romance. Esse é o mote de *A alma e as formas* e *A teoria do romance*.

Posteriormente, surgiu a terceira concepção (adotada neste trabalho) que seria a perspectiva mediadora. Esta, como o próprio nome indica, seria um meio termo entre a visão materialista e a estética, ou idealista. Ela admite a criatividade do autor, a inventividade, mas permeada por idéias, sentimentos e questões relativas a um contexto de produção que é social e histórico. É o que nos explica Warwick (1989, p. 222)

O principal elemento desta teoria de um vasto alcance é a *Weltanschauung* – visão de mundo que é comum a um escritor e no grupo social de que faz parte e que pode encontrar expressões manifestamente apresentadas tanto no domínio da literatura como noutros domínios. Sem ser inteiramente determinada pelas condições sociais e econômicas, a *Weltanschauung* depende delas em ampla medida.

Entre autores que se enquadrariam nessa terceira concepção, poderíamos incluir Pierre Bourdieu, cuja obra mais explicitamente dedicada a essa temática seria *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário* (1996); e Mikhail Bakhtin (1993). O primeiro partindo de uma metodologia mais estruturalista, e o segundo concentrando-se em um método dialógico. Apresentaremos brevemente os dois expoentes.

Bakhtin em seu livro escrito com Medvedev critica a metodologia formal adotada pelos russos nos estudos literários em *O método formal dos estudos literários*. Os autores denunciam a não proficiência de um estudo que separa a forma do conteúdo. Como nos informa Robert Stam (1992, p. 23)

Para Bakhtin, não há significado externo à comunicação social geral. A literatura reflete, ou melhor, retrata o conjunto do horizonte ideológico do qual ela própria faz parte. Retrata os discursos circundantes de outras esferas ideológicas, e por sua vez incide sobre outros discursos.

Na visão de Bakhtin (1993), uma obra literária se define por fatores internos a ela, como as regras formais de escrita, os estilos, a linguagem, e externos a ela como variados fatores relativos ao contexto social da obra, sendo essa separação apenas didática. O autor enfatiza que os fatores internos freqüentemente se tornam externos, assim como o inverso também é verdadeiro, tratando-se, assim, de uma perspectiva dialética.

Em Bourdieu (1996), identificamos uma sociologia da obras; o sociólogo francês produz uma sociologia que, ao mesmo tempo, fornece uma autonomia ao campo literário, percebendo suas especificidades, coisa que os formalistas da abordagem estética também faziam, mas, interpretando esse campo dentro de uma realidade social também preponderante na produção do artista. Desse ponto de vista, podemos fazer uma aproximação com Bakhtin, pois ambos consideram a produção literária como um “produto”, fruto do cruzamento da esfera formal/ estética e a influência do meio social.

Antonio Candido (2000) nos alerta que por Sociologia da Literatura, *lato sensu*, poderíamos considerar qualquer estudo que problematize a relação entre Sociologia e Literatura. Assim sendo, seria possível trabalhar com Roger Chartier e discorrer sobre a história dos livros, ou com Robert Darnton e produzir uma etnografia dos textos⁶, como, por exemplo, abordando a censura às obras heréticas da Idade Média, etc. Diante de todas essas possibilidades, nosso procedimento será o de um estudo etnográfico do texto literário. A divisão é sempre arbitrária, mas o trabalho acadêmico exige um recorte que torne possível a pesquisa em tempo hábil. Portanto, adotamos um recorte que se adequasse mais aos nossos objetivos, não nos distanciando de nosso objeto que é a representação do pobre na literatura.

⁶ Para Danrton podemos interpretar um texto do mesmo modo que podemos interpretar um ritual, o material não é o mais importante e sim a abordagem.

Para o interesse dessa pesquisa, é necessário discorrer sobre como falam sobre os pobres na literatura *ou* da literatura como fonte. O pobre como transtorno social é algo que está documentado nos escritos dos cronistas do início do século XX, nos processos-crimes, ou nas críticas ferozes das revistas que ditavam as normas de conduta “civilizadas” e de etiqueta, o que temos são abordagens sobre a pobreza pelo viés dos atores sociais que se sentiam incomodados por ela. Contudo, é importante questionarmos: onde está a representação do pobre enquanto protagonista? Quem teria buscado mostrar o que é ser pobre, sentir-se pobre? Joel Rufino dos Santos (2004) nos dirá que a história tradicional, como instrumento que registra o passado falhou no cumprimento deste fim. Isto porque os escritos acerca da população carente se referiam ao pobre amiúde como “o outro” indesejado. O que se torna inteligível se nos remetermos ao contexto social das antigas publicações historiográficas, quando estas buscavam consolidar a História como ciência. Os historiadores da vertente positivista utilizavam como fontes fundamentalmente documentos escritos, em geral, oficiais. Não obstante, os pobres raramente possuíam condições de deixarem seus registros oficialmente, ou porque eram analfabetos ou porque não gozavam de prestígio social para escreverem livros, atas, etc, bem como não constavam nos documentos governamentais por conta de serem, muitas vezes, a parte a ser escondida, relegados à subalternidade. Segundo Portelli (1997), foi somente com a História Oral que a historiografia pôde dar voz aos segmentos sociais silenciados por grande parte da nossa história, sendo este segmento usualmente composto por pobres.

No âmbito da Sociologia, foi, de acordo com Da Matta (1987), a revolução funcionalista que contribuiu para que os sociólogos viessem a campo investigar as populações “exóticas”. Quando se esgotou os estudos das ditas sociedades exóticas, a Antropologia deslocou o olhar para sua própria sociedade, contribuindo para que se olhasse mais detidamente para as camadas sociais menos assistidas. Esse olhar voltado para o outro pode ser construído das mais diversas maneiras.

Assim, o uso de vários tipos de fonte de informação para a pesquisa, inclusive, a presença de textos literários, abre possibilidades tal como o exemplo de Gilberto Freyre (1999) que percebeu essa nova possibilidade de construção do

saber quando utilizou, dentre outras fontes, romances na concepção de sua mais célebre obra: Casa Grande & Senzala.

Ainda sobre a adoção de obras literárias como fonte para estudos sociológicos, Rufino dos Santos (2000) ressalta que a literatura foi um meio bastante eficiente na representação social do pobre, para “revelar” seu modo de vida, seus costumes, e dar importância aos seus dilemas. O que pode ser compreendido se observarmos que escritores como Aluísio Azevedo realizavam pesquisas inclusive “de campo”⁷ para “dar mais vida aos seus personagens e, mesmo através da sátira, reproduziam, em forma de texto, sentimentos sociais. Na obra que analisamos, encontramos a preocupação com a crítica social, com a denúncia.

A relação entre obras literárias e fontes de informação para reflexões sociológicas é destacada por Damatta:

Obras que tratam de descrever costumes reais através de um prisma ficcionalizado (isto é, costumes reais ou plausíveis, existentes em alguns sistemas sociais) são, entretanto apresentados pela ótica de um personagem particular [...] (DAMATTA, 1994, p. 45)

Para Scott (1999), essa oposição entre o conhecimento científico e a literatura, é bastante infrutífera, tendo em vista que adotar esse procedimento é crer que as pesquisas de campo empíricas vão “revelar a realidade” e não apresentar uma interpretação plausível sobre um fenômeno presenciado. Os atores sociais presentes na pesquisa de campo podem não estar tão comprometidos com a pesquisa como o pesquisador está; poderão omitir ou deliberadamente mentir, dizer o que supõem que o pesquisador deseja escutar. Tanto o trabalho de campo, quanto a análise da sociedade pela literatura irão revelar um discurso presente na realidade social. Muitas vezes, o caráter transgressor da literatura permitirá maior liberdade para a expressão de sentimentos que perpassam as práticas sociais. O que Scott propõe é:

⁷ Pesquisa de campo aqui não expressa um conjunto de orientações antropológicas, estruturadas com rigor acadêmico, mas, passeios, conversas com os moradores, leitura de jornais etc.

Dá ao literário um status próprio integral, e até irreduzível. Tal status não significa transformar o literário em fundamental, mas sim abrir novas possibilidades para analisar produções discursivas da realidade social e política como processos complexos e contraditórios. (SCOTT, 1999, p. p. 43)

Compreendemos a literatura como campo válido para a investigação sociológica, uma vez que ela pode nos fornecer pistas sobre uma mentalidade, um comportamento social, sendo necessário para tanto, que o pesquisador saiba interrogar adequadamente suas fontes.

2.3 Algumas concepções sobre a pobreza

Em muitos estudos, o pobre é definido de acordo com sua renda ou de seu poder de compra, como ocorre nos conceitos utilizados por órgãos nacionais e internacionais que pautam as políticas públicas:

A Cepal utiliza o custo de uma cesta de alimentos que, geograficamente definida, contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de uma pessoa (linha de pobreza); o Banco Mundial, por sua vez, utiliza o dólar PPC (paridade do poder de compra) que elimina as diferenças de custo de vida entre os países; no Brasil, a metodologia oficial usa como referência o Salário Mínimo, isto é, 1/4 do salário mínimo familiar per capita e 1/2 do salário mínimo familiar per capita, limites abaixo dos quais se define uma família extremamente pobre (indigente) e pobre, respectivamente.⁸

A pobreza sob o aspecto que pretendo abordar não se restringe a um aspecto econômico e nem pode ser somente medida através das estatísticas oficiais. Trata-se de um “modo de vida”, envolto em uma teia de significações que perpassam as auto-imagens e as representações sociais do imaginário coletivo.

⁸ESTATÍSTICAS DA POBREZA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/glossario/pobreza.html>. Acesso em: 07 mar. 2010.

Acreditamos que o pobre não é definido tão-somente pelas condições materiais. Para discutirmos o que é ser pobre, é pertinente nos voltarmos para um ensaio de Georg Simmel, embora nos distanciemos de sua teoria em alguns pontos centrais. A pobreza para o autor é uma forma de *sociação*, em função de a mesma estar presente nas “forças, relações e formas, por meio das quais, os homens se socializam.” (1983, p. 64). O autor estabelece uma relação íntima entre pobreza e assistencialismo. Em sua análise, o pobre é definido como aquele que necessita de auxílio, socorro, seja por meio da caridade individual, seja através do assistencialismo público. Não obstante, ressalta que quando o Estado se propõe a prestar socorro aos pobres através de políticas de assistência, não há, neste ato, intenção de produzir uma nivelção entre pobres e ricos, nem tampouco o interesse de reduzir as desigualdades sociais. O objetivo central seria o de amenizar as tensões sociais produzidas por esses atores. Nas palavras de Simmel, a intenção é “*mitigar ciertas manifestaciones externas de la diferencia social de modo que aquella estructura pueda seguir descansando sobre esta diferencia.*” (SIMMEL, 2002, p. 223).

Simmel (2002) nos alerta de que o pobre não é um ser passivo, é um cidadão. E deve ser observado dentro de uma estrutura social e não como se fosse um ser à parte. Apesar de ser freqüentemente percebido como alguém que está fora da sociedade, excluído, Simmel (2002) defende que quando alguém faz doações ao pobre está contribuindo para que este não lute para conseguir usufruir das benesses sociais de modo considerado legítimo, através de seu estudo, trabalho, de seu pleno desenvolvimento intelectual, físico e social, e não apenas pela via da “caridade”.

Outra questão importante indicada por Simmel (2002) diz respeito à relativização da pobreza. As pessoas são pobres de acordo com o referencial. Alguém que vive confortavelmente no campo, ou em uma pequena cidade, transferindo-se para uma metrópole pode tornar-se pobre; sendo possuidor de renda equivalente em ambas as cidades. Assim, concordamos com o autor de que se é pobre em relação a alguém, de forma que não podemos definir a pobreza sob um prisma quantitativo, ao menos não apenas por ele.

A despeito da abordagem original de Simmel, o qual atribui ao pobre um papel social, devemos discordar no que tange à definição de pobre enquanto alguém que necessita de socorro. Essa aceitação do auxílio de outrem forneceria tacitamente ao pobre um *status* negativo. Todavia, é pertinente observar que existem pessoas pobres que não recebem socorro e continuam pobres, assim como existem pobres que fazem uso da vitimização como estratégia de sobrevivência, utilizando para tal fim este *status* negativo como forma de inserção social.

a) Pobre: vagabundo e improdutivo

A questão do pobre como um sujeito que exerce uma função social na estrutura capitalista foi abordada por Karl Marx (1977) em *A origem do capital: a acumulação primitiva*. Marx indica que o camponês fora expropriado da terra que produzia seu sustento e de sua família, obrigando o camponês a tornar-se operário, ladrão ou vadio. Nos últimos casos, sendo duramente castigado. Os braços que o comércio manufatureiro necessitava, haviam de incorporar a disciplina. O homem não produtivo neste regime pré-capitalista é identificado por Marx (1977), na obra supracitada, como pobre. “Por outro lado, estes homens, bruscamente arrancados de suas ocupações habituais, não se podiam adaptar prontamente à disciplina do novo sistema social, surgindo, por conseguinte, deles, uma porção de mendigos, ladrões e vagabundos.” (MARX, 1977, p. 57)

Ainda em Marx (1977), a “pilhagem dos terrenos comunais” fez com que os camponeses “entregassem à indústria das cidades os braços dóceis de um proletariado sem lar e sem pão.” (MARX, 1977, p.55). Esses expropriados são considerados pobres na medida em que não produzem. No regime feudalista também havia pobres, porém, esses pobres, além de trabalharem para servir seus senhores, poderiam ser “cuidados” por estes, especialmente através da caridade. No entanto, a caridade não possui a mesma conotação na era moderna. Esta caridade era permitida para velhos e inválidos, todavia, nos jovens isso se configurava como vadiagem. Esta vadiagem; no capítulo terceiro⁹ aparece como um sinônimo de pobreza. No referido capítulo, o autor (1977) discorre sobre as duras penas

⁹ Ainda em *A origem do Capital: a acumulação primitiva*.

aplicadas ao “vagabundo” no final do século XV. Podemos citar algumas: “Eduardo VI. Um estatuto do primeiro reinado (1547) ordena que todo indivíduo refratário ao trabalho seja julgado como escravo da pessoa que o tenha denunciado como vadio” (MARX, 1977, p.60) Em caso de reincidência, o sujeito deveria ser marcado a ferro com a letra “v”. No reinado de Elizabeth em 1572, o *vadio* deveria ser açoitado e caso passasse dois anos sem trabalhar, seria marcado com ferro quente na orelha. Na Inglaterra de James I, os “vagabundos” reacionários eram marcados com a letra “r” no ombro e se fossem flagrados mendigando seriam executados.

Embora Marx não se dirija em sua obra (em um contexto mais amplo) ao pobre (como categoria conceitual), ele o evoca frequentemente de forma indireta através do termo *expropriados*. Interessa-nos sua relação referente à representação de pobre como vagabundo, ou seja, alguém que está subvertendo a lógica do capital. O pobre que trabalha ocupa um outro *status* social, mais respeitável, ao passo que o vagabundo é compreendido pelos estados pré-industriais como a escória a ser combatida.

Nas crônicas de autores cearenses como Otacílio de Azevedo e Gustavo Barroso, bem como também no trabalho de Sebastião Ponte (1993), observamos que na capital cearense durante a *Belle Epoque* a noção de pobre imbricada ao construto de vagabundo era bastante evidente. Laura de Melo e Souza, por sua vez enfatiza a dimensão de que o pobre é indesejado enquanto vadio, mas como mão-de-obra barata para os serviços mais impróprios, mais duros, o pobre é assaz apreciado. Podemos fazer um paralelo desta situação do pobre imigrante. Tereza Caldeira nos relata o preconceito dos antigos habitantes da Mooca contra os novos habitantes, os imigrantes pobres. O imigrante pobre povoa o imaginário coletivo sendo um ser negativo, que trará marginalidade para o local, responsável pela corrupção dos costumes; contudo, no momento em que o imigrante pobre se sujeita a trabalhar por muito pouco para que a cidade erija grandes construções, obras públicas, esse pobre é extremamente útil.

Ademais, é preciso que tenhamos o cuidado de não sermos anacrônicos ao realizarmos nossa discussão sobre o tema. Se nos escritos de Marx, o pobre é recorrentemente enquadrado na denominação de vadio, no estudo que Alba Zaluar

(1994) realizou na Cidade de Deus, em *A máquina e a revolta*, os pobres se autodenominavam como trabalhadores pobres, de forma que o sentido da palavra pobre varia conforme o tempo e o espaço.

b) Pobre ou desqualificado social?

O sociólogo francês Serge Paugam apresenta uma definição interessante sobre o pobre. Para esse autor, o termo desqualificado social é mais adequado, pois engloba a pobreza por vários aspectos. Contudo, iniciaremos nossa exposição a partir do conceito inicialmente utilizado pelo autor: o de pobreza.

Considerada intolerável pelo conjunto da sociedade, a pobreza reveste-se de um status social desvalorizado e estigmatizado. Conseqüentemente, os pobres são obrigados a viver numa situação de isolamento, procurando dissimular a inferioridade de seu status no meio em que vivem. (PAUGAM, 2008, p. 67).

A definição de pobreza adotada por Paugam é assaz relevante pelo fato de compreender a pobreza não apenas como um componente econômico, mas como um fenômeno que enfraquece o corpo e a alma. Suas conseqüências são também psicológicas e contribui para uma quebra dos vínculos sociais, posto que se tornasse vergonhoso assumir a condição de pobre. Sobre esse enfraquecimento dos vínculos sociais, o autor nos elucida: “A humilhação os impede de aprofundar qualquer sentimento de pertinência a uma classe social: a categoria a qual pertencem é heterogênea, o que aumenta significativamente o risco de isolamento entre seus membros.” (PAUGAM, 2008, p. 67).

Paugam (2008) adota a conceituação de pobre, através do critério do auxílio, do assistencialismo, assim como Simmel o faz. Entre os anos de 1986 e 1987, o autor trabalha com o conceito de pobre. A partir de então, identificou que essa conceituação era estritamente obtusa para dar conta da complexidade do objeto, observando que “a pobreza corresponde, atualmente, muito mais a um processo, do que a um estado perpétuo e imutável.” (PAUGAM, 2008, p. 68).

Antes de avançar em sua tese, Paugam utiliza-se inicialmente da definição de Simmel:

Os pobres, enquanto categoria social, não são indivíduos que sofrem de carências ou privações específicas, mas os que recebem assistência **ou deveriam recebê-la** segundo as normas sociais. Nesse sentido, a pobreza não pode ser definida a partir de critérios quantitativos, mas a partir de relações sociais provocadas por circunstâncias específicas. (SIMMEL apud PAUGAM, 2008, p. 69 grifo nosso).

Gostaria de acrescentar à explicação de Paugam, que o significado da pobreza é variável também de uma sociedade para outra. O autor em questão realizou seu estudo sobre a pobreza em países desenvolvidos, localizados na Europa. Por isso, fica patente sua preocupação com o estigma, mais especificamente, o auto-estigma das pessoas, as quais sendo pertencentes a uma sociedade desenvolvida, aos chamados países ricos, representam a mácula da pobreza.

A contribuição de Paugam (2008) para a teoria da pobreza de Simmel é o que ele chamou de “formas elementares da pobreza”, que se expressam pelas seguintes categorias.

- 1) **A estigmatização dos assistidos:** compreendendo o estigma social tal como Erving Goffman¹⁰ o expôs, Paugam acredita que os assistidos são passíveis de terem suas identidades deterioradas, considerados como seres inferiores aos demais, incapazes.
- 2) **O modo de integração que caracteriza a situação de pobreza:** essa forma de integração seria o assistencialismo (o assistencialismo funcional como bem enfatizou Simmel é uma forma de controle social.). Forma de controle na medida em que o pobre é ajudado pelo estado para que esse sujeito assistido

¹⁰ Para esse autor, “um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (GOFFMAN, 1988, p.13). Um estigma diferencia o sujeito de forma negativa, o estigmatizado assim é identificado na medida em que se afasta do padrão socialmente desejável.

assuma uma função “positiva” na estrutura social, tal como a de consumidor, por exemplo, livrando-o da marginalidade.

3) O pobre como ser não excluído socialmente: referente a esse tópico, Paugam critica o conceito de exclusão social, uma vez que a assistência prestada insere os sujeitos em um lugar social, reintegrando-os à estrutura social.

4) Resistência ao estigma: a resistência varia conforme o estado de desqualificação social. Esses estados ou níveis de desqualificação oscilam de acordo com os **modos de relação com a assistência**, que seriam para o autor:

a) A dos frágeis: definida como uma relação pontual. Em casos emergenciais, esses atores sociais recorrem ao auxílio do estado ou da caridade civil. Um exemplo seria o caso de catástrofes naturais, ou um desemprego momentâneo.

b) A dos assistidos: relação regular ou contratual. Os sujeitos já se encontram em um processo de dependência em relação ao Estado, ONG´s etc.

c) A dos marginais: relação infra-assistencial. Nesse estágio, a função dos sujeitos em relação à estrutura social é negativa. Ele não conta mais com o assistencialismo, pois adentrou para o mundo da marginalidade.

Esses itens serão explicados posteriormente, dentro da explanação do texto no item “O enfraquecimento dos vínculos sociais”.

5) Definição das condições históricas e sociais: fazem parte do processo de desqualificação social (nas sociedades contemporâneas). Para o sociólogo francês, o pobre recorre ao assistencialismo devido às seguintes condições:

a) O nível de desenvolvimento econômico que conduziria à degradação do mercado de trabalho: um equivalente ao conceito de pobre laborioso citado

por Laura de Melo e Sousa, aquele que é pobre por que não consegue emprego.

- b) A fragilidade dos vínculos familiares (em primeiro plano e em maior grau de importância) e sociais:** Seria o caso de vários moradores de rua, conforme a pesquisa de campo do autor.
- c) Inaptidão do Estado em atender as camadas menos favorecidas;** vem à tona questão da previdência, e do planejamento governamental.

O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais

É nesse ponto que Paugam (2008) fornece sua maior contribuição ao problema da pobreza, ou como ele muitas vezes prefere denominar, do desqualificado social. O autor se refere ao contexto francês, no qual percebe que à medida que os atores sociais vão sendo desqualificados no emprego, estes vão se tornando menos “sociais”, mais introspectivos, bem como distantes da família. O que é especialmente forte no caso dos homens, nos quais aflora um sentimento de vergonha.¹¹ Esse sentimento, para Paugam, contribuiria para a criação de uma identidade negativa, e conseqüentemente, um enfraquecimento da sociabilidade desses grupos. O medo (temor do fracasso social) é um ponto central na teoria de Paugam, pois seria essa uma das principais causas responsáveis pelo rompimento dos vínculos sociais.

O trabalho de Paugam se complementa ao de Goffman, (1988) no tocante ao estigma social, embora Paugam não o cite em seu trabalho. A referência ao estigma torna-se evidente na seguinte frase: Pessoas que “moram em cidades de má reputação, preferem dissimular o nome do bairro, porque se sentem humilhados ao

¹¹ Essa situação é muito bem ilustrada no filme francês, do diretor Costa-Gravas chamado *O corte*. No filme, um executivo apavora-se com a perspectiva de perder o emprego que lhe propiciava uma vida confortável. A empresa precisa cortar funcionários. O protagonista chega ao extremo de assassinar os seus concorrentes ao cargo desejado porque não suportava perder sua respeitabilidade, que é atrelada ao status social proveniente do cargo ocupado. O filme apresenta o sentimento de humilhação, de não-existência do desempregado.

serem igualados a pessoas cujo descrédito é do conhecimento de todos.”(PAUGAM, 2008,p. 73)

O primeiro fator de descrédito seria o desemprego. Este, por sua vez, afetaria a relação com a família, considerando que o desclassificado acreditará não estar à altura da família. O desqualificado social compreende três processos não necessitando compulsoriamente passar por todos para tornar-se um desqualificado social: O primeiro estágio seria o de fragilidade. Este seria definido pela dependência do sujeito à Renda Mínima de Inserção (RMI), uma espécie de seguro desemprego na França. No entanto, como foi dito anteriormente, é uma relação passageira, provisória. Quando este período de dependência dos serviços sociais é contínuo, o sujeito encontra-se no estágio dos assistidos. Quando não há assistência, e ocorre uma ruptura com os vínculos sociais, surge a figura do miserável. “Elas (as pessoas miseráveis) saem das malhas da proteção social e deparam-se com situações em grau crescente de marginalidade, onde a miséria é sinônimo de dissociação”(PAUGAM, 2008,p. 76) O estágio infra-estrutural seria o último estágio de desqualificação social, no qual o destino do sujeito converge para a marginalidade. O autor exemplifica com o caso dos moradores de rua, alcoolizados e usuários de drogas. O sociólogo ainda fala das vítimas de uma “pobreza espiritual”. Ressalta que alguns indivíduos passam do estágio de fragilidade (em geral a perda do emprego) para o estágio de ruptura dos vínculos sociais sem terem recorrido aos serviços de assistência. Essa derrocada de forma tão rápida ocorreria principalmente, devido à instabilidade familiar.

A perspectiva de Paugam concernente ao pobre como desqualificado social (2008) se aproxima do conceito de desfiliação de Robert Castel (1998). Para o autor, a população pobre estando inserida no mundo do trabalho em regime assalariado acaba por circunscrever o sujeito em um regime de integração social, no sentido durkheimiano, em oposição à fragmentação social. No entanto, quando esse indivíduo encontra-se em uma situação de desemprego, ou precarização do trabalho, torna-se alguém desfilado, pois o trabalho não mais integra uma dimensão constituinte da coesão do tecido social. A esse fenômeno e suas conseqüências, Castel (1998) denomina “nova questão social”.

À margem do trabalho e nas fronteiras das formas de troca socialmente consagradas - desempregados por período longo, moradores dos subúrbios pobres, beneficiados da renda mínima de inserção, vítimas das readaptações industriais, jovens à procura de emprego e que passam de estágio a estágio, de pequeno trabalho à ocupação provisória. (CASTEL, 1998, p. 23)

A nova questão social diz respeito à insegurança na relação do sujeito com o trabalho, e sua falta de perspectiva quando excluído do mesmo. Tal como Paugam, Castel sublinha a fragilidade do ator social ao perder seu emprego, pois este, aparentemente, leva consigo a perda de vínculos sociais, e da autoestima, na medida em que os sujeitos desfilados serem aqueles que “fracassaram” em sua função de integrar-se à sociedade produtivamente.

Outro sociólogo que produz um texto pertinente sobre a pobreza é Antony Giddens, (2001). Para o autor, a pobreza é um objeto bastante difícil de trabalhar em termos conceituais. Em busca de sistematizar um conjunto de teorias que nos permitam apreender melhor esse tema, ele apresenta termos de classificação “objetiva”, tais como pobreza absoluta e pobreza relativa.

A pobreza absoluta baseia-se em um critério que se propõe como universal: as necessidades básicas para a sobrevivência do corpo físico. Uma corrente oposta seria a da Teoria da pobreza relativa. Esta defende que não se pode universalizar padrões que na realidade são subjetivos. Os itens essenciais para a manutenção de um corpo saudável na França ou na Inglaterra são diferentes dos itens fundamentais nos países latinos ou africanos. O autor exemplifica nos indicando que na Inglaterra as frutas são consideradas artigos de primeira necessidade, enquanto que em vários países do mundo as frutas são verdadeiros “artigos de luxo”. Outra observação fundamental da teoria da pobreza relativa é a de que os indivíduos possuem necessidades nutricionais diversas conforme as atividades executadas no seu dia-a-dia. Um executivo que trabalha sentado diuturnamente possui uma necessidade de calorias menor do que a de um gari que passa o dia executando um trabalho fisicamente cansativo.

Em termos de mensuração da pobreza, Giddens (2004) adverte de que há dois modos de medir a pobreza: uma oficial, com fulcro em dados estatísticos e uma

medida Cultural/subjetiva da pobreza, baseada na sensação, no sentimento de pertencimento à pobreza. Quando o autor questiona: “Quem são os pobres? Eis a sua resposta: É impossível apresentar um perfil para descrever ‘os pobres’; a face da pobreza é diversa e encontra-se em constante mutação.” (GIDDENS, 2004, p. 317) Ademais, o autor, complementa seu pensamento afirmando que apesar de a pobreza ser algo difícil de ser objetivado existe alguns atores sociais que estão mais expostos a uma situação de pobreza Seriam esses: os desempregados, idosos, doentes, mulheres, crianças, minorias étnicas. É nesse momento que Giddens (2004) parece sugerir sua explicação sociológica da pobreza. Para ele, as teorias explicativas da pobreza podem ser divididas em duas correntes: a que considera o pobre como produtor de sua pobreza (culpabilização da vítima) e a que atribui a pobreza a condições estruturais (culpabilização do sistema). As teorias de culpabilização das vítimas eram o cerne de medidas como as Casas dos pobres do século XIX, que se sustentavam na crença de que uma pessoa era pobre por ser incapaz, seja por impossibilidade física, intelectual ou moral, de modo que as desigualdades sociais eram percebidas como algo natural. Segundo Giddens :

Tal concepção ressurgiu, a partir dos anos 70 e 80, à medida que a ênfase política colocada na atividade empresarial e a ambição individual recompensou aqueles que ‘obtiveram sucesso’ na sociedade e responsabilizou aqueles que o não fizeram . (GIDDENS, 2004, p. 319)

Nesse processo, buscaram-se explicações para a pobreza no estilo de vida dos pobres. É o caso de Oscar Lewis, o qual desenvolveu a idéia de que existiria uma cultura da pobreza.

Para Lewis, a pobreza não é o resultado de inadequações individuais, mas de uma atmosfera social e cultural mais lata na qual as crianças pobres são socializadas. A cultura da pobreza é transmitida entre gerações por que os jovens desde cedo não vêem razão para aspirar algo mais. Em vez disso, resignam-se fatalmente a uma vida de empobrecimento. (GIDDENS, 2004, p.319)

Giddens (2004) critica a tese da cultura da pobreza e sua variação, a tese da cultura da dependência. Esta tese, desenvolvida pelo sociólogo Charles Murray, afirma que o auxílio do governo através da previdência engendrou uma cultura de

dependência na qual os sujeitos conservam-se fora do mercado de trabalho por saberem que serão socorridos pelo Estado. Isso traria um enorme prejuízo econômico, além de não estimular “sua ambição pessoal e capacidade de auto-ajuda” (GIDDENS, 2004, p. 319)

Entre as mais profícuas análises sociológicas da pobreza está o estudo de Wacquant (2001) *Prisões da Miséria*. Neste, o autor desnuda as relações subjacentes à política de criação do Estado Penal, cujo objetivo seria camuflar o fracasso da política sócio econômica que busca incluir de forma perversa parte da população.. Esta inclusão se dá na tentativa de impor às camadas baixas empregos precários, baixas remunerações. Trata-se de um processo de inculcação onde o pobre, especialmente os negros e os imigrantes, ou seja, tipos indesejáveis, tem por opção aceitar subempregos, profissões insalubres e perigosas ou entrar para o submundo do crime. Caso enverede para esse segundo caminho, o Estado Penal optará por encarcerar esse indivíduo engendrando a sensação de bem-estar e proteção para as classes dominantes. Tal como foi exposto no estudo de Zaluar (1994), o respeito dentro da comunidade pobre é conquistado quando um trabalhador faz o possível para assegurar sua posição de provedor da família, e para tanto aceita qualquer tipo de emprego, visto que mais prejudicial que a sujeição a ofícios penosos e inseguros é ser rotulado como vagabundo, que nos contextos de atuação do Estado Penal significa o mesmo que potencialmente perigoso; provável marginal.

Uma forte característica do Estado Penal é a redução dos programas sociais, uma progressiva retirada do Estado na economia e um aumento do aparato policial repressor. Ocorre um processo de criminalização da miséria: pequenos delitos são intolerados, percebidos como violência, enquanto a precarização do trabalho, o árduo acesso a serviços de saúde não são compreendidos enquanto violência nem tampouco os crimes de colarinho branco causam a mesma indignação à população em geral. Para Wacquant (2001) o *thatcherismo* teria influenciado diretamente a futura implantação do Estado Penal em outros países europeus, embora concentre também sua pesquisa nos Estados Unidos onde a visualização das questões supracitadas são mais evidentes.

A questão da redução do “braço do Estado”, dos direitos sociais, das políticas públicas voltadas para o social são uma característica do que Bauman (2010) denomina de Modernidade Líquida. Nesta, as funções que outrora eram atribuídas ao Estado tornam-se dever do indivíduo: “Assim, espera-se que eles divise soluções individuais para problemas socialmente produzidos, e que o façam de modo específico, usando suas próprias habilidades e recursos particulares.” (BAUMAN, 2010, p. 59). Nesse contexto, Bauman afirma que os pobres são classificados como consumidores defeituosos, como pessoas incapazes de gerir bem sua própria vida. Percebe-se uma vez mais a culpabilização da pobreza.

Em nosso país, a situação dos economicamente frágeis torna-se mais delicada por que aqui não houve realmente o que poderíamos chamar de um Estado de Bem Estar Social que protegesse o cidadão. Pode-se acrescentar ao quadro político brasileiro as relações patrimonialistas, forma de trabalho baseada na influência pessoal como bem disserta Sérgio Buarque de Holanda (1995) em Raízes do Brasil. Isso configura uma realidade que Vera Telles (2001) intitula “incivilidade” que se apóia, em um imaginário que:

Fixa a pobreza como marca da inferioridade, modo de ser que descredencia indivíduos para o exercício de seus direitos, já que percebidos numa diferença incomensurável, aquém das regras de equivalência que a formalidade da lei supõe e o exercício de direitos deveria concretizar. (TELLES, 2001, p. 21).

A pobreza é um problema complexo, possuindo raízes históricas, políticas e econômicas. Com esse capítulo, procuramos incitar uma reflexão sobre o pobre, sujeito social e a teia de significações, as quais ele está vinculado. Como foi exposto, a identidade do pobre é algo relativo, que muda conforme o tempo e o espaço. Se durante a Idade Média, significava uma atalho para a salvação através da caridade, no decorrer da Revolução Industrial passou a ser instrumento do desenvolvimento por meio de sua força de trabalho, mas, entretanto, foi-lhe negado o direito de usufruir de suas benesses.

O Estado de bem-estar na Inglaterra, França e Alemanha, para Marshall (1967) significou, apesar das restrições ao mercado livre não serem intrinsecamente

boas, “uma sociedade comprometida com a ‘participação justa’ e com a distribuição de renda real que se podia justificar racionalmente e não era resultado imprevisível das forças supostamente cegas de um mercado competitivo no qual cada um tinha o direito de tomar para si quanto pudesse.” (Marshall, 1967, p. 200). Com a crise do Estado de bem-estar nos anos setenta, as ideologias liberais avançam propondo uma diminuição da participação do Estado na economia, favorecendo a elevação da pobreza. No Brasil, não é possível falar da existência de um Estado de bem-estar. Contudo, foi durante a década de 30 que o Estado interveio mais fortemente nas relações de trabalho, no estímulo à educação e ao desenvolvimento dos direitos sociais. As conquistas referentes aos direitos sociais alcançadas durante o século XX e o investimento em programas assistencialistas tem, em tempos de crise, sustentado alguma estabilidade ao nosso país. Porém, embora ocorram medidas paliativas contra a miséria, deve-se ressaltar que a pobreza é, sobretudo, um reflexo das desigualdades sociais, da ineficiência das políticas públicas e do acesso desigual ao capital cultural, bem como uma marca de segregação e estigma.

2.4 Uma história da pobreza

Segundo Laura de Melo e Sousa (1983), a miséria sempre existiu, estando livre dela apenas algumas sociedades primitivas, o que se sustenta na pesquisa de *Alexandre Vexliard, Introduction à La sociologie Du vagabondage*, Paris, 1956, a qual ela cita como fonte. Segundo a historiadora, foi durante a Idade Média que surgiu o termo pobre com a conotação moderna que hoje possui. “durante séculos, o pobre havia sido o pobre de Cristo, o coitadinho que merecia ajuda e com o qual a população das vilas convivia sem escândalo.” (MELO E SOUZA, 1983, p. 51) Assim como Marx expõe em *A origem do capital*, a autora assinala a diferenciação que havia, na baixa Idade Média, entre pobres inválidos e pobres vagabundos. Contudo, durante a era medieval, a caridade para com esses sujeitos era motivo de júbilo, algo pessoalmente louvável, agregando capital simbólico ao bem-feitor.

Entretanto, durante as transformações do século XII, com o processo de urbanização, desenvolvimento das economias monetárias, transformações na propriedade rural, o pobre emergiu como um problema social. Outrora, ele era o personagem central do que a autora chamou de economia da salvação. “A humanidade medieval não buscava igualdade; a pobreza era uma riqueza espiritual, e o pobre, um intermediário entre o rico e Deus, daí a enorme preocupação com as esmolas.” (MELO E SOUZA, 1983, p. 52.). No século XIV a pobreza não é mais considerada como um conjunto de infortúnios individuais, visto que os pobres se tornam demasiadamente numerosos, vítimas da fome e da peste europeia.

Entre os séculos XII e XIV, surge na Europa uma nova categoria de pobre: o “pobre laborioso”. Aquele já explicado por Karl Marx, o qual fora expropriado da terra em que produzia o seu sustento e o de sua família.

O homem pobre expropriado não era inválido, e almejava ter acesso ao trabalho, mas muitas vezes não o conseguia: mais do que nunca, eram claras as condições estruturais que faziam dele um desocupado, um biscateiro intermitente e, no limite, um mendigo, um vagabundo, um criminoso. (MELO E SOUZA, 1983, p. 53)

Nesse contexto de transformações na Europa, o trabalho passa a ser encarado como obrigação de todo homem pobre não portador de deficiência física grave. A partir desse momento, o pobre deixa de ser visto como vítima, como a ponte entre o abastado e a divindade. No século XIII, a palavra *vadio* passa a ter uma significação extremamente pejorativa. Segundo Laura de Melo e Souza, equivalente em alguns casos ao construto de marginalidade, sendo respaldado na célebre frase de Mollat¹² “Tolerava-se o mendigo, mas odiava-se o vagabundo” reforçando assim a idéia de que o mendigo, só esmola por conta de não possuir condições físicas de trabalhar, como é caso dos cegos, dos idosos, deficientes motores. De acordo com Mollat, teria sido esse o clima que precedeu a Lei moral do trabalho. O vadio tornara-se então repudiado, especialmente por ser alguém instável: às vezes trabalha, outras vezes não, (pelo fato de nem sempre existir emprego para todos) não reside sempre no mesmo logradouro (as redes migratórias eram constantes em busca de emprego), algumas vezes comete pequenos delitos, mas não é constante em nenhuma dessas atividades.

Como a pobreza tornou-se evidentemente estrutural na Europa, não tardaram em surgir medidas que combatessem a vagabundagem, sendo emblemático o caso da Inglaterra que em 1388 impunha uma lei na qual os pobres eram obrigados a fixarem-se em uma residência que aliás foi promovido também em 1405 e 1509. Ocorria amiúde também o fato de os “vadios serem obrigados a trabalharem gratuitamente, surgindo ulteriormente um novo castigo: o envio desses sujeitos a galés¹³.

Um fator essencial de nossa análise acerca da pobreza em âmbito histórico se refere às transformações advindas da Revolução Industrial do século XVIII. Karl Polanyi (1980), tendo como lócus de sua pesquisa a Inglaterra, aponta que esse processo na medida em que avançou desordenadamente em termos de desenvolvimento técnico-científico deixou à margem desse processo a população de

¹² Citado por Laura de Melo de Souza. *Lês pauvre au Moyern- age- Étude Sociale*, Paris, 1978.

¹³ Galés eram barcos movidos a remo. Os remadores eram prisioneiros que realizavam trabalhos pesados e eram chicoteados quando não obedeciam. Os prisioneiros eram freqüentemente marcados a ferro e devido aos maus tratos, possuíam curta expectativa de vida.

menor poder aquisitivo. Obteve-se um quadro no qual o liberalismo colaborou para um progresso não regulado, desarticulado com as necessidades das camadas baixas, incapaz de prover de forma plena um Estado de bem-estar social (*Welfare State*)

Jacques Donzelot (1986) em *A Polícia das famílias* em seu capítulo terceiro intitulado *O Governo Através da Família* disserta sobre a gênese da ação filantrópica e de que modo esta veio a substituir a caridade. Ao invés da repressão aberta, doação de donativos, cuidado com os idosos, ou seja, formas de auxílio pautados na humilhação do outro; surgem grupos vinculados à burguesia que promovem assistência às crianças, normas preservadoras e estímulo à poupança, atividades estas não mais esporádicas, mas inseridas no cotidiano. A partir de 1840, diversas leis foram criadas no intuito de conceder maior poder aos filantropos em sua “tarefa” de exercer controle social.

Referente ao vagabundo no Brasil, Laura de Melo e Souza (1983), afirma durante o período colonial o Brasil foi um verdadeiro “ergástulo de delinqüentes”. Isso por conta de Portugal, com sua legislação duríssima com relação à punição dos pobres vadios, ter feito da prisão ultramarina um mecanismo de resolver dois problemas. Um era a presença desagradável de vadios e delinqüentes em Portugal, e o outro era a necessidade de pessoas para habitarem a colônia. Como podemos constatar: “O alvará de 1536, de D. João III determinava que os moços vadios de Lisboa que andavam ‘na Ribeira a furtar bolsas e a fazer outros delitos’ fossem desterrados para o Brasil.(MELO E SOUZA, 1983, p. 58.)

O processo de pauperização que ocorria na Europa do século XIV trouxe para Portugal a perspectiva da utilização dos pobres nas colônias. Não obstante, o, tipo de exploração implantada por Portugal calcada no latifúndio, mão-de-obra escrava negra, monocultura de cana-de-açúcar, voltada pro mercado externo necessitava de homens que dispusessem de um alto cabedal para enquadrarem-se neste sistema de exploração. Porém, a maioria da população não se encaixava neste perfil socioeconômico a qual não era nem escrava nem detentora de terra. Foi esta população que Laura de Melo e Souza intitulou de desclassificados. Ou seja, essa população:

Ocupou as funções que o escravo não podia desempenhar, ou por ser antieconômico desviar mão-de-obra da produção, ou por colocar em risco a condição servil: funções de supervisão (o feitor), de defesa (o policiamento (capitão- do -mato), milícias e ordenanças), e funções complementares à produção (desmatamento, preparo do solo para o plantio).(MELO E SOUSA, 1983, p. 63)

Alguns desses homens viviam em estado de miséria, sobrevivendo de uma agricultura de subsistência “mesquinha e esporádica que, muitas vezes, mal conseguia impedir com que morressem de fome.” (MELO E SOUSA, 1983, p. 63). Já que essa agricultura local não era suficiente para prover o sustento das famílias, surgiam ofícios destinados, especialmente com o intuito de ocupar essas pessoas, que, na qualidade de vadios, estavam onerando o Estado. Medidas essas tão conhecidas e ainda hoje utilizadas: construção de estradas, manutenção e desenvolvimento de presídios, construção de obras públicas, emprego na lavoura, bem como trabalho como guarda pessoal, (quando surge a figura do jagunço), expansão territorial e trabalho nas milícias. Nas Minas Gerais, as principais ocupações exercidas eram: “O garimpo e a faiscação¹⁴, que mal davam para o sustento”. (MELO E SOUZA, 1983, p. 70).

No tocante ao desclassificado social no Brasil moderno e contemporâneo Rufino dos Santos (2004) nos apresenta um trabalho interessante, tendo o pobre como objeto principal de seu estudo. Joel Rufino analisa várias definições de pobre, as quais ele vai paulatinamente desconstruindo:

Pobres são os despossuídos, não de qualquer posse, mas de território, de casa, de emprego (embora não de trabalho) de local, (embora não de lugar) de família (embora não de nome) e enfim, do próprio corpo (no caso dos escravos e servos da Colônia e Império). São em suma, um estado nômade ou vagabundo – e é curioso como “se virar” designa geralmente, para os pobres, o ato de trabalhar. Pobre é quem se vira (já o miserável não tem essa capacidade) e isso demarca um lugar preciso, quantificável, na estrutura social. Pobre é quem só tem amigos pobres. Pobre é quem mora em locais pobres (os territórios da pobreza). (RUFINO DOS SANTOS, 2004, p.29)

¹⁴ A faiscação era a atividade de catar nos rios pequenas pedras de ouro ou diamante.

A definição acima, que para Rufino é a mais comum, é desconstruída. Discutindo a nomenclatura do pobre, rejeita o termo *vagabundo* por não ser um vocábulo adequado, uma vez que designa apenas uma característica do pobre: a ausência de endereço fixo. Relata que a palavra *vadio* designa os que não trabalham ou não escravo brasileiro. Contudo, no período colonial, o pobre não era o escravo e sim, um grupo que não era nem senhor nem escravo, possuindo um *status* muitas vezes inferior ao do escravo. Para o autor, uma característica que melhor se ajusta ao pobre é a inutilidade. Como já explicitado anteriormente, esta inutilidade é veementemente negada por Laura de Melo e Souza (1983), ao investigar o falso fausto das Minas Gerais. A autora constatou a utilidade do pobre para o governo e para a sociedade civil, sujeitando-se às mais terríveis condições de trabalho, como visto no item anterior. Posteriormente, a autora define o pobre como *desclassificado*¹⁵ tal com Rufino dos Santos também o faz.

Também critica a classificação do pobre como *excluído*, posto que um ser social não pudesse estar excluído da sociedade estando incluído numa situação de pobreza e dificuldades. A afirmação de Rufino dos Santos (2004) encontra sustentação na teoria social de Elias (1994) quando este afirma que a constituição da individualidade se dá na sociedade, sendo impossível separar-se, excluir-se da mesma. O termo excluído para o autor omite um fato real que é a exploração econômica, em muito responsável pela pobreza.

Além da questão econômica e material, uma das características relacionadas ao signo da pobreza concerne à negritude. Em *Sobrados e Mocambos*, Gilberto Freyre (1961) ilustra seu ensaio com um exemplo emblemático. Um capitão-mor antes de assumir o referido cargo “era negro”, agora que atingiu tão grandiosa patente não mais era identificado como tal, considerando a impossibilidade de um negro na sociedade imperial alcançar tamanho prestígio e poder, evidenciando, assim, que o racismo quando vinculado à pobreza é potencializado. Um exemplo está na apresentação de Joel Rufino quando ele, ao falar de si e de sua família

¹⁵ O termo desclassificado utilizado na literatura acadêmica brasileira aproxima-se com o de desqualificado social de Paugam e ambos tocam na questão do estigma social levantada por Goffman.

descreve o que era ser negro e o que era ser pobre. Afirmara que sua família tinha sido proveniente de “uma pobreza grande”, o pai, catador de caranguejo, a mãe, favelada. Para serem respeitados socialmente, deveriam “deixar de ser negro”. Em suas palavras:

Para se classificar, ainda que por baixo, meu pai assimilou diversas lições: não beber estudar a noite e entrar para a igreja Batista. [...] Não nos considerávamos exatamente pobres. Nem negros (ou pretos ou criolos) embora fôssemos todos escuros em graus variáveis. Esses qualificativos se aplicavam sempre “aos outros”, aos do fim da rua. Minha mãe deve ter dito mais de uma vez: somos negros de alma branca. [...] Era sua maneira de dizer: não se deixe aprisionar por essa condição que chamamos negro. (RUFINO DOS SANTOS, 2004, p. 17).

No relato de Joel Rufino dos Santos¹⁶ (2004), os pais para serem considerados como pessoas “distintas”, respeitáveis, deveriam seguir uma rígida disciplina moral. (Não beber, estudar, tornar-se religioso). Para que sua família galgasse a posição de *estabelecidos*¹⁷, deveriam seguir as normas de comportamento dos mesmos. Não bastava que se fosse religioso, a religião deveria ser uma socialmente valorizada. Em outro trecho, o autor nos conduz a um pensamento de seu pai. “Ele sempre detestou a Bahia, que achava imunda e cheia de macumbeiros.” (SANTOS, 2004, p. 17). Além da religião cristã (as religiões africanas representavam um desprestígio), a educação é um fator que perpassa a classificação social do pobre.

¹⁶ Joel Rufino dos Santos (2004) ressalta a relação entre pobreza e negritude. Como intelectual negro que fora pobre, essas questões epistemológicas foram também biográficas. O autor é historiador e foi professor de pós-graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente, leciona Literatura Brasileira e História da Comunicação nas faculdades de Letras e Escola de Comunicação da UFRJ. Nasceu no Rio de Janeiro em 1941. É doutor em Comunicação e Cultura pela mesma instituição. Em 1960 participou da elaboração coleção de livros didáticos “*História Nova*”, bastante inovadora o que desagradou a ditadura militar culminando na prisão de Rufino. Fez parte da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras do Estado do Rio de Janeiro (1991/92) ocupou o cargo de presidente na Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura. É autor de obras em diversas áreas: livros infanto-juvenis com temática africana, (tais como *Gosto de África*); tendo escrito sobre Literatura, racismo e História e Sociologia.

¹⁷ Estabelecidos no sentido adotado por Norbert Elias e Scottson. O grupo integrado, aceito socialmente.

Um estudo relevante concernente à vivência do pobre foi a tese de doutoramento de Alba Zaluar (1994) realizada no início da década de oitenta do século XX. Esta concentra-se na pobreza urbana, produzindo uma etnografia no conjunto habitacional Cidade de Deus, na qual são explorados os seguintes aspectos: o significado da pobreza para os sujeitos da pesquisa (a diferenciação entre trabalhadores pobres e bandidos); a relação dos moradores com os políticos (clientelismo e “compra” de voto); política habitacional (o contexto da remoção de moradores das favelas para as moradias populares- os conjuntos habitacionais); formas de associações populares (vizinhança, agremiações, etc); relações de trabalho (para se distinguirem dos marginais, os moradores se sujeitam a exercerem ocupações desprestigiadas e muitas vezes não regulamentadas, tais como ambulantes, biscateiros, empregadas domésticas, entre outras). Ademais, é comum o exercício de múltiplas atividades, vários subempregos para assegurar o sustento familiar.

3. Entre o estigma e o desejo de distinção: o desejo de distinguir-se das práticas populares na obra *O Cortiço*

Erving Goffman (1988) em *Estigma, notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, lembra que a origem da palavra estigma advém dos gregos, e era utilizada para referir-se a alguém que era marcado, identificado socialmente como ser indesejável por motivo de alguma falta moral cometida. O pobre não seria então um ser socialmente estigmatizado? Para esse autor, “um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (GOFFMAN, 1988, p.13). Um estigma diferencia o sujeito de forma negativa, o estigmatizado assim é identificado na medida em que se afasta do padrão socialmente desejável. “Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande.” (GOFFMAN, 1988, p.12).

Ao que Goffman ressalta: “Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes, uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social.” (GOFFMAN, 1988, p. 15). As classes populares são freqüentemente estigmatizadas. A não capacidade do pobre de constituir poupança, não conseguir assegurar um padrão de vida confortável é amiúde posta como culpa do ator social, o que vai ao encontro da teoria social da culpabilização da vítima, teoria já apresentada por Giddens (2004). Foi esta teoria a que, segundo Chalhoub (1996), predominou no período do final do século XIX. O estigma da pobreza se expande à suas manifestações culturais típicas, seu tipo de moradia, suas características identificáveis e facilmente estereotipadas. Neste capítulo veremos um pouco da dinâmica entre distinção e estigma. Iniciamos com uma exposição do cenário referente ao contexto da obra *O Cortiço* e posteriormente discutiremos a questão dos capitais¹⁸ que propiciam diferenciação entre os personagens.

¹⁸ Esses capitais são valores simbólicos que possuem relevância dentro de um determinado campo, ou contexto particular. Ver: BOURDIEU. Algumas propriedades dos campos. In: _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983. p.89-161.

Falaremos um pouco do processo de urbanização acelerada, o qual é pano de fundo da obra *O Cortiço*. Nicolau Sevcenko em seu clássico *Literatura Como Missão* descreve com um sugestivo título “Inferno social”, o contexto social em que foi ambientado o referido romance. Para o historiador, o país ansiava por desenvolver-se, o que aconteceu de forma acelerada e desordenada. A promessa desse desenvolvimento, no caso, urbano, atraiu um enorme contingente de moradores para a cidade do Rio de Janeiro. Em outros termos: A “especulação fiduciária que se seguiu à instauração da República atuou como um catalisador populacional, atraindo aventureiros e mão-de-obra desocupada de toda parte. (SEVCENKO, 1999, p. 51). O resultado foi o aumento populacional entre os anos de 1890 e 1900, quando a população local aumentou de 522.651 para 691.565 pessoas. Não obstante, o relevo da cidade composto de áreas acidentadas e pantanosas dificultava a construção, na área, de prédios resistentes. Conforme Sevcenko, já em 1882, havia mais pessoas na cidade carioca do que habitações para as mesmas residirem. Não fosse o bastante o problema do espaço, as doenças como malária, tuberculose, lepra, varíola e a terrível febre amarela eram presença constante nas vidas dos moradores, sobretudo, devido às condições insalubres de suas residências. Sobre isso, Sevcenko reproduz um discurso de Visconde de Taunay:

Carência dos moradores e alojamentos, falta de condições sanitárias, moléstias (alto índice de mortalidade), carestia, fome, baixos salários, desemprego, miséria: eis os frutos mais acres desse crescimento fabuloso e que cabia à parte maior e mais humilde da população provar. (SEVCENKO, 1999, p. 54)

Grande parte da população que buscava na então Capital da República uma oportunidade de emprego acabava por residir em cortiços. Habitações extremamente pequenas e desconfortáveis, cujas condições de higienização eram igualmente precárias.



Fotografia de cortiço carioca no final do século XIX

Fonte: <http://www.guesaeerante.com.br>

Um fator importante para compreendermos o surgimento dos cortiços é a valorização do espaço urbano. Em 1904, a especulação imobiliária pressionou para que pudesse tomar posse, através da compra, das grandes residências da zona central da cidade do Rio de Janeiro. Nesse processo, a imprensa foi bastante incisiva em suas campanhas “pró-modernidade”, como podemos observar nas palavras de um jornalista do Jornal do Comércio, Alcindo Guanabara:

E a partir de então que começam a pulular os ‘infernais pandemônios que são as hospedarias e as casas de cômodos’, em que predominava ‘uma revoltante promiscuidade dormindo freqüentemente em um só leito ou em uma só esteira toda uma família. (SEVCENKO, 1999. p. 56)

É interessante a comparação entre dados da realidade apresentado por Nicolau Sevcenko e a ficção retratada por Aluísio Azevedo no que tange à descrição dos cortiços cariocas.

Não obstante, as casinhas do cortiço, a proporção que se atamancavam, enchiam-se logo, sem mesmo dar tempo a que as tintas secassem. Havia grande avidez em alugá-las; aquele era o melhor ponto do bairro para a gente do trabalho. (AZEVEDO, 1995, p. 26)

Durante a *Belle époque* carioca, o desejo de aparentar para o mundo e para si mesmos que o Brasil estava se tornando uma terra "adiantada" era tão exacerbado que, na imprensa eram comuns reportagens criticando os hábitos dos populares.

A população do Rio que, na sua quase unanimidade, felizmente ama o asseio e a compostura, espera ansiosa pela terminação desse hábito selvagem e abjeto que nos impunham as sovaqueiras suadas e apenas defendidas por uma simples camisa meia "sic" rota e enojante "sic", pelo nariz do próximo e do vexame de uma súcia de cafajestes em pés no chão (sob o pretexto hipócrita de pobreza quando o calçado está hoje a 5 \$ o par e há tamancos por todos os preços). (SEVCENKO, 1999, p. 34)

Aqui mais uma vez, a ficção não difere da realidade.

"O Miranda rebentava de raiva.

-Um cortiço! – exclamava ele, possesso- Um cortiço! Maldito seja aquele vendeiro de todos os diabos! Fazer-me um cortiço debaixo das janelas!... Estragou-me a casa, o malvado! (AZEVEDO, 1995, p. 26)

Aqueles moradores que "manchavam" a cidade com a marca moral do desleixo e da sujeira são duramente criticados pela imprensa. Nesse fragmento de texto, percebemos o que pode ser interpretado como uma campanha de higienização da pobreza, quando o autor fala que a pobreza não é desculpa para ser sujo e desarrumado (andar descalço pela cidade). É interessante observar a mudança de sentimento da população carioca em finais do século XIX e início do XX em relação ao pobre, exposta na seguinte afirmação. "Já se foi o tempo em que acolhíamos com uma certa simpatia esses parentes que viam descalços e mal vestidos, falar-nos de seus infortúnios e de suas brenhas"(SEVCENKO, 1999, p. 34) O sentimento do dever cristão da caridade foi suprimido pelo desejo de tornar-se civilizado, *chic*. "Agora, porém, a Cidade? mudou e nós mudamos com ela e por ela." ?(Idem)

As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. Não se demoravam lá dentro e vinham ainda amarrando as calças ou as saias; as crianças não se davam ao trabalho de lá ir, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no recanto das hortas. (AZEVEDO, 1995, p. 17)

Percebemos durante a narrativa literária, a “denúncia” do ambiente insalubre, favorável a proliferação de doenças. Faz-se presente no discurso a associação imediata entre pobreza, sujeira e doença.

Referente ao contexto social e histórico da obra naturalista, cabe lembrar que a cultura popular era considerada como um verdadeiro estigma. Ela declarava a origem social dos grupos. O popular é tido como exótico e inferior. A este respeito Sevcenko relata:

Não era de se esperar, igualmente, que essa sociedade tivesse tolerância com as formas de cultura e religiosidade populares. Afinal, a luta contra a ‘caturrice’, a ‘doença’, o ‘atraso’, e a ‘preguiça era também uma luta contra as trevas e a ignorância, tratava-se da definitiva implantação do progresso e da civilização. (SEVCENKO, 1999, p.33)

O texto de Nicolau Sevcenko aponta para o que “[...] comumente chamamos de distinção, uma certa qualidade, [...] de porte e de maneiras é de fato diferença, separação, traço distintivo, resumindo, propriedade relacional que só existe em relação a outras propriedades.”(BOURDIEU,1996, p. 18) Os sujeitos sociais estão inseridos no que o Bourdieu (1996) denomina de *espaço dos possíveis*. Dentro da posição que os atores sociais ocupam no campo¹⁹, tendem a tomar atitudes conforme o *habitus* no qual foram engendrados. “os *habitus* são diferenciados; mas também diferenciadores.” (Idem) Essas práticas distintivas se manifestam, por exemplo, quando o sujeito fala, como fala e com quem fala, quando se alimenta, do que se alimenta e como se alimenta. Isto constitui forte elemento classificatório,

¹⁹ É uma categoria de Bourdieu que se explica entre outras coisas pela definição de disputa e de interesses específicos. Para que um campo funcione é preciso que existam pessoas aptas a disputar o jogo, com conhecimento das regras.

onde os dominantes arbitram seus gostos e práticas como sendo os únicos legítimos, e a crença dos dominados na mesma sentença alicerça o que Bourdieu denomina violência simbólica.

No estudo sociológico denominado *A Distinção: crítica social do julgamento*, Pierre Bourdieu (2008) disserta sobre a construção do que ele denominou como “modo legítimo”. Esse modo legítimo seria um distintivo, uma marca de classe. Algo que faz com que as pessoas que comunguem desse *status* considerem-se diferentes das demais, que sustentem uma suposta superioridade, e façam os outros sujeitos acreditarem que eles assim o são.

O social para Bourdieu é um campo de tensões onde os sujeitos que ocupam a posição de dominantes visam, através de suas práticas, ideologias e discursos, sustentar essa posição prestigiosa. Essa manutenção ocorre principalmente pela desclassificação do outro, de forma que a verdade do grupo dominante tende a ser imposta e objetivada como a verdade e os valores do grupo vencedor são convertidos em valores legítimos. Vale destacar dois pontos importantes na construção dessa distinção: a *competência cultural* e o *capital escolar*. A *competência cultural* envolve um conjunto de saberes, que estão além dos ensinados em ambiente escolar. Entretanto, o capital escolar é importante para que se tenha excelência nesses outros saberes. O *capital escolar* é desigual para os indivíduos, tendo em vista que existe uma esfera de socialização anterior à escola: a família. E esta já possibilitou um ganho de capital cultural, o qual é diferenciado conforme as origens sociais. Assim, uma criança proveniente das classes populares, cujo capital cultural é desprestigiado pelo capital escolar tem menor probabilidade de obter o domínio da norma culta, da etiqueta, da apreciação das artes (ou seja, *competência cultural*), típico do capital cultural das elites do que uma criança proveniente das classes altas. Dessa forma, a aquisição do capital escolar, que depende do capital cultural fornecido primeiramente pela família, é desigual. É sob esse alicerce desigual, que os sujeitos irão ocupar suas posições dentro do campo e construir seu *habitus*.

Para Bourdieu (2008) a diferente apreciação do mundo realizada pelos grupos faz com que estes sejam também diferentemente classificados. Por contar

com um capital cultural menos privilegiado, o pobre é vítima de uma estigmatização, uma vez que o pobre é identificado superficialmente pelas pessoas de acordo com a negação dos seguintes itens:

- a) o domínio da norma culta;
- b) a utilização de bens duráveis de alto valor aquisitivo;
- c) conhecimento de uma cultura erudita bem como suas manifestações, tais como música clássica, apreciação de obras de arte, etc.

Para a concretização dos itens *a* e *c*, temos como a forma mais evidente de exposição de tais habilidades o diploma de ensino superior. Que é tanto mais valorizado conforme for o prestígio do curso que fora concluído. O que corrobora a idéia estigmatizante de que o pobre é mal-educado, desprovido de “cultura”. Ou mesmo a noção de que o pobre se mantém nesta condição, devido a sua incompetência.

Na literatura, encontramos um exemplo claro do que nos fala Sevcenko, bem como da imposição do modo legítimo que nos relata Bourdieu. Isso ocorre em *O Cortiço*. É pertinente uma comparação entre a descrição de duas personagens femininas do cortiço, Pombinha e Paula (Bruxa), no intuito de perceber que Paula é a representante do saber popular (benzedeira), da cultura indígena (cabocla), e Pombinha, a representação da cultura erudita e do biótipo europeu.

Seguia-se a Paula, uma cabocla velha, meio idiota, a quem respeitavam todos pelas virtudes de que só ela dispunha para benzer *erisipelas* e cortar febres por meio de rezas e **feitiçarias**. Era extremamente **feia, grossa, triste**, com olhos desvairados, dentes cortados à navalha, formando ponta, como dentes de cão, cabelos lisos, escorridos e ainda retintos apesar da idade. Chamavam-lhe “Bruxa”. (Grifo nosso Idem, p.40)

Segue-se a descrição de Pombinha:

Chamavam-lhe Pombinha. **Bonita**, posto que enfermiça e nervosa ao último ponto; **loura, muito pálida**, com uns modos de menina de **boa família**. A mãe não lhe permitia lavar, nem engomar, mesmo

porque o médico a proibira expressamente. (Grifo nosso, Idem, p. 41)

Enquanto Pombinha era loura e bonita, Paula era feia, grossa e triste. Enquanto Paula era trabalhadora, Pombinha era ociosa. E para melhor desnudar a relação de superioridade e inferioridade, percebamos que a primeira era a bruxa e a segunda, a flor do cortiço. O trabalho manual exercido por Paula era visto como algo desprestigiado, o que nos remonta a origem dos gregos no período clássico. Estes acreditavam que a atividade mais nobre para a sociedade era a do espírito, o ócio criativo, no caso, exercido por Pombinha.

O capital escolar como fator diferenciador dentro do grupo pode ser observado na descrição de Aluísio sobre a personagem D. Isabel:

Ali na estalagem lhe dispensavam todos certa consideração, privilegiada pelas suas maneiras graves de pessoa que já teve tratamento: um pobre mulher comida de desgostos. Fora casada com o dono de uma casa de chapéus, que quebrou e suicidou-se, deixando-lhe uma filha muito doentinha e fraca a quem Isabel sacrificou tudo para educar, dando-lhe até mestre em francês. (AZEVEDO, 1995, p. 41)

Isabel era distinta das outras lavadeiras do cortiço por apresentar modos refinados que as demais não dispunham, e por ter valorizado a filha investindo a todo custo na educação da mesma. Observemos então, outro trecho, de como a filha de Isabel, Pombinha, é apresentada pelo autor:

Pombinha era muito querida por aquela gente. Era quem lhe escrevia cartas; quem em geral fazia o rol das lavadeiras; quem tirava as contas; quem lia o jornal para os que quisessem ouvir. Prezavam - na com muito respeito e davam-lhe presentes, o que lhe permitia um luxo relativo. Andava sempre de botinas ou sapatinhos com meias de cor, seu vestido de chita engomado; tinha as suas joiazinhas para sair à rua, e, aos domingos, quem a encontrasse à missa na Igreja de São João Batista, não seria capaz de desconfiar que ela morava no cortiço. (AZEVEDO, 1995, p. 42)

O capital escolar de Pombinha lhe propiciava uma posição de prestígio e respeito na comunidade. Fica patente uma hierarquia de funções. Pombinha era a única pessoa “letrada” no Cortiço São Romão, distinguindo-se dos demais em um ambiente onde havia muitas lavadeiras, muitos trabalhadores da pedreira, capoeiras e vadios. Além do capital escolar, a moça vestia-se de forma mais elegante, usava sapatos, possuía algumas jóias, o que por sua vez aumentava a distância entre ela e as demais moradoras do Cortiço. Os próprios habitantes a reconheciam como alguém “superior” a eles.

Em *O cortiço*, os personagens pobres vivenciam práticas típicas da cultura popular, como os pagodes e capoeira. Essas atividades são parte de seu modo de vida, mas ao mesmo tempo são reconhecidas como “coisa de vagabundo”, de pobre, do povão. Essas manifestações acabam sendo desvalorizadas pelos moradores que não são taxados como vagabundos; para ser “gente direita” há de não se animar demais com os “festejos do povão”, corroborando com Bourdieu (1996) quando o mesmo fala que a violência simbólica “estabelece que as artes de viver dominadas sejam quase sempre percebidas, mesmo por seus praticantes, do ponto de vista destruidor e redutor da estética dominante.” (BOURDIEU, 1996, p. 23) Um bom exemplo desse caso seria a música apreciada pelos populares. A esse respeito, temos na obra de Sevcenko um registro histórico do preconceito contra o violão, como sendo este um instrumento desprestigiado. Conta-nos o autor:

A reação contra a serenata é centrada no instrumento que a simboliza: o violão. Sendo por excelência o instrumento popular, o acompanhante indispensável das ‘modinhas’ e presença constante nas rodas de estudantes boêmios, o violão passou a significar, por si só, um sinônimo de vadiagem. (SEVCENKO, 1999, p. 32)

A inserção da cidade do Rio de Janeiro no progresso, o desejo de reproduzir como um espelho a sociedade francesa e seu ideário de civilização fizeram com que as manifestações populares fossem intoleradas pela elite, compreendidas como um símbolo de atraso. Além do que, o comportamento boêmio era o oposto da postura desejada em uma cidade que se acreditava em franco progresso. A ideologia do trabalho era pregada fortemente, e os lazeres populares soavam como modos de

subvertê-la. Na obra de Aluísio a relação entre malandragem e música popular²⁰ é explícita. Como vemos em um trecho que relata a folia dos vadios: “E ambos tiraram os paletós e mandaram ver parati²¹, ‘ a abrideira pra moqueca baiana’. E não tardou que se ouvissem gemer o cavaquinho e o violão.” (AZEVEDO, 1995, p. 67).

3.1. Miranda e João Romão: entre o capital econômico e o simbólico

Miranda era um homem que já fora pobre e para fugir de tal condição aceitou prender-se a um casamento infeliz com D. Estela a qual o traía com freqüência e de modo pouco dissimulado. Conquanto a posição socialmente prestigiada, por vezes invejava a liberdade do vizinho, João Romão, dono do cortiço vizinho a sua casa.

Feliz e esperto era João Romão! Esse sim, senhor! Para esse é que havia de ser a vida!... Filho da mãe, que estava hoje tão livre e desembaraçado como no dia em que chegou da terra sem nenhum vintém de seu! Esse sim, que era moço e podia ainda gozar muito, por que, quando mesmo viesse a casar e a mulher lhe saísse uma outra Estela, era só mandá-la para o diabo com um pontapé! Podia fazê-lo! Para esse é que era o Brasil! .”(AZEVEDO, 1995, p. 29).

Concomitantemente em que admirava secretamente os atributos de “esperteza” de Romão, as regras de distinção que lhe conferiam alguma credibilidade pesavam-lhe no julgamento acerca da situação deste, perante a sociedade: “Aquele tipo! Um miserável, um sujo, que não pusera nunca um paletó, e que vivia de cama e mesa com uma negra!” (AZEVEDO, 1995, p. 28).

A ocupação de uma posição privilegiada dentro do espaço social não traz apenas benesses, mas um conjunto de regras e procedimentos que são socialmente reconhecidos como marca de classe. A disposição de integrar a elite econômica impedia ao personagem Miranda uma maior liberdade de ação, por mais que odiasse a mulher e esta o humilhasse constantemente. Era seu “papel social” aceitá-

²⁰ Por música popular nesse período se denominava a música local, tocada com instrumentos adotados pelas classes populares, como o cavaquinho e o violão. Não possui qualquer relação com a música popular brasileira (MPB), que ocorrera muito tempo depois.

²¹ Parati é a forma como os moradores designavam cachaça.

la. Caso contrário, perderia a condição burguesa alcançada por intermédio do matrimônio. Entretanto, a diferenciação social não se dava apenas entre pobres e ricos. Os próprios personagens pobres distinguiam-se uns dos outros em graus variáveis de distinção que se expressavam pelo zelo pessoal, pelo grau de instrução em relação aos demais, e também pelos modos de conduta relacionados à etiqueta, como veremos a seguir:

A falta de modos de Libório chocava os moradores do cortiço que se consideravam mais distintos, educados.

- Foi um nojo geral.

- Porco! Gritou Rita, arredando-se.

-Pois se o bruto quer socar tudo ao mesmo tempo! disse Porfiro. Parece que nunca viu comida, este animal!

E notando que ele continuava ainda mais sôfrego por ter perdido um instante:

- Espera um pouco lobo! Que diabo! A comida não foge!
(AZEVEDO, 1995, p. 72)

É rotineiro, no tocante ao senso comum, escutar que o pobre não possui etiqueta, o que não corresponde à realidade, sempre. A etiqueta se configura como um fator de classificação. Todavia, ela se dá de modo diverso, nas classes populares, do que ocorre nas classes abastadas, porque estas apresentam um grau de instrução e de domínio das maneiras superior e por isso, o manejo da etiqueta torna-se pouco distintivo. Se nas elites o usual é ser erudito e apresentar domínio da etiqueta, implica dizer que para destacar-se no grupo é preciso algo mais, algo do qual os outros membros do grupo não sejam detentores. Em O Cortiço, as boas maneiras são um modo de se declarar superior, pois é algo que grande parte dos moradores não possui.

3.2 A reconversão do capital econômico para o simbólico

Um questionamento que passou a assolar os pensamentos de João Romão consiste na seguinte problemática: seria possível um homem de origem social pobre, tornar-se um “homem de boa sociedade”, respeitado e estimado como tal? Tendo obtido uma considerável fortuna, não poderia, finalmente, desfrutar de uma posição social privilegiada?

Certas dúvidas aborrecidas entravam-lhe agora a roer por dentro. Qual seria o melhor e o mais certado: - ter vivido como ele vivera até ali, curtindo privações, em tamancos e mangas de camisa; ou ter feito como o Miranda, comendo boas coisas e gozando à farta? ... Estaria ele, João Romão, habilitado a possuir e desfrutar tratamento igual ao do vizinho?... Dinheiro não lhe faltava para isso... Sim, de acordo! Mas teria ânimo de gastá-lo assim, sem mais nem menos?... Sacrificar uma boa porção de contos de réis, tão penosamente acumulados, em troca de uma tetéia para o peito? Teria ânimo de dividir o que era seu, tomando esposa, fazendo família e cercandose de amigos? Teria ânimo de encher de finas iguarias e vinhos preciosos a barriga dos outros, quando até ali fora tão condescendente para com a sua própria? E, caso resolvesse mudar de vida radicalmente, unir-se a uma senhora bem educada e distinta de maneiras, montar um sobrado com o Miranda e volver-se titular, estaria apto para o fazer? Poderia dar conta do recado?
(AZEVEDO, 1995, p. 113)

Logo percebeu que essa posição diferenciada dentro do campo lhe custaria bem mais do que dinheiro propriamente dito. Era preciso incorporar o *habitus* da nobreza. Tornar-se um membro da elite exigia o cumprimento de normas de conduta rígidas, as quais independiam do desejo pessoal do sujeito, como por exemplo: o casamento, que se constituía em uma obrigação social, bem como a procedência da esposa deveria ser aprovada pelo grupo (“senhora bem educada e distinta”). Observa-se certa semelhança entre o cerimonial da sociedade de corte, descrito por Norbert Elias,(2001) no qual a liberdade do indivíduo é limitada em virtude de uma estrutura social já estabelecida para ele por um grupo que deseja com isso manter seu *status quo*. Há inclusive a obrigação do dispêndio, do luxo, de “gastar com os outros membros dessa sociedade, por meio de jantares, gastos com itens de elevado valor aquisitivo. Pois não basta que se possua capital econômico, é preciso demonstrar sua pose, ritualizando-o, mediante o gasto supérfluo, demonstrando que

“não se está com o dinheiro contado”. Nesse sentido, há mais semelhança da nobreza dos oitocentos e o *habitus* cortesão do que com o espírito capitalista presente na lógica da sociedade burguesa representado pela frieza do cálculo racional.

Afinal a dolorosa desconfiança de si mesmo e a terrível convicção de sua impotência para pretender outra coisa que não fosse juntar dinheiro, e mais dinheiro, e ainda mais sem saber para que e com que fim. [...] Fora uma besta! Pensou de si próprio. Pois não! Por que em tempo não tratara de habituar-se logo a certo modo de viver, como faziam tantos outros seus patrícios e colegas de profissão? Por que, como eles, não aprendera a dançar? E não freqüentara sociedades carnavalescas? E não fora de vez em quando à Rua do Ouvidor e aos teatros, e a bailes, e a corridas, passeios? Por que não habituara-se com as roupas finas, e com o calçado justo, e com a bengala, e com o lenço, e com o charuto, e com o chapéu, e com a cerveja, e com tudo que os outros usavam naturalmente, sem precisar de privilégio para isso? Maldita economia! - teria gastos é verdade! Não estaria tão bem, mas ora Deus [...] Seria um homem civilizado!
(AZEVEDO, 1995, p. 114)

Travou-se uma espécie de diálogo esquizofrênico na mente de João Romão entre o *habitus* da nobreza com sua lógica do desperdício e esbanjamento e o *habitus* modelado pelo espírito capitalista e sua dinâmica de acumulação, economia e controle de receitas. Quando chegou ao Brasil, pobre e disposto a fazer fortuna, João Romão não se importava em agir de modo desleixado, sem “educação”, em meio à sujeira, visto que esses construtos perpassam o imaginário popular acerca do pobre. Todavia, tais atributos vindos de membro da elite causam escândalo. Ao mudar seu *status* econômico, João Romão foi sentindo-se impelido e mudar seu *status* simbólico. Logo, a presença do seu atual antípoda causava-lhe repulsa: “O vendeiro lançava para baixo, olhares de desprezo sobre aquela gentilha sensual, que o enriquecera, e que continuava a mourejar estupidamente, de sol a sol, sem outro ideal senão comer, dormir e procriar.” (AZEVEDO, 1995, p. 158). Em sua busca de inclusão junto à elite carioca, o mundo parecia dividir-se entre os civilizados, em seu entender eram os homens ricos e distintos, e em contrapartida, os incivilizados, indesejados e incapazes, os pobres.

Quanto mais desejava tornar-se um “estabelecido”²² dentro do grupo dominante, mais lhe desagradava as ações dos pobres moradores do cortiço. Passava agora a vigiar-lhes, e tentava impor disciplina ao lugar.

Parava defronte das tinas vazias, encolerizado, procurando motivos para ralhar. Mandava, com um berro, saírem as crianças do seu caminho: ‘ Que praga de piolhos! Arre, demônio! Nunca vira tanta gente tão danada para parir! Pareciam ratas!’

Protestou contra os galos de um alfaiate, que se divertia a fazê-los brigar, no meio de uma grande roda, entusiasmada e barulhenta. Vituperou contra italianos, porque estes, na alegre independência do domingo, tinham à porta da casa uma esterqueira das cascas de melancia e laranja, que eles comiam tagarelando, assentados sobre a janela e a calçada.

- Quero isto limpo! Bradava furioso. Está pior que um chiqueiro de porcos! Arre! Tomara que a febre amarela os lamba a todos! Maldita raça de carcamanos! Não de trazer-me tudo isto asseado ou vai tudo para o olho da rua! Aqui mando eu! !(AZEVEDO, 1995, p. 115)

No trecho acima, percebemos a construção do pobre como sujo, sem educação e que procria demasiadamente. As crianças são chamadas de piolhos, que são parasitas indesejáveis. Não por acaso, João Romão nunca desejou ter filhos com Bertoleza, tendo esta realizado abortos com a ajuda de Paula (Bruxa). Os filhos indicavam um investimento incerto, a única certeza que teria é a do gasto com sua criação, sem a garantia de um retorno financeiro e a João Romão não apetecia dividir o que era seu.

Sua cólera se voltou contra os hábitos referentes à higiene dos moradores. A sujeira que se fazia presente no cortiço facilitava a propagação de doenças, conforme vimos na afirmação: “Tomara que a febre amarela os lamba a todos!” Interpretação essa bastante presente nos estudos de Chalhoub (1996). Outra preocupação de Romão concernente à higienização emergia pelo fato de que o estigma social recaindo sobre os moradores, recairia também sobre a reputação da estalagem, o que conseqüentemente, ocasionaria uma desvalorização do imóvel e redução dos lucros. Entra em cena a especulação imobiliária.

²² Referindo-se ao conceito de estabelecidos, de Norbert Elias na obra *Os estabelecidos e outsiders*.

3.3 Táticas de sobrevivência

Michel de Certeau em *A invenção do cotidiano: As artes de fazer 1*, versa acerca das relações entre aqueles que possuem meios de impor uma moral, um padrão estético, pedagógico etc, ou seja, a cultura dominante e aqueles que não possuem a possibilidade concreta de seguir esse padrões estipulados de cima para baixo. A imposição da cultura elitizada é, em realidade, a expressão de um arbítrio cultural, onde há um grupo dominante, detentor de maior capital cultural, que irá decidir o que é legítimo. (BOURDIEU, 2000). Desse modo, para integrar a percepção da elite, é preciso que se conheça as regras que lhe são peculiares concernentes a este campo, visto que para incorporar esse *habitus*, é necessário ter acesso a um capital intelectual reconhecido, capital financeiro herdado ou adquirido. Portanto, aumenta-se o abismo entre aqueles que são possuidores de um alto capital econômico e os que não o possuem. As condições de acesso dos diferentes grupos sociais não são igualitárias. No entanto, cultura não designa apenas erudição, mas um conjunto de bens simbólicos. Por sua vez, cultura popular pode ser compreendida como uma cultura não oficial, pois se constrói à margem da cultura assimilada e praticada por uma elite socioeconômica.

A cultura popular seria assim uma forma de “resistência moral”; um modo de fazer e de viver de acordo com suas possibilidades reais e cotidianas. Enquanto a cultura dominante arbitra sobre o que *deve ser* feito e apreciado, a cultura popular faz o que *pode ser* feito por esses atores sociais que não dispõem das mesmas condições de desfrutar do capital cultural que os dominantes possuem, ou como esclarece Certeau (2011, p. 83): “A ordem efetiva das coisas é justamente aquilo que as táticas ‘populares’ desviam para fins próprios”. Nesse sentido, a obra *O Cortiço* apresenta situações em que as relações de força ao menos momentaneamente, se invertem, e a mulher domina o homem, o colonizado “domina” o colonizador. Vejamos alguns exemplos:

- a. A dominação do homem pela mulher:

Ora! Era preciso ser bem esperta e valer muito para arrancar assim da pele dos homens ricos aquela porção de jóias e todo aquele luxo de roupa por dentro e por fora! [...] seja assim ou assado, a verdade é que ela passa muito bem de boca e nada lhe falta: sua boa casa, seu bom carro para passear à tarde; teatro toda a noite; bailes quando quer e, aos domingos, corridas, regatas, pagodes fora da cidade e dinheirama grossa para gastar à farta! Enfim, só o que afianço é que esta não está sujeita, como Leocádia e outras, a pontapés e cachações de um bruto de um marido. (AZEVEDO, 1995, p. 104)

Na moral da cultura da elite, a boa esposa é aquela que se submete ao marido, é subjugada por ele. O casamento torna-se quase uma obrigação social, e cabe ao marido ou a uma herança familiar, gerida normalmente pelo pai, o seu sustento. No caso da mulher pobre, o casamento além de impor um comportamento obediente e o pressuposto da fidelidade, torna a mulher ainda mais dependente do homem, pois a separação no período abordado na obra de Azevedo significativa o abandono e a “perdição”. No trecho acima, Rita Baiana comenta com admiração, as atitudes de Leone, prostituta. Para Rita parecia maravilhoso que uma mulher fosse dona de seu dinheiro, e o conseguisse extraíndo-o dos homens, que, em sua compreensão, seriam uma espécie de “parasita social da mulher”. Em sua visão, a mulher que não se entrega a sentimentalismos, que guarda seu amor para si é mais livre do que a esposa, exposta a uma dominação patriarcal mais forte.

B) A “colonização do colonizador”

A revolução afinal foi completa: a aguardente de cana substituiu o vinho; a farinha de mandioca sucedeu à broa; a carne seca e o feijão preto ao bacalhau com batatas e cebolas cozidas.[...] Jerônimo principiou a achar graça no cheiro do fumo e não tardou a fumar também com os amigos. (AZEVEDO, 1995, p. 104)

Jerônimo, personagem a quem o trecho acima se refere, além da perfeita ambientação em termos de alimentação, adotou também os costumes, as músicas, principiou a dormir de rede e pedira à mulher, portuguesa, que imitasse a cozinha e os asseios da mulata Rita Baiana. Essa inversão do lugar simbólico ocorre por meio das pequenas táticas de sobrevivência em condições hostis.

4. Da associação entre pobreza e marginalidade na obra *O Cortiço*

Sidney Chalhoub (1996), em sua obra mais clássica *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, trata sobre os cortiços cariocas, desde sua gênese até seu declínio; nela, há um tópico que se dedica ao estigma atribuído às classes de baixo poder aquisitivo, denominadas pelo poder público como “classes perigosas”.

O termo *classes perigosas* teria sido cunhado por Mary Carpenter, escritora inglesa de 1840, que o teria usado para designar os meninos de rua ou “infância culpada”, para ser fiel às palavras da autora. Em nosso país, o termo foi flexionado de forma bastante diferenciada do sentido original. Conforme Chalhoub (1996), a expressão foi encontrada em um importante debate da Câmara dos Deputados do Império após a abolição da escravatura, isso porque havia uma preocupação sobre o que fazer com a então mão-de-obra, não mais escrava. O que faria agora essa população até pouco tempo cativa? Como convencê-los ao trabalho?

M. A. Frégier escreve um livro influente no período de 1840, quando foi publicado, o qual se denominava *As classes perigosas da população nas grandes cidades*. Frégier tratou, na supracitada obra, sobre ladrões, pequenos golpistas e prostitutas que habitavam a antiga Paris. Para Chalhoub (1996), Frégier não soube separar a população meliante da população pobre. Por pensar de forma semelhante, nossos deputados daquela época fizeram da associação entre pobreza e marginalidade sua principal ferramenta “na guerra santa contra os vadios” (CHALHOUB, 1996, p.21).

O discurso político bradava que “a principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito da poupança, que, por sua vez, se reverte no conforto para o cidadão” (CHALHOUB, 1996, p.21). Deste ponto de vista, o pobre não poderia ser um bom cidadão, posto que, se vive em dificuldades e não tem conforto é por que não teria trabalhado ou poupado suficiente para isso.

De acordo com Chalhoub (1996), não se denotaria no discurso vigente das elites cariocas, diferenciação entre pobreza e marginalidade. O autor destaca que essa representação estigmatizada do pobre teria ocasionado erros históricos

irreparáveis. “Assim é que a noção de que a pobreza do indivíduo era fato suficiente para torná-lo um malfeitor em potencial teve enormes conseqüências para a história desse país.” (CHALHOUB, 1996, p.23). Uma dessas conseqüências consistiria no tratamento truculento que a ação policial teria reservado às comunidades carentes. Outra, seria a potencialização do racismo, haja vista que a população até recentemente escrava, adensaria a população pobre e desocupada.

4.1 Da disciplina para o trabalho ao vagabundo como bandido em potencial

“Das portas surgiam cabeças congestionadas de sono; ouviam-se amplos bocejos” (AZEVEDO, 1995, p. 37). Azevedo descreve o despertar dos moradores, que apesar do sono devem acordar cedo para cumprir suas obrigações. Estas são divididas por gênero: as mulheres trabalham lavando roupas “para fora” e os homens trabalham em sua maioria na pedreira mais próxima. Os trabalhadores pobres são incumbidos de incorporarem a disciplina, e devem por isso acordar cedo, orquestrar seus movimentos para espantar os fantasmas da preguiça e da vagabundagem, tão nocivos à lógica do capital. Temos como exemplo da disciplina incorporada a mulher que vivia “maritalmente” com João Romão, Bertoleza, escrava supostamente alforriada²³; que trabalhava de sol a sol, economizava em tudo que podia, era, em suma, um corpo que fora adestrado (desde os tempos de escravidão) ao trabalho duro, ao ritmo intenso de produção. Bertoleza é um exemplo claro de um corpo dócil.

Outro personagem que no início da trama representava um exemplo categórico de um corpo disciplinado era o imigrante português Jerônimo. Não faltava ao trabalho, acordava cedo, coordenava os trabalhos dos companheiros e exercia sobre os mesmos intensa vigilância, como se expõe no trecho abaixo:

Comigo é que eles não faziam cera. Isso juro eu! Entendo que o empregado deve ser bem pago, ter sua comida à farta, o seu gole de vinho, mas que deve fazer serviço que se veja, ou então, rua! Rua, que não falta por aí quem queira ganhar dinheiro! Autorize-me a olhar por eles e verá! (AZEVEDO, 1995, p. 53)

²³ Bertoleza acreditou até as vésperas de sua morte que fora alforriada por seu amante, João Romão, quando, na realidade continuava a ser escrava.

O exame, como técnica de distinção entre os hábeis e os inaptos, foi habilmente descrito por Aluísio Azevedo por meio do personagem Jerônimo.

Jerônimo, porém, era perseverante, observador e dotado de certa habilidade. Em poucos meses se apoderava do seu novo ofício e, de quebrador de pedra, passou logo a fazer paralelepípedos; e depois foi-se ajeitando com o prumo e com a esquadria e meteu-se a fazer lajedos; e finalmente, à força de dedicação pelo serviço, tornou-se tão bom quanto os melhores trabalhadores da pedreira e a ter salário igual ao deles. Dentro de dois anos, distinguia-se tanto entre os companheiros, que o patrão o converteu numa série de contra-mestre e elevou-lhe o ordenado a setenta mil réis. (AZEVEDO, 1995, p. 56)

O êxito da disciplina se sustentava pela tríade: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora, bem como em sua combinação em um procedimento específico da disciplina, o exame, o qual consistia em separar os bons funcionários, alunos, pacientes etc para que fosse possível recompensar os melhor adaptados e punir ou adequar os “incapazes”.²⁴ O personagem Jerônimo incorporara a disciplina como algo positivo, um modo de proteger as vagas de empregos, daqueles que não estavam dispostos a “render no serviço”, isto é, trata-se de uma separação do lugar social dos indivíduos classificados em pobre laborioso ou vagabundo. “Ele (Jerônimo) não admitia relaxamentos, nem podia consentir que um preguiçoso se demorasse ali tomando o lugar de quem precisava ganhar o pão.” (AZEVEDO, 1995, p. 57)

Ao falarmos do capitalismo do século XIX, temos como palavras-chave a disciplina e com ela a subversão e até mesmo a violência daqueles que resistiam ao padrão dominante. Para os pobres daquela época, havia uma classificação binária: ou se era laborioso ou vagabundo. Aqueles sujeitos que trabalhavam somente quando era absolutamente necessário, quando estavam passando fome, eram

²⁴ A disciplina está sendo exposta conforme a definição Foucaultiana da mesma. A disciplina foi essencial para a fase inicial do capitalismo, no qual fora preciso adaptar os corpos dos camponeses a uma nova forma de trabalhar os movimentos, os horários, e executar tarefas em ritmo nunca antes determinado. “As disciplinas estabelecem uma infra-penalidade”, quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis, qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença. (FOUCAULT, 1998, p. 149)

considerados vagabundos, da mesma forma que aqueles que nunca se dedicavam a um emprego. Conforme a definição de Joel Rufino dos Santos (2004), o vagabundo é aquele incapaz de se submeter a um trabalho continuado. É essa também a perspectiva em *O Cortiço*. Tal como informa Chalhoub (1999) não havia uma diferenciação entre o pobre, o vagabundo e o delinqüente e por isso o pobre era sempre suspeito, alguém a ser vigiado.

Fica evidente um controle, muitas vezes seguido de coação. Em *O cortiço*, o dono da estalagem João Romão procurava não proibir os festejos de seus condôminos. Contudo, havia uma vigilância para que as folias e desavenças dos moradores não ultrapassassem os limites de uma sociabilidade relativamente amistosa para um cortiço.

Miranda, o vizinho do cortiço São Romão, ficava por vezes observando o que se passava no cortiço, uma vez que a forma como fora projetada a arquitetura do local permitia uma observação do que lá ocorria. Quando os hábitos dos moradores pobres do São Romão o incomodavam para além dos limites do aceitável, não hesitava em intervir:

“O Miranda apareceu furioso à janela [...]

- “Vão gritar para o inferno, com um milhão de raios” berrou ele, ameaçando para baixo.

-Isso já é demais! “Se não se calam, vou daqui direto chamar a polícia”. Súcias de brutos!”(AZEVEDO, 1995 p. 70)

4.1.1 Resistência do vagabundo

Na sociedade moderna, percebemos a coexistência entre o sujeito altamente disciplinado, sempre pronto para render mais em suas funções sociais e o seu antípoda: o vadio. O vadio é compreendido como aquele sujeito que não exerce um ofício ou função constante.

Em *O Cortiço*, temos uma personagem central no que chamaríamos de rotas alternativas, ou de fuga contra a disciplina imposta: Rita Baiana. Esta foi descrita por suas companheiras de moradia e de ofício, da seguinte forma: “Aquele não endireita mais!...Cada vez fica mais assanhada!... Parece que tem fogo no rabo! Pode haver o serviço que houver, aparecendo pagode, vai tudo pro lado!” (AZEVEDO, 1995 p. 44) Rita não se caracteriza em uma das mais célebres construções da pobreza, a do pobre laborioso, aquele que deseja trabalhar, mas não consegue emprego.

Ainda assim não é má criatura... Tirante o defeito da vadiagem...

-Bom coração tem ela até demais, que não guarda um vintém pro dia de amanhã. Parece que o dinheiro lhe faz comichão no corpo!

-Depois é que são elas” ... O João Romão já não lhe fia!

Pois olhe que a Rita lhe tem enchido bem as mãos; quando ela tem dinheiro é porque gasta mesmo! (AZEVEDO, 1995 p. 45.)

Rita Baiana, nunca introjetara o “espírito do capitalismo”, por assim dizer, jamais deixava de divertir-se ao invés de trabalhar. E sempre que recebia algum dinheiro, seja de algum amante, seja de algum serviço informal como a lavagem de roupas, gastava-lhe logo. A personagem só trabalhava quando estava sem condições materiais de sobrevivência. Por isso, o uso de suas forças seguiam um ritmo não orquestrado pela lógica produtivista da disciplina, mas pela vadiagem convicta. No trecho abaixo, temos uma amostra da percepção que os moradores do cortiço tinham a respeito de Rita Baiana: “- A Rita Baiana? Sei lá! Faz amanhã oito dias que ela arribou! A Leocádia explicou logo que a mulata estava com certeza de pândega com o Firmo. “(AZEVEDO, 1995, p. 44).

Entre as práticas que modificam os códigos e normas da classe dominante, produzindo um outro modo de fazer, de falar, consumir etc, constituindo o que Certeau (2011) denominou de resistência moral, há uma economia do “dom”, onde a generosidade faz um contraponto à lógica acumulativa, produtivista e individualista.

Do mesmo modo, a perda que era voluntária em uma economia do dom se transforma em transgressão na economia do lucro: aparece aí como excesso (desperdício), contestação (a rejeição do lucro) ou delito (atentado contra propriedade). (CERTEAU, 2011, p. 84).

Diferentemente do pobre, que para Rufino dos Santos (2000) “se vira” através de empregos informais, ou atividades esporádicas quando não possui emprego fixo, o miserável é conceituado como o indivíduo que não é capaz de suprir suas necessidades por meio de seu trabalho, vivendo assim da caridade alheia ou do auxílio governamental. Dada a ausência de um Estado que investisse em assistência, o socorro possível vinha da sociedade civil. Em *O Cortiço* observamos o exemplo de Libório: “Um tipão, o velho Libório! Ocupava o pior canto do cortiço e andava sempre a fariscar os sobejos alheios, filando aqui, filando ali, pedindo a um e outro, como um mendigo, chorando misérias eternamente [...]” (AZEVEDO, 1995, p. 71).

4.2 O VADIO E “O CAPOEIRA” (Os Carapicus e Cabeças de gato)

Durante esse capítulo, nossa intenção consiste na reflexão referente à associação entre pobreza e marginalidade, e a esses dois itens encontramos muitos construtos simbólicos. Guiados pela narrativa literária de Azevedo, passeamos por uma estrutura social que deixou vestígios por meio dos mais variados documentos e textos historiográficos, tais como o de Luiz Sergio Dias (2001) intitulado *Quem tem medo da capoeira?* Na obra em lide, o autor produz um recorte temporal que compreende de 1890, período em que foi publicado *O Cortiço*, até 1904. A obra de Dias (2001) dialoga diretamente com os personagens da ficção azevediana, e esse aspecto que exploraremos a seguir.

O capítulo primeiro de Dias (2001) denomina-se *De Carapicus e Cabeças-de-Gato*²⁵, fazendo alusão aos personagens Firmo e Porfírio. “Carapicus e Cabeças de gato, a princípio, levaram à identificação com maltas de capoeiras e, em certo sentido, com as duas grandes nações, nagoas e guaiamus, que congregavam maltas de capoeiras na capital.” (DIAS, 2001, p. 18). “Os capoeiras” eram grupos relativamente bem organizados, e personagens constantes da urbanidade carioca, geralmente descritos como sujeitos dissociados da disciplina para o trabalho e valentões. Em suma, uma ameaça à ordem pública, por serem supostamente afeitos a conflitos em plena rua (a capoeira percebida como luta) e avessos ao adestramento do corpo em prol do trabalho. Nesse sentido, o capoeira seguia uma lógica destoante do capitalismo e da sociedade disciplinar, uma vez que a energia que deveria ser empregada no ofício remunerado estava sendo “desperdiçada” em uma atividade não lucrativa.

Através da leitura de relatórios produzidos pelos Chefes de Polícia da Corte, relatórios dos Ministros da Justiça, o historiador Luis Sergio Dias (2001) percebeu que a capoeiragem abrigava um grupo complexo e heterogêneo:

²⁵ Nome dado no romance aos dois cortiços rivais. Carapicus eram chamados os moradores do cortiço São Romão, e Cabeças de gato, os moradores do cortiço vizinho, não identificado pelo nome formal.

Não podendo ser analisada apenas como movimento exclusivamente de resistência negra [...] inclusive pelo fato de as maltas ou capoeiras isoladamente agredirem-se indiscriminadamente negros, mulatos, escravos livres; além de ser relevante a circunstância de que eram comuns os choques entre maltas, e mais seriamente, envolvendo as duas grandes nações nagoa e guaiamu. (DIAS, 2001, p. 19)

Observemos a homologia entre a ficção e a realidade no texto literário abaixo:

No melhor da luta, ouviu-se na rua um coro de vozes que se aproximava das bandas do Cabeça de Gato. Era o canto de guerra dos capoeiras do outro cortiço, que vinham dar batalha aos Carapicus, para vingar com sangue a morte de Firmo, seu chefe malta. (AZEVEDO, 1995. p. 178)

Em *O Cortiço*, está exposta situação semelhante retratada por Dias (2001). Uma vez que a população pobre convivia em um espaço comum no qual habitavam imigrantes portugueses, nordestinos e negros livres, era comum que ocorresse em alguma circunstância, conflitos por questões culturais ou desavenças corriqueiras que emergiam independentemente da etnia de cada grupo, como, por exemplo, as rugas por disputa pelo parceiro amoroso. Fora esse o caso das personagens Firmo, mulato praticante da capoeira e Jerônimo, imigrante português, que disputavam a navalhadas, o amor de Rita Baiana.

Em *O cortiço*, a palavra capoeira tornou-se adjetivo. Era usada para classificar o sujeito que não apenas praticava capoeira, mas que impunha temor aos demais, cuja intrepidez estava sempre acompanhada de uma navalha no bolso e da disposição para usá-la. Em *O Cortiço*, há episódios que alicerçam a visão destemida do capoeira, tal como a luta entre Jerônimo e Firmo, na qual, ao final, surge a arma branca. “E então o mulato, com o rosto banhado se sangue, refileando as presas e espumando de cólera, erguera o braço direito onde se viu cintilar a lâmina de uma navalha”. (AZEVEDO, 1995. p. 121) Essa imagem que se popularizou, “do capoeira”, durante o final dos oitocentos, que aparece na obra de Azevedo, traz correspondência histórica verificada em autores como: Caio Prado Jr

(1957), Luiz Sergio Dias (2001) e CHALHOUB(1996). É o que vemos no discurso proferido na Câmara dos Deputados, em setembro de 1887:

(...) Não há hoje desordeiro, faquista, perverso, criminoso por ferimentos ou assassino, **que não seja um capoeira**; é um modo de dizer, é uma locução que se tomou vulgar e que está na linguagem do povo, direi mesmo da polícia. Do mesmo modo se diz que ele deu uma navalhada ou estava com uma navalha; embora se trate de um estoque, de um canivete de mola, de um punhal, de uma faca, ou de outro instrumento cortante (ANAIS, sessão e 5 set. 1887, p. 20).

É possível observar na ilustração do jornal, *A Lamparina*, a forma como os setores letrados enxergavam a figura do capoeira. Homens que executavam com destreza movimentos rápidos, e bem coordenados, (a capoeira enquanto dança), mas voltados para a defesa e o ataque, este último incrementado com a arma branca. Vejamos a imagem abaixo:



A LAMPARINA
(Kalixto)

Luta de capoeiras

Fonte: DIAS, 2001.

A preocupação das autoridades com a potencial desordem dos “capoeiras” ficou registrada por meio do Código Penal de 1890 que criminalizou a prática da capoeira. Para Dias (2001), esse processo de criminalização pode ser compreendido à luz da ideologia que caracterizava os praticantes da referida atividade como

vagabundos e subversivos. Esse tipo de generalização era disseminada até mesmo nos ciclos intelectuais, tal é o exemplo de Caio Prado Jr:

Nas cidades, os vadios são mais perigosos e nocivos, pois não encontram, como no campo, a larga hospitalidade que lá se pratica, nem chefes sertanejos prontos a empregarem sua belicosidade. No Rio de Janeiro era perigoso transitar só e desarmado em lugares ermos, até em pleno dia. O primeiro intendente de polícia da cidade, nomeado quando a Corte se transferiu para ela, Paulo Fernandes, tomara enérgicas medidas contra tais elementos. Mas o mal se perpetuou, e só na República, ninguém o ignora, serão os famosos **“capoeiras”, sucessores dos vadios** da colônia, eliminados da capital. (PRADO JR, 1957, p. 282, grifo nosso.)

No texto de Caio Prado, notamos que a concepção que se tinha dos capoeiras imbricava os construtos: perigosos e nocivos, os quais seriam, em realidade, o vadio da colônia com outra roupagem. Denota-se nas entrelinhas a associação entre classes pobres e classes perigosas. Classes estas que deveriam ser afastadas do convívio da elite. A marginalização do capoeira configurou-se como uma das estratégias de criminalização da pobreza. No item seguinte, abordaremos a ideologia de culpabilização da vítima imersa no contexto das campanhas a favor do expurgo dos cortiços no Rio de Janeiro.

4.3 Cortiço: a morada do pobre

Para Chalhoub (1996), a superpopulação nos cortiços cariocas durante o período de 1870 a 1880 tornou-se periclitante principalmente devido às migrações dos portugueses que buscavam trabalho no comércio que se realizava na capital, assim como as migrações internas. Deste modo, grupos heterogêneos povoavam as habitações populares. “Migrantes portugueses e negros crioulos ou africanos; escravos vivendo ‘sobre si’, libertos e livres dividiam democraticamente, mesmo que nem sempre de forma pacífica, os cortiços.” (CHALHOUB, 1996, p. 88). A convivência desses grupos pertencentes às classes populares, que viviam em condições insalubres tornou-se a chaga aberta da urbanização na capital. A população pobre dos cortiços foi culpabilizada imediatamente pelo surto de febre amarela pelo qual a cidade foi acometida. Iniciou-se uma verdadeira cruzada do poder público contra as habitações populares, generalizadas como cortiço. Na obra de Azevedo (1995), temos descrições do cortiço Cabeça de gato²⁶ que muito se aproximam dos relatos históricos de Chalhoub (1996): “À proporção que o São Romão se engrandecia, mais e mais ia-se rebaixando, acanalhado, fazendo-se cada vez mais torpe, mais abjeto, mais cortiço, vivendo satisfeito do lixo e da salsugem que o outro rejeitava.” (AZEVEDO, 1995, p.219)

O verdadeiro tipo da estalagem fluminense, a legendária; aquela em que há uma samba e um rolo por noite; aquela em que matam homens sem a polícia descobrir os assassinos; viveiro de larvas sensuais em que irmãos dormem misturados com as irmãs na mesma lama; paraíso de vermes; brejo de lodo quente e fumegante, de onde brota a vida brutalmente, como de uma podridão. (AZEVEDO, 1995, p.219)

Os moradores do Cabeça de gato são comparados a vermes, por viverem em meio à imundície, longe da polícia, da moral cristão. A vertente naturalista, ao mesmo tempo em que denuncia as condições precárias em que essas pessoas sobrevivem, expressa o determinismo do meio sobre o homem. O comportamento reprovável dos moradores é explicado pelas condições materiais e sociais em estes vivem. Como ser polido onde não é disponibilizada instrução? Como ser asseado

²⁶ O nome pelo qual o cortiço foi chamando era o mesmo que denominava seus moradores.

onde não há condições sanitárias satisfatórias, mulheres e homens convivendo em um espaço insuficiente, insalubre e inadequado? Por todas essas questões suscitadas pelo problema da precariedade das habitações populares, estas se tornaram pauta fixa nas questões de planejamento público.

Barata Ribeiro, então prefeito da capital federal, quando da defesa de sua tese de doutorado, cujo título era: *Quais as medidas sanitárias que devem ser aconselhadas para impedir o desenvolvimento e propagação da febre amarela na cidade do Rio de Janeiro?*, defendeu o extermínio dos cortiços cariocas.

Alimenta-os a lubricidade do vício, que se ostenta impudonorosa (sic), ferindo os olhos e os ouvidos da sociedade séria que deles se aproxima, e a miséria andrajosa e repugnante, que faz da ociosidade um trono, e por um contraste filhos das circunstâncias peculiares à vida das grandes cidades, ao lado [...] do vício e do lodaçal impuro do aviltamento moral, está também o leito do trabalhador honesto, que respira à noite a atmosfera deletéria deste esterquilínio de fezes! (BARATA RIBEIRO apud CHALHOUN, 1996, p. 51)

Mais adiante, disserta acerca dos moradores dos cortiços:

No cortiço acha-se de tudo: o mendigo que atravessa as ruas como um monturo ambulante; a meretriz impudica, que se compraz em degradar a alma, os tipos de todos os vícios e até [...] o representante do trabalho [...] Compreende-se desde logo o papel que representam na insalubridade da cidade estas habitações, quando nos lembramos que além de todas as funções orgânicas do seres que povoam, no cortiço lava-se, engoma-se, cozinha-se criam-se aves , etc. (BARATA RIBEIRO apud CHALHOUN, 1996, p. 51)

A ojeriza de Barata Ribeiro, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, condizia com o coro entoado pela imprensa e por seus colegas da área da saúde. Essa atmosfera foi captada por Aluizio Azevedo. Na trama que envolve as personagens das classes populares e da elite econômica e intelectual, fica patente a tensão entre os extremos, onde os dominantes decidem não mais tolerar os

dominados. Em *O cortiço*, o personagem João Romão que passara grande parte da sua existência vivendo em condições precárias e parecia estar adaptado às mesmas, percebe-se enojado com o cenário que sempre lhe fora habitual. A aversão surgiu quando Romão passou a barganhar uma ascensão social e a aceitação da burguesia. Compor a nova classe significava comungar de seus valores e ideologias. No trecho abaixo, flagramos a “epifania” de João Romão:

À noite, quando se esticou na cama, ao lado de Bertoleza, para dormir, não pôde conciliar o sono. Por toda a miséria daquele quarto sórdido; pelas paredes imundas, pelo chão enlameado de poeira e sebo, nos tetos funebriamente velados pelas teias de aranha, estrelavam pontos luminosos em grã-cruzes, em hábitos e veneras de toda a ordem e espécie. E em volta de seu espírito, pela primeira vez alucinado, um turbilhão de grandezas, que ele mal conhecia e mal podia imaginar[...] ondas de seda, veludo e pérolas[...] (AZEVEDO, 1995. p. 111)

O texto acima revela a dialética entre estigma social e distinção. Estando o personagem diante do estigma da pobreza, por um lado, e do desejo de “tornar-se alguém” na “boa sociedade”, por outro, vamos ao encontro da teoria de Goffman, segundo a qual: “A sociedade está organizada tendo por base o princípio de que qualquer indivíduo que possua certas características sociais tem o direito moral de esperar que os outros o valorizem e o tratem de maneira adequada.” (GOFFMAN, 1959, p. 21) Goffman (1959) discorre a respeito de uma exigência moral que o ator social reivindica a partir do momento que sustenta pertencer a um determinado papel social, um lugar social. Outra necessidade de simulação que perpassa o cotidiano do pobre é a necessidade de transmitir uma imagem socialmente desejável. Em *O Cortiço*, João Romão deseja converter o capital econômico em capital simbólico. Tendo obtido uma considerável quantia em dinheiro, percebe que poderá comprar uma posição de prestígio entre os burgueses, diferenciando-se assim dos pobres que habitavam o cortiço.

Os pobres, moradores dos cortiços, eram estigmatizados, responsabilizados pelas doenças que aplacavam a cidade do Rio de Janeiro, tal como a febre amarela, como se o pobre escolhesse não ter condições adequadas de higiene. Nesse sentido, é interessante observar a fala de João Vicente Torres Homem²⁷ ao se referir aos imigrantes portugueses residentes em cortiços:

[...] os portugueses da baixa classe, que aqui chegam aos milhares no último grau de miséria, morrem em grande quantidade [...] devido à falta absoluta de cuidados higiênicos. Alguns privam-se destes cuidados por que a isso os força o minguado salário que ganham; outros porém vivem miseravelmente, sujeitam o organismo a verdadeiras torturas só por espírito de ganância. (TORRES HOMEM apud CHALHOUB, 1996, p. 90)

A opinião expressa por Torres Homem, citada por Chalhoub (1996), enquadra o imigrante português em dois perfis: é sujo porque não possui rendas para manter-se limpo e saudável, ou conserva a sujeira por avareza e apego ao lucro. O segundo caso se enquadra perfeitamente à descrição de João Romão. Contudo, percebe-se que Torres Homem produz uma generalização grosseira no que tange ao imigrante português, assim como havia uma desclassificação em relação ao capoeira e ao negro (nos concentraremos nesse aspecto no capítulo seguinte). Erving Goffman (1988) lembra que a palavra estigma era utilizada para referir-se a alguém que era marcado, identificado socialmente como ser indesejável por motivo de alguma falta moral cometida. Os pobres certamente são seres socialmente estigmatizados. Mas, qual seria a falta moral cometida por eles? Para a personagem João Romão, o pobre torna-se desprezível quando se conforma em se manter pobre. Esse seria o pior dos pecados, contentarem-se com uma vida “selvagem”, no sentido naturalista; sobreviver: respirar, comer, dormir sem pretensões de ascensão social. Por esse motivo, sempre se sentira superior aos demais, pois era um homem ornamentado por sua ambição. O Brasil, paraíso edênico, promessa de riqueza fácil, era, na realidade, um desafio e não uma profecia. A inculcação da ideologia do trabalho produziu, por sua vez, o estigma social do pobre como responsável por sua penúria.

²⁷ Homem de grande influência no cenário político, tendo sido agraciado com os títulos de Dignatário da Ordem da Rosa, e de Barão de Torres Homem, este, por carta-de-mercê de 14 de julho de 1887.

Refletindo sobre a contemporaneidade, podemos observar que a ideologia da disciplina laboral produziu, por sua vez, uma culpabilização da pobreza, e posteriormente, uma criminalização da mesma. Um estigma que deixou vestígios fortes na sociedade brasileira é a associação imediata entre pobre morador de áreas inadequadamente urbanizadas, freqüentemente desprovidas de um Estado Social atuante e a marginalidade dos moradores. No período em que a obra *O Cortiço* foi escrita e o período ao qual ele se refere coincidem; essas habitações eram os cortiços, atualmente temos as favelas. Obviamente não estamos afirmando que os cortiços e as favelas possuíam realidades homólogas, pecaríamos em primeiro lugar por anacronismo ao tentar “igualar” temporalidades historicamente tão distintas bem como suas idiossincrasias, como o tráfico de drogas e armas presentes no segundo e não registrado no primeiro.

A semelhança entre ambos se encontra principalmente por meio da inclusão perversa de seus moradores no chamado submundo: prostituição, violência e subempregos, bem como na ausência de uma estrutura urbana adequada, entre outros aspectos. Além dos problemas citados, sofrem com o preconceito dos que enxergam no pobre um marginal, e esse estigma se torna manifesto nas práticas policiais em relação aos moradores. Não se entra legalmente em um cortiço, se invade; sendo os maus tratos para com a população periférica recorrentes. Em *O Cortiço*, Aluísio descreve uma cena na qual ocorre um conflito entre moradores. O dono, João Romão, manda chamar a polícia, cuja presença causava pavor aos residentes dos cortiços.

Não entra a polícia! Não deixa entrar! Agüenta! Agüenta!

- Não entra! Não entra! Repetiu a multidão em coro.

E todo o cortiço ferveu que nem panela ao fogo.

[...] Não entra! Não entra!

E berros atoadores respondiam às pranchadas, que lá fora se repetiam ferozes.

A polícia era o grande terror daquela gente, por que, sempre que penetrava em qualquer estalagem, havia grande estrupício: à capa de evitar e punir o jogo e a bebedeira, os urbanos invadiam os quartos, quebravam o que lá estava, punham tudo em polvorosa. Era uma questão de ódio velho. (AZEVEDO, 1995. p. 122-123).

O receio que os moradores tinham das autoridades policiais era justificado pela experiência sempre traumática em sua relação com os profissionais da área de segurança, uma vez que não havia respeito entre as partes. A polícia não adentrava nesses territórios para proteger a população pobre, mas para puni-la, mantendo-a sob constante suspeita. Trata-se de um exemplo clássico de criminalização da pobreza. O pobre aparece não como aquele que deve ser protegido, mas como aquele de quem se deve ser protegido.

Uma vez que a ação da polícia era percebida pelos moradores não como medidas de proteção, mas como punição e perseguição, perguntamos: como era feita a justiça entre os moradores? Através da justiça popular, que não ocorre por meio de dispositivos legais, mas de táticas que a subvertem em busca do atendimento imediato das necessidades dos populares. Como tática, adotamos o conceito de Michel de Certeau, o qual a define como “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem, portanto, com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o outro.” (CERTEAU, 2011, p. 45). A tática só encontra sua “materialidade” na presença do outro, com quem se deseja produzir uma ação baseada geralmente no imprevisto para subverter engenhosamente uma situação.

Um dos momentos em que isso ocorreu em *O Cortiço* foi quando da gravidez de Florinda, filha de Marciana. Esta engravidou de um funcionário da venda de João Romão, conhecido como Domingos, o qual não desejava assumir matrimônio com Florinda. Revoltada com o ocorrido, Marciana, amparada de outras mulheres do cortiço, foram cobrar a “reparação” do capital simbólico da honra de sua filha.

[...] Marciana sem largar a filha, invadira a casa de João Romão e perseguia Domingos que preparava já sua trouxa.

— Então? Perguntou- lhe. Que tenciona fazer? Ele não deu resposta.

— Vamos, vamos, fale! Desembuche!

— Ora lixe-se! Resmungou o caixeiro; agora muito vermelho de cólera.

__ Lixe-se, não!... Mais devagar com o andor! Você há de casar: ela é menor! Domingos soltou uma palavrada, que enfureceu a velha.

__ Ah, sim? Bradou esta. Pois veremos!

(AZEVEDO, 1995, p. 99)

A negativa do pai da criança de Florinda em relação ao casamento acirrou os ânimos já inflamados pelo simples fato do defloramento da adolescente; o pouco caso proveniente de Domingos feriu os brios das mulheres que se identificaram com a figura materna de Marciana. Castigar o deflorador configurava-se no ato dar o exemplo, passar a mensagem de que sua honra seria defendida por bem ou por mal.

__ Mas onde está esse ordinário?

__ Saia o canalha!

__ Não deixa sair!

[...] Pois então o homem que case! Responderam.

__ Ou nos dê cá o patife! Fugir é que não! Não foge! Não deixa fugir!

__ Ninguém se arrede!

(AZEVEDO, 1995, p. 100)

A ameaça era de linchamento, mas apenas não foi levada a cabo porque o patrão de Domingos, João Romão, comprometeu-se a pagar o sustento da criança. Promessa nunca cumprida, o que conduziu a jovem Florinda à prostituição e a uma miséria mais cruel do que a pobreza em que outrora vivera, pois não havia mais o amparo da família, ou dos amigos, os quais a desprezavam, pois além de pobre era agora também mãe solteira.

Marciana, nunca se recuperara da perda da filha que partiu de casa e “entrou na vida”; ficara em um estado de apatia, um tanto catatônica. Não lhes respondia o que lhes perguntavam, parecia alheia à realidade. Insensível ao estado de espírito da inquilina, João Romão ordena que ela desocupe o cômodo que então a estava alugando, posto que sua depressão a desabilitou para o trabalho.

João Romão falou-lhe; ela nem sequer se voltou para ouvir. E o vendeiro, cada vez mais excitado, foi buscar dois homens e ordenou que esvaziassem o número 12.

__ Os tarecos fora! Aqui mando eu! Aqui sou o monarca!

E tinha gestos inflexíveis de déspota.

Principiou o despejo.

__ Não! Aqui dentro não! Tudo lá fora! Na rua! Gritou ele, quando os carregadores quiseram depor no pátio os trêns de Marciana. Lá fora do portão! Lá fora do portão!

E a mísera, sem opor uma palavra, assistia ao despejo, acocorada na rua, com os joelhos juntos, as mãos cruzadas sobre as canelas, resmungando.

(AZEVEDO, 1995, p. 115)

João Romão ingressara sem recursos financeiros em nosso país. Porém, à custa não somente do trabalho penoso e da árdua economia que exercia em seu cotidiano, como também graças às suas artimanhas de explorar o trabalho alheio por muito pouco, trapacear nas pesagens de sua venda, roubar na calada da noite materiais de construção com os quais construiu o cortiço, conseguiu sair da pobreza. À medida que se afastava desse status econômico, menos tolerava os pobres. Em sua perspectiva, estes assim o eram por que não haviam se esforçado o suficiente ou não eram tão espertos para sair dessa condição. João Romão estava impregnado com a ideologia da culpabilização da vítima: era pobre quem merecia sê-lo. Sobretudo, quem não havia incorporado o espírito capitalista: o de trabalhar e produzir muito e poupar mais ainda. Os sujeitos inaptos a uma disciplina lhe causavam horror. Por esse motivo, a presença do vagabundo ou improdutivo, como o velho e a criança, era-lhe insuportável. Vejamos nos exemplos a seguir:

- Com Marciana, ex- moradora do cortiço, miserável:

Nesse dia serviu mal e porcamente aos fregueses; tratou aos repelões a Bertoleza e, quando, já as cinco horas, deu com Marciana, que, uns negros por compaixão haviam arrastado para dentro da venda e disparatou:

— Ora bolas! Para que diabos me metem em casa este estupor?! Gosto de ver tais caridades com o que é dos outros! Isto aqui não é coito de vagabundos! (AZEVEDO, 1995, p. 118)

- Em relação a Libório, velho e pedinte:

“Sai tu do caminho, fona de uma figa! Não sei que diabo fica fazendo cá no mundo um caco velho como este, que já não presta para nada!” (AZEVEDO, 1995, p. 115)

Em *O Cortiço*, a população pobre é sempre alvo de vigilâncias e coerções permanentes, sendo, ao mesmo tempo, disciplinada, impelida a incorporar um *ethos* do trabalho. Personagens como Rita Baiana e, posteriormente, seu amante Jerônimo, tentam subverter essa lógica não se submetendo ao trabalho contínuo e à disciplina. Sevcenko (1999) expõe também as tentativas de enquadrar a pobreza ao projeto de modernização, revelando que sua tarefa foi produzir o progresso sem dele usufruir plenamente.

5. O discurso raciológico no Brasil

5.1 Considerações referentes ao uso do conceito de raça

Antes de nos determos para iniciarmos nossa análise do capítulo, abriremos um espaço para explicar o porquê de adotarmos o termo “raça” nesse trabalho. Sabemos que devido às trágicas conseqüências da Segunda Guerra Mundial, (período em que as raças foram utilizadas para justificar a dominação e até a aniquilação de povos), buscou-se abolir o conceito “raça” do discurso científico. Algumas das áreas do conhecimento que trabalhavam diretamente com o termo eram a Biologia e a Sociologia/Antropologia. A Biologia passou a adotar a palavra população para substituir raça uma vez que o conceito fora descartado.

O que significa a não existência de raças humanas para a biologia? Significa que as diferenças internas, digamos aquelas relativas às populações africanas, não são maiores do que as diferenças externas, aquelas existentes entre populações africanas e populações européias, por exemplo. Ou seja, é impossível definir geneticamente raças humanas que correspondam às fronteiras edificadas pela noção vulgar, nativa, de raça. (GUIMARÃES, 2008, p. 65)

Nas Ciências Sociais, raça aparece como categoria êmica, ou seja, nomenclatura própria do campo e empregada como categoria de análise. Conforme dito anteriormente, o conceito de raça deixou de figurar no discurso científico, mas foi ressuscitado pelas reivindicações de movimentos sociais tais como o Movimento Negro Unificado. Todavia, a superação do termo raça como categoria analítica já teria ocorrido nos anos trinta com a obra de Gilberto Freyre, quando o autor concentra seu eixo analítico no conceito de cultura. Para Antonio Sergio Alfredo Guimarães (2008), o termo nativo raça foi adotado como tentativa de “justificar” o lugar do negro para o colonizador: a escravidão. Dessa forma, os africanos aqui trazidos pelo tráfico negreiro, de diferentes nacionalidades, foram, digamos desterritorializados, destituídos de identidade, reduzidos ao rótulo simplório e utilitário: negro/escravo. Ainda segundo o mesmo autor, foi devido à crescente quantidade de libertos e descendentes destes que o termo “cor” passou a ser mais utilizado que o termo raça.

Embora cientes do desuso do termo raça, como categoria explicativa para as sociedades humanas, é imprescindível fazer uso deste no texto que segue. Isso porque o processo que conduz a superação do termo raça ainda não havia ocorrido na época abordada pela obra de Aluísio Azevedo. O *Cortiço* está impregnado pela atmosfera intelectual e política de sua época e a perspectiva raciológica está evidenciada na obra. Por esse motivo, utilizá-la-emos. Concordamos com Guimarães (2008) quando este ressalta:

Os conceitos só fazem sentido num mundo teórico determinado, não faz sentido sair daqui para aplicar ali este discurso teórico sem referências concretas, porque faltaria história, e esses [sic] conceitos se articulam numa determinada história e numa determinada teoria. (GUIMARÃES, 2008, p. 65)

5.2. Raça no discurso científico brasileiro

Renato Ortiz (1994) define como “sincretismo científico”, as teorias raciais do século XIX. Os intelectuais representantes dessa corrente de pensamento foram Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha. Os autores citados não constituíram uma “escola”, posto que cada um se apropriou de termo “raça” com olhares diferentes. As influências marcantes da intelectualidade brasileira no início do século foram o darwinismo social, o positivismo de Comte em sua primeira fase e o evolucionismo de Spencer. Produziram-se interpretações da história brasileira sob a perspectiva determinista, como é o caso da análise de Euclides da Cunha, onde o meio e a raça são fatores que formam o homem. Isso fica patente em sua obra mais clássica, *Os Sertões*, através de sua própria divisão: *A terra*, *O homem* e *A luta*. Conforme Ortiz (1994) no discurso científico adotado como paradigma pela *intelligentsia* brasileira, o atraso do país estaria vinculado ao clima e a raça.

A interpretação do Brasil como nação mestiça, o deslocamento da análise da perspectiva da raça para a da cultura, e a miscigenação como um construto positivo são aspectos relativamente recentes, tendo como seu grande expoente Gilberto Freyre, o qual, foi notoriamente influenciado por Franz Boas. *Casa-grande & Senzala*, segundo Ortiz (1994), constitui-se em uma “carteira de identidade nacional”, assegurando uma positividade da mestiçagem. Porém a incorporação do

conceito de mestiçagem já fora anteriormente utilizada por intelectuais brasileiros e visitantes estrangeiros. Lilia Moritz Schwarcz (1993) esclarece que no segundo metade o século XIX era lugar-comum os discursos que identificavam o Brasil como um país mestiço. Contudo, a mestiçagem era observada como um elemento negativo e para alguns pensadores, transitório. João Batista Lacerda, na época diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, pronunciou-se no I Congresso Internacional das Raças, no qual defendeu o argumento de que o Brasil até então mestiço acabaria por torna-se branco, encaminhando com isso a solução dos problemas relativos ao atraso da nação. Acerca dessa declaração de Lacerda, Schwarcz (1993) elucida:

O autor reconstruía, por meio de imagens, não só com argumentos como perspectivas de época. O país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas mediante uma seleção natural (ou quiçá milagrosa), levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco. (Schwarcz, 1993, p. 12)

Ressalta Schwarcz (1993) que era freqüente a presença de naturalistas, visitantes de outros países que, vinham em busca dos elementos exóticos, flora e fauna tropical e deparavam-se, não sem algum assombro, com a “mistura das raças”. Tal mistura foi interpretada como uma anomalia, contribuindo para a fraqueza do corpo e da alma do brasileiro. Schwarcz (1993) cita o depoimento de Louis Agassiz, norte-americano que levava a sua terra natal, o que para ele seria um “fiel depoimento da degradação das raças”, perante a miscigenação:

Que qualquer um que divide dos males da mistura das raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental (AGASSIZ, 1868, p. 71 apud SCHWARCZ, 1993, p. 13)

Ao intitularmos esse capítulo de “O discurso raciológico no Brasil”, é preciso deixar claro: discurso de quem? Mencionamos a presença de viajantes estrangeiros e intelectuais brasileiros, e sobre esses últimos teceremos algumas considerações. Schwarcz (1993) aponta que a Antropologia e a Etnologia ganharam espaço nas publicações do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no qual se reunia parte da elite intelectual brasileira nos oitocentos. As disciplinas supracitadas foram conquistando uma área de atuação diferente das demais, tais como História e Geografia. Sua proposta foi a de incluir grupos sociais por ora relegados a um segundo plano nas disciplinas tradicionais. Em outras palavras, grupos como os negros e indígenas foram objetos de estudo do IHGB, mas sob o prisma conservador. Aos indígenas, foi conferido o papel de representante das origens brasileiras. Contudo, para este haveria “salvação”, contanto que fosse catequizado pelos jesuítas e/ou civilizado. “Poder-se-ia então promover a instrução desses míseros filhos das florestas, avezando-os igualmente ao doce jugo do trabalho [...]” (SCHWARCZ, 1993, p. 111). O índio era descrito com um ser dócil, pronto para torna-se “útil ao país”, passível de ser “civilizado”; já ao negro eram atribuídas as piores críticas: “Os negros representam um exemplo de grupo incivilizável, afirmava um artigo publicado em 1891; “As populações negras vivem no estado mais baixo de civilização humana”. (SCHWARCZ, 1993, p. 111).

Esse discurso ganhava apoio no próprio IHGB. Em 1844, a referida instituição realizou um concurso, cujo título era: Como escrever a história do Brasil. O vencedor foi o alemão, correspondente e também sócio do IHGB, Karl Friedrich Philip Von Martius. Sua tese versava sobre a miscigenação e trazia em caráter conclusivo a idéia de que os primeiros homens a habitarem o planeta foram negros, depois vermelhos e por fim, os brancos; com a evolução dos tempos, o negro seria o primeiro tipo humano a desaparecer, depois o vermelho (o que supomos, sejam os indígenas) e o branco reinaria soberano. Schwarcz (1993) afirma que para Von Martius:

Ao branco, cabia representar o papel do elemento civilizador. Ao índio, era necessário restituir sua dignidade original ajudando-o a galgar os degraus da civilização. Ao negro, [...] restava o espaço da detração, uma vez que era entendido como fator de impedimento ao progresso da nação: ‘ Não há dúvida que o Brasil teria tido, diz Von

Martius, 'uma evolução muito diferente sem a introdução dos míseros escravos negros'. (SCHWARCZ, 1993, p. 112)

O trecho supracitado expressa a percepção que a “elite intelectual” tinha sobre as raças, vendo-as de forma hierarquizada, com papéis diferentes na sociedade brasileira. As ideologias que pregavam a inferioridade do negro encontram registro na obra de Azevedo através de Bertoleza.

Ele propôs- lhe morarem juntos, e ela concordou de braços abertos, feliz em meter-se de novo com um português, por que, como toda a cafuza, Bertoleza não queria sujeitar- se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua. (AZEVEDO, 2001, p. 17)

Tem-se um caso de violência simbólica, a qual a vítima incorpora o racismo contra si. O discurso raciológico estava tão presente na sociedade brasileira no período em que a obra foi escrita, que na descrição dos personagens de O Cortiço, há recorrentemente uma referência à negritude do personagem. Vejamos os exemplos a seguir:

a) primeira descrição de Bertoleza:

“Bertoleza, **crioula** trintona, escrava de um velho cego residente em Juiz de Fora e amiga com um português que tinha uma carroça de mão e fazia fretes na cidade.” (AZEVEDO, 2001, p. 15)

b) Marciana - moradora do cortiço e lavadeira:

“Marciana que, com o seu tipo de **mulata** velha, um cachimbo ao canto da boca, cantava toadas monótonas do sertão.” (AZEVEDO, 1995, p. 48).

c) Os empregados do Miranda:

A criadagem da família do Miranda compunha-se de Isaura, **mulata** ainda moça, moleirona e tola, que gastava todo vintezinho que pilhava em comprar capilé na venda de João Romão; uma **negrinha** virgem, chamada Leonor, muito ligeira e viva, lisa e seca como um moleque, conhecendo de orelha a vasta tecnologia da obscenidade, e dizendo, sempre que os caixeiros ou fregueses da taverna, só

para mexer com ela, lhe davam atacações: “Óia, que eu me queixo ao juiz do orfe!” e finalmente o tal Valentim, **filho de escrava** que foi de D. Estela e a quem esta havia alforriado. (AZEVEDO, 2001, p. 31).

Nas descrições dos personagens, observemos que, após o nome, surge alguma palavra que indique a cor da pele e, logo após, uma característica psicológica relacionada à mesma ou a associação de algum hábito supostamente comum a estes tipos humanos. Exemplo: mulata velha com cachimbo na boca; crioula escrava; mulata moleirona e tola. Em alguns casos, temos a narração de situações mais comuns a esses personagens: é o caso de Leonor, que era freqüentemente assediada verbalmente e que por isso conhecia de ouvido “toda a tecnologia da obscenidade”; o que deveria ser relativamente comum: uma moça virgem, mas pobre e negra escutava comentários indecentes, e ninguém levava a sério suas ameaças: Óia, que eu me queixo (queixo) ao juiz do orfe (órfã)!”

Um detalhe que não deve ser ignorado pelo leitor é que quando um personagem é identificado enquanto crioulo ou cafuzo, isto não significa que eles o sejam propriamente. Um mesmo personagem é concomitantemente vislumbrado como negro, cafuzo e crioulo. Apreende-se apenas que tais personagens são de pele escura. E provavelmente, foi uma maneira de Aluísio retratar o desconhecimento dos próprios sujeitos a respeito dessas classificações. Como pessoas simples, pobres e sem instrução (salvo raras exceções), os personagens não diferem as classificações: negro, mulato, cafuzo, caboclo, ou nas nomeações pejorativas, crioulo.

5.3 Bertoleza : A condição de mulher pobre, negra e escrava

Na obra *O cortiço*, há uma personagem que perpassa toda a trama, desde as primeiras páginas até o momento mais tenso do final da narrativa, esta é Bertoleza. É definida psicologicamente por dois aspectos: a lealdade a João Romão e a disposição para o trabalho.

Bertoleza representava agora ao lado de João Romão o papel tríplice de caixeiro, de criada e de amante. Mourejava a valer, mas de cara alegre, às quatro da madrugada estava já na faina de todos os dias, aviando o café para os fregueses e depois preparando o almoço para os trabalhadores de uma pedreira [...] Varria a casa, cozinhava, vendia ao balcão na taverna, quando o amigo andava ocupado lá por fora; fazia a sua quitanda durante o dia no intervalo de outros serviços, e à noite passava-se para a porta da venda, e, defronte de um fogareiro de barro, fritava fígado e frigia sardinhas [...]. E o demônio da mulher ainda encontrava tempo para lavar e consertar a roupa de seu homem. (AZEVEDO, 2001, p. 17- 18)

O comportamento de Bertoleza coaduna-se com a visão de Rufino dos Santos (2000), segundo a qual o negro na sociedade brasileira para “se classificar” deveria trabalhar de forma implacável para provar que não era vagabundo, ou delinqüente, estando o negro pobre freqüentemente sob tal suspeita. Caberia esforçar-se mais que o branco pobre para conseguir alguma consideração. Freyre (1961) aponta para a estrutura que alicerçou o estigma do negro como inferior: a sociedade escravista.

Durante os séculos XVIII e XIX, teriam convivido duas teorias acerca da negritude: uma se fundamentava na superioridade da raça ariana como assinala Schwarcz (1993) e outra defendia “a livre incorporação dos negros e mulatos à sociedade brasileira, sua ascensão às responsabilidades políticas e intelectuais. “(FREYRE, 1961, p. 28). Do mesmo modo que os intelectuais divergiam a respeito do papel de negros e mestiços entre seres passivos e ativos, a perspectiva desses atores também variava. Freyre (1961) relata o caso de um bacharel e advogado negro que em 1834 revoltara-se com as oportunidades negadas aos seus irmãos de cor: “[sic] querem que um pobre de cor não passe de um simples artista; querem dar-lhes uma esmola do que franquear-lhe aquellas condecorações, e lucros, que por direito lhe pertencem” (FREYRE, 1961, p. 28). Estava no cerne da aristocracia

delegar os ofícios mais degradantes aos negros e mulatos; Gilberto Freyre (1961) ilustra seu ensaio *Sobrados e Mucambos* com um exemplo emblemático. Um capitão–mor antes de assumir o referido cargo “era negro”, agora que atingiu tão grandiosa patente não mais era identificado com tal, tendo em vista a impossibilidade de um negro na sociedade imperial alcançar tamanho prestígio e poder.

Em *O Cortiço*, Bertoleza vivia esse sentimento de ambigüidade em relação à sua condição de escrava: “Seu dono comia-lhe a pele do corpo! Não era brinquedo para uma pobre mulher ter de escapar pr’ali todos os meses, vinte- mil réia em dinheiro!” (AZEVEDO, 2001, p. 15-16). Incomodava-lhe o fato de ter que ser explorada pelo dono e ainda trabalhar durante o descanso para outras pessoas em busca de amealhar alguma quantia para comprar sua alforria. No entanto, ao ser informada sobre a suposta morte de seu dono, exclama: “– Coitado! A gente se queixa é da sorte! Ele, como meu senhor, exigia o que era seu!” (AZEVEDO, 2001, p. 17). Os sentimentos da personagem são contraditórios, porém compreensíveis, pois, por um lado, demonstra a infelicidade sobre sua condição, através de um desabafo, mas, por outro lado, ao aceitar que o dono “só exigia o que era seu”, expressa o conformismo, calcado na desesperança em uma mudança social.

A certeza da personagem de que seu futuro dependia de seu esforço extremo foi moldando sua relação com João Romão: “Bertoleza, sempre suja e tisonada sempre sem domingo nem dia santo, lá estava ao fogão, mexendo as panelas e enchendo pratos.” (AZEVEDO, 1995, p. 61). Toda a sua dedicação assentava-se na fé de que o patrão e amante a recompensaria com um amparo na velhice. Freyre (1961) nos informa que as relações nas casas patriarcais eram bastante diversas das que ocorriam nas casas-grandes.

Os senhores dos sobrados e os negros libertos, ou fugidos, moradores dos mucambos, foram se tornando extremos antagônicos, bem diversas, as relações entre eles, das que haviam se desenvolvido, entre senhores das casas- grandes e negros de senzala, sob o longo patriarcado rural. (FREYRE, 1961, p. 30)

O escravo configurava-se no real instrumento para medir a fortuna do setor agrário, posto que exigia-se uma significativa quantia de crédito para adquiri-lo. Nesse sentido, cabia ao senhor da casa-grande zelar pela durabilidade de seu mais precioso bem, do ponto de vista econômico (FAORO, 2000). Essa relação “protecionista”, no sentido de proporcionar uma maior vida útil, a qual se converteria em trabalho e riqueza para o dono, inexistia no caso do negro liberto ou fugido, na medida em que este estava responsável por sua própria sorte, estando sujeito a não ter um teto e nem como se alimentar, condições mínimas disponibilizadas pelo escravocrata, embora que ao escravo impingiam-se inúmeros infortúnios degradantes.

[...] chorava em segredo, sem ânimo de reclamar os seus direitos. Na sua obscura condição de animal de trabalho, já não era amor o que a mísera desejava, era somente confiança no amparo de sua velhice, quando lhe faltassem as forças para ganhar a vida. E contentava-se em suspirar no meio de grandes silêncios durante o serviço de todo o dia, covarde e resignada, como seus pais que a deixaram nascer e crescer no cativo. (AZEVEDO, 1995, p. 188).

A relação entre Bertoleza (em sua suposta condição de mulher livre) e João Romão revelou-se de caráter utilitário. Mesmo “livre”, foi coisificada, tal como um objeto que perdeu a utilidade; Bertoleza decaiu de seu antigo *status* de amiga e amante, passando a ser adjetivada como estorvo.

[...] surgiu-lhe nítida ao espírito a compreensão do estorvo que o diabo daquela negra seria para seu casamento.

[...] Ainda bem que não tinham filhos! Abençoadas drogas que a Bruxa dera à Bertoleza nas duas vezes em que esta se sentiu grávida! Mas, afinal, de que modo se veria livre daquele trombolho?

[...] E se ela morresse?... (AZEVEDO, 1995, p. 151).

Comparemos o trecho acima com a descrição de Gilberto Freyre (1961), concernente às relações entre portugueses e mulheres negras: “Português geralmente considerado porcalhão e sumítico amigado com negra que trabalhava

servilmente para ele e a quem às vezes o “marinheiro” abandonava depois de tê-la explorado duramente.” (FREYRE, 1961, p. 462). É precisamente esse o quadro exposto em *O Cortiço*.

Quando não almejava uma posição de prestígio dentro da sociedade carioca, João Romão não se importava em dormir e morar com uma negra. Bertoleza de início fora excelente para seus negócios: um braço trabalhador, mulher sem luxos e de poucos gastos, sem perfumarias e roupas bonitas ou pinturas, agrados que seriam exigidos por mulheres de uma camada economicamente mais elevada. Tampouco precisava Romão despender dinheiro com enfeites para si. Suas “qualidades” de homem branco e português eram o bastante para impor amor e respeito por parte da companheira. Graças a essa rígida economia, foi possível produzir poupança e fazer fortuna para si. Com dinheiro no bolso, veio-lhe a mente o desejo de torna-se um homem “respeitável”. Para tanto, deveria incorporar os valores da elite, a começar pela negação de Bertoleza como igual. Logo, a imagem da pobreza e desleixo que outrora era cena comum, despertava-lhe agora terrores:

E tinha de estira-se ali, ao lado daquela preta fedorenta a cozinha e bodum de peixe! Pois, tão cheiroso e radiante como se sentia, havia de pôr a cabeça naquele mesmo travesseiro sujo em que se enterrava a hedionda carapinha da crioula! (AZEVEDO, 1995, p. 150).

A autocensura vinha de uma incorporação da censura do grupo social ao qual crescia o ímpeto de pertencer. Na figuração social específica que fora o Brasil nos oitocentos, especialmente o Rio de Janeiro, era desabonador viver de forma igualitária²⁸ com alguém considerado de raça inferior. “-É um filho da mãe! [...] É de muita força! Pena é estar metido com a peste daquela crioula! Nem sei como um homem tão esperto caiu em semelhante asneira!” (AZEVEDO, 1995, p. 184). A

²⁸ A relação de igualdade na convivência entre os dois se dava na medida em que os dois economizavam em absolutamente tudo, evitavam custos com prazeres “fúteis” como roupas, calçados, perfumes, mobília luxuosa etc, to do o dinheiro seria economizado, tanto João Romão quanto Bertoleza trabalhavam à exaustão. No entanto, as economias focavam sempre com Romão e nunca com Bertoleza. Portanto, a igualdade não era absoluta, mas chocava a “boa sociedade”; o fato de viver nas mesmas condições que estas sendo possuidor de fortuna e de cor branca.

pressão do grupo dominante se dava de forma objetiva através do não consentimento do matrimônio com Zulmirinha, filha do rico comerciante Miranda até que o pretense noivo se livrasse da companheira negra.

E a crioula? Como haveria de ser?

Era isto justamente o que, tanto o Barão como o Botelho, morriam para que lhe dissessem. Sim por que aquela boa casa que se estava fazendo, e os ricos móveis encomendados, e mais as pratas e as porcelanas que haviam de vir, não seriam decerto para os beijos da negra velha! (AZEVEDO, 1995, p. 188).

5.4 O mestiço

Na sociedade brasileira, o mestiço encontrou como principais veículos de ascensão social os cargos militares e a atividade bacharelesca. Ao definir os tipos humanos no Brasil imperial, Freyre (1961) os divide da seguinte forma:

Um tipo de senhor, outro de escravo. Mas havia um meio- termo: o mulato que vinha aos poucos desabrochando em bacharel, em padre, em doutor, o diploma acadêmico ou o título de capitão de milícias servindo-lhe de carta de branquidade. (FREYRE, 1961, p. 430)

Raymundo Faoro (2001) em *Os donos do poder* disserta acerca da participação de mulatos e negros nos cargos de milícia, o que acabou por desabonar ao longo do tempo tais profissões que outrora eram privilégio das famílias tradicionais e abastadas. Essa mesma temática é contemplada por Gilberto Freyre (1961). Contudo, o autor fornece considerável destaque a outro modo de ascensão: a sedução. “Pela beleza física e pela atração sexual exercida sobre o branco do sexo oposto é que, grande número de casos, se elevou socialmente o tipo mulato em nosso meio.” (FREYRE, 1961, p. 732). Freyre (1961) assinala que ocorriam com freqüência enlances matrimoniais entre brancos e negros. Na obra azevediana, temos o caso de Augusta: “Meu marido é pobre e é de cor, mas eu sou feliz, por que casei por meu gosto!” (AZEVEDO, 1995, p. 75).

Constantemente aliada aos encantos estéticos, estava a carta de bacharel. Deteremo-nos, todavia, no tocante à inclusão por meio do enlace amoroso ou sexual, pois é este o aspecto destacado na obra de Aluísio Azevedo, haja vista sua orientação naturalista.

Devemos notar a presença em *O cortiço*, da ideologia do “vigor do híbrido”. Nesta, os mulatos jovens são mencionados como criaturas detentoras de um carisma especial; parecem emanar um espírito de aventura e visões edênicas. Vejamos a relato de Rita Baiana:

A lua destoldara-se nesse momento, envolvendo-a na sua como de prata, a cujo refulgir os meneiros da mestiça melhor se acentuavam, cheios de uma graça irresistível, simples, primitiva, feita toda de pecado, toda de paraíso, com muito de serpente e muito de mulher. (AZEVEDO, 1995, p. 77).

A mulata é caracterizada pela sensualidade, vigor corporal e pelo cuidado de si. A descrição estética de Azevedo distancia-se da mais utilizada pelos baluartes do discurso raciológico brasileiro, entoado também por não brasileiros como o conde Arthur de Gobineau, francês residido no Rio de Janeiro por um ano e três meses, nos quais concluiu: “Trata-se de uma população mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia.” (RAEDERS, 1988, p. 96 apud SCHWARCZ 1993, p. 13)

E toda ela respirava o asseio das plantas brasileiras e um odor sensual de trevos e plantas aromáticas. Irrequieta, saracoteando o atrevido e rijo quadril baiano, respondia para a direita e para a esquerda, pondo à mostra um fio de dentes claros e brilhantes que enriqueciam a sua fisionomia com um realce fascinador. (AZEVEDO, 1995, p. 61).

Além dos atributos físicos ressaltados, percebemos que a personagem Rita Baiana é louvada por seus cuidados com a higiene pessoal, estando limpa e cheirosa, observação essa que se opõe enfaticamente à personagem Piedade, portuguesa, branca e esposa de Jerônimo, a qual exalava um odor desagradável por

não tomar banhos com freqüência, costume que trouxe consigo de Portugal devido ao clima frio em sua terra de origem.

Outra descrição bastante condizente com a pesquisa bibliográfica referente ao período histórico é a de Firmo, antigo amante de Rita.

Firmo [...] era um mulato pachola, delgado de corpo e ágil como um cabrito; capadocio de marca, pernóstico, só de maçadas, e todo ele se quebrando nos seus movimentos de capoeira. Teria seus trinta e tantos anos, mas não parecia ter mais de vinte e poucos. Pernas e braços finos, pescoço estreito, porém forte; não tinha músculos, tinha nervos. A respeito da barba, nada mais do que um bigodinho crespo, petulante, onde reluzia cheirosa a brilhantina do barbeiro; grande cabeleira encaracolada, negra e bem negra, dividida ao meio [...].(AZEVEDO, 1995, p. 66).

Para além do cuidado com o corpo, o mulato é representado como símbolo da intrepidez; nada o amedronta, exceto o temor de perder a honra, nesse caso, sendo essa mensurada pela valentia. Na ausência de um capital financeiro para resguardar, sobrou-lhe o simbólico.

A perspectiva de raça permeava o ambiente em que a obra *O Cortiço* foi escrita. É interessante notar o desfecho da trama em relação a duas personagens femininas que disputaram o mesmo homem: Rita Baiana e mulata nordestina e Piedade, portuguesa, mulher branca. Rita Baiana, nunca ascendeu socialmente, não se casou, valores caros à moral burguesa, por outro lado, sempre foi dona de sua vontade, suas relações amorosas são geridas pelo desejo e não por normas sociais. Continuou com seus pagodes, suas danças, suas farras, não houve homem que a moldasse. Por sua vez, Piedade vivenciou uma melancólica trajetória marcada pela decadência e perda dos vínculos sociais.

Pobre mulher! Chegara ao extremo dos extremos, coitada! Já não causava dó, causava repugnância e nojo. A pagaram-se-lhe os últimos vestígios de brio; vivia andrajosa, sem nenhum trato e sempre ébria, dessa embriaguez sombria e mórbida que não dissipa nunca. O seu quarto era mais imundo e pior de toda a estalagem; homens malvados abusavam dela, muitos de uma vez, aproveitando-se da quase completa inconsciência da infeliz. (AZEVEDO, 1995, p. 219)

O desfecho reservado a Piedade, mulher branca, que figurava no discurso em voga como raça superior, foi provavelmente a interpretação de Azevedo de que os sujeitos se tornam o que são mais em virtude das condições sociais em que vivem do que por seus genes. Rita viveu feliz por que sempre soube viver para si, ao passo que Piedade só vivia para a família; no instante em que esta se esfacela, a pobre mulher se vê sem função, sem utilidade, sem sentido e por isso entrega-se a uma sobrevivência errante. Rita, diferentemente de Bertoleza, fora bem sucedida porque não nasceu no cativeiro. Alúcio Azevedo, ao mesmo tempo em que apresenta as visões e representações sobre o negro (favoráveis e desfavoráveis), estabelece uma vitória do meio sobre a raça.

Nesse capítulo, percebemos que a obra de Azevedo consegue captar os diferentes discursos sobre o negro. Por um lado, vilipendiado pelo pensamento alicerçado na perspectiva do conceito de raça, por outro, exaltado em virtude do vigor físico, sua beleza e habilidades corporais. Simultaneamente, persiste a crítica a não incorporação desse físico vigoroso ao trabalho contínuo e disciplinado.

Considerações finais

A pobreza ontem e hoje: reflexões a partir de *O Cortiço* e além

Clifford Geertz (2009) em *Obras e Vidas* expõe uma interpretação de textos etnográficos de autores clássicos como Malinowski, Strauss e Evans-Pritchard, que conquanto a abordagem antropológica, parecem mitigar as barreiras entre o texto acadêmico e a escrita literária. Textos dotados de delicadeza e acuidade estética que, por vezes, confundem-se com prosa. Do mesmo modo, alguns textos literários possuem propriedades que lhe conferem caráter de fonte de informação sócioantropológica. Isso pode ser exemplificado na obra machadiana, por exemplo. Este autor em sua fase realista, insinua-se como uma espécie de historiador dos costumes bem mais efetivo que os profissionais da historiografia positivista do Instituto de História e Geografia Brasileira (IHGB). Assim também podemos assinalar a fase naturalista de Azevedo como marco na literatura brasileira e no pioneirismo de sua representação da pobreza.

O Cortiço foi o primeiro romance brasileiro a dar protagonismo a tantos personagens marginalizados pela sociedade brasileira: mendigos, trabalhadores informais, “capoeiras”²⁹, prostitutas, imigrantes etc. (ROCHA, 2009) A referida obra é um convite a atmosfera fervilhante de 1890. Quando nos deparamos com fontes produzidas oficialmente no período, os pobres surgem retratados pelas autoridades públicas tão-somente como um problema, que não possuem nome, sentimentos trajetórias que lhe relegaram a vida que possuem. É essa lacuna que a obra de Aluísio preenche. Durante os capítulos três, quatro e cinco, o leitor deve ter observado que comparações entre “cenas” do livro e acontecimentos históricos “reais” foram feitas à larga. Contudo, a ficção de Azevedo humaniza a pobreza. Conduz-nos ao lugar social do pobre, suas desventuras e batalhas cotidianas as quais compõem essas artes de fazer que se definem nas práticas em que não se vive como se deve, mas como se pode.

É emblemático o destino dos personagens: Leocádia flagrada em adultério foi expulsa da estalagem pelo marido. Ao ser questionada para onde iria, o que faria de

²⁹ Aqui a palavra surge com a dupla conotação, a de jogador de capoeira e a de marginal.

sua vida, responde simplesmente “Não sei, filha, por aí. Os cães não vivem?” (AZEVEDO, 1995, p. 91) A cena revela a condição de mulheres pobres que são destituídas de dignidade com o abandono do marido. Mais dramático foi o destino de Piedade, esposa preterida por Jerônimo. Esta que saiu de sua terra natal para seguir seu homem, foi constantemente humilhada pela paixão arrebatadora do mesmo pela mulata Rita Baiana. Caiu em depressão, ficou sem trabalho, sem dinheiro para pagar os estudos da filha, entregou-se ao alcoolismo e passou a viver da caridade de Pombinha, que após tornar-se prostituta, principiava o aliciamento de sua filha Senhorinha. Esta é lançada ao destino comum para mulheres jovens, de biótipo europeu no cortiço: o meretrício. “A cadeia continuava e continuaria interminavelmente; o cortiço preparando uma nova prostituta naquela pobre menina desamparada, que se fazia mulher ao lado de uma mãe ébria.” (Azevedo, 1995, p. 219) Por meio de suas personagens, Azevedo deu vida a sofrimentos sociais e trouxe de forma crua, provocações a uma sociedade que se preocupava em modernizar-se, tratando com dois pesos e duas medidas as vidas humanas.

Essa dissertação foi organizada da seguinte forma: em um primeiro momento, produzimos um levantamento do estado da arte, referente aos pilares teóricos pobreza, literatura e representação. Na segunda parte do trabalho, apresentamos nossas análises do texto *O Cortiço*, as quais foram dispostas nos terceiro, quarto e quinto capítulos.

A segunda parte da dissertação dedicada à análise do campo, inicia-se com o capítulo terceiro. Nele, é manifesto que o lugar simbólico dedicado ao pobre agrega a esse ator social uma dimensão estritamente negativa; o lugar onde a simples presença configura-se em um flagelo e por isso é preciso lançar mão de estratégias de hierarquização e distinção intragrupal.

Durante o capítulo quatro, exploramos a associação preconceituosa entre pobreza e marginalidade. Há de se perceber as estratégias das classes dominantes de criminalizar a pobreza, reduzir o pobre à categoria de nocivo, inimigo da boa sociedade, desumanizá-lo para investir contra ele de violência, isentando o Estado de responsabilidades contra esses malogrados sujeitos.

O quinto capítulo apresenta a discursividade acerca da negritude brasileira. Situamos o leitor a respeito do discurso racial que perpassava as ações políticas à época, e a matriz de pensamento mais comum nas classes abastadas. Outrossim, convivendo com essa interpretação que versava sobre uma inferioridade do negro e do mestiço, havia a perspectiva destes como criaturas edênicas, em especial no que tange à mulata. Em *O Cortiço*, Rita Baiana reunia qualidades como beleza e asseio exemplares, bem como a capacidade de dominar seus parceiros. Nessa obra, não é Rita que incorpora ativamente os elementos culturais do homem branco, é a mulata que “coloniza” o português, a mulher que arbitra sobre o homem. Contudo, não aparece na obra nenhum personagem negro letrado, o que revela a dificuldade de acesso desse às escolas de ensino básico e superior.

Neste trabalho, tivemos como objetivo ler um texto literário buscando realizar com ele uma crítica do documento histórico e social, ler um texto interrogando-o por elementos que estão para além da dimensão estética, dos recursos de estilo os quais seriam mais pertinentes aos estudos literários. Tal como Lukács (2000), investigamos os meandros nos quais foram gestados o romance, quem o escrevera, a que classe pertencia e a que interesses estava relacionado, qual a sua vinculação intelectual e/ou política. A que se propunha? Quem era o autor? Quando e para quem escrevera? Tais perguntas guiaram nosso empreendimento interpretativo em busca de uma representação do pobre na literatura brasileira naturalista, mediante a obra *O Cortiço*.

Tal como o fez Telles (1999), almejamos não considerar os personagens pobres como: “‘problemas sociais’ plenamente objetivados na ordem de suas determinações e causalidades.” (TELLES, 1999, p. 5)

Ao revés dessa suposta objetividade de um problema social passível de ser gerenciado tecnicamente, na voz desses sujeitos se enunciam outros universos de valores. Aspiraões e esperanças, desejos e vontades de ultrapassamento das fronteiras reais e simbólicas dos lugares predefinidos em suas vidas, sonhos de outros mundos possíveis, mundos que valham a pena ser vividos. (TELLES, 1999, p. 5)

E quem eram os pobres ontem e como vivem hoje? Conforme vimos ao longo desse texto dissertativo, especialmente na revisão de literatura, a pobreza possui faces diversas. Entretanto, há algo que permeia a situação do pobre de modo geral: a alienação. Esta deve ser tomada em um sentido amplo. O pobre fora alienado das condições materiais de fornecer para si uma vida digna, expropriado dos meios de produção, como frisou Marx e do acesso aos bens culturais que permitiriam ascensão social, tais como capacitação adequada para o ingresso no mercado formal de trabalho. E assim como indicaram Castel (1998) e Paugam (2008), a perda da capacidade de ser responsável por seu sustento, seu consumo e seu lazer, freqüentemente ocasiona uma falta de confiança em si mesmo, o enfraquecimento dos vínculos sociais, a perda da dignidade. A pobreza é compreendida nesse trabalho por duas dimensões complementares: a do ponto de vista das condições materiais e como modo de vida.

Falar do pobre é falar dos direitos sociais que lhes foram negados, direitos esses que “mal ou bem garantem prerrogativas que compensam a assimetria de posições nas relações de trabalho e poder, e fornecem proteções contra as incertezas da economia e os azares da vida. (TELLES, 1999, p.2). Nesse sentido, a política de assistência tende a estabelecer o mínimo de solidez em “tempos líquido-modernos”.

Outra questão imanente à temática da pobreza e segregação social diz respeito à cultura política. Esta que de Dom Pedro I a Getúlio Vargas contou com elementos paternalistas, onde as massas eram apaziguadas por meio de medidas paliativas, pequenos melhoramentos, o que dava a impressão de que estavam sendo “cuidadas por um pai”, e que conferia à política de Estado uma personalidade. Na perspectiva de Raymundo Faoro (2000), a população no geral se viu alienada das decisões e da atividade política no sentido pleno. Além do patrimonialismo, ou seja, do uso da coisa pública para fins particulares, era abundante a corrupção que ocorria desde a distribuição de cargos a pessoas de interesse pessoal até a compra de votos. Para Faoro (2000), nossa política, apesar de algumas adequações modernas, é, em seu âmago, conservadora, onde o estamento que governa para si tem obtido sucesso na tarefa de alienar a participação efetiva das massas. Assim, o patriarcalismo político, que se define por não permitir a verdadeira autonomia dos

que estão sob seu jugo. Ainda está presente na sociedade brasileira, sendo este um desafio a ser superado na contemporaneidade.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Mauricio de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 2006.

ALUÍSIO Azevedo: vida e obra. Disponível em : <<http://www.academia.org.br>> Acesso em: 6jun. 2011.

ARAÚJO, Neyára de Oliveira. Novos pobres: o que há de novo? **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, vol.27, n1, p. 86- 98, 1996. Dossiê: Pensamento Social e Literatura.

AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. 36. ed. São Paulo: Ática, 1995.

AZEVEDO, Otacílio de. Elegia ao Passeio. Público. In: **Fortaleza descalça: reminiscências**. Fortaleza: Ed. UFC. Casa José de Alencar, 1992. p. 52-81.

BAUER, Martin W., GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida a crédito**: conversas com Citlali Rovirosa- Madrazo. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética**: A teoria do romance. São Paulo: EDUNESP/HUCITEC, 1993.

BECKER; Howard S. **Falando da sociedade**: ensaio sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BENEVIDES, Mário Henrique Castro; VIEIRA, Maria Sulamita de Almeida; Universidade Federal do Ceará. **Sertões em guerra**: civilização e mudança social em Euclides da Cunha. 2009. 138 f.; Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Sociologia, Fortaleza-Ce, 2009.

BERGER; Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção Social da Realidade**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BERNADE, Anita Guazzelli; HOENISCH, Julio César Diniz. Subjetividades e eidentidades: possibilidades de interlocução da Psicologia Social com os Estudos Culturais. **Psicologia Social nos Estudos Culturais**: perspectivas e desafios para uma nova Psicologia Social. Petrópolis, Vozes, 2003, p. 95- 126.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 38. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2008.

_____. Algumas propriedades dos campos. In: _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983. p.89-161.

CÂNDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

_____. **Literatura e Sociedade**: estudos de teoria e história literária. 2ed. São Paulo: Companhia Nacional, 2000.

_____. **Iniciação à Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

_____. **Vários Escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros**: crime segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 17 ed. Petrópolis: vozes, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A história contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 2001.

_____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTEL, Robert. Da indignação à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, Antonio (Org.). **Saudeloucura 4: grupos e coletivos**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DIAS, Luiz Sergio. **Quem tem medo da capoeira?** (1890-1904) Rio de Janeiro: Arquivo geral da cidade do Rio de Janeiro, 2001.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora Graal, 1986.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____; JUNGSMANN, Ruy. **O processo civilizador VOL 1**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

_____. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

_____; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2000.

FACINA, Adriana. **Literatura e sociedade**. (Coleção Ciências Sociais Passo-a-Passo). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 15. ed. São Paulo: Globo, 2000.

FERNANDES, Cleudemar Alves; GAMA-KHALIL, Marisa Martins; ALVES JÚNIOR, José Antonio. (Orgs). **Análise do discurso na literatura**: rios turvos de margens indefinidas. São Carlos: Claraluz, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. Literatura e linguagem. In: MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001a. p. 65-99.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo: Hucitec/Edufba, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. **Interpretação do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros. nº 56. Rio de Janeiro. Liv. José Olympio Editora. 1947.

_____. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Fortaleza: Academia Cearense de Letras, 1961.

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura européia: 1400-1700**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2009.

_____. O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

GOLDMANN, Lucien (Org.) **Sociologia da Literatura**. São Paulo: Mandacaru, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

_____. RAPOSO, Maria Celia Santos. **A representação do eu na vida cotidiana**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUARESCHI, Neuza; BRUSCHI, Michel. (Orgs.) **Psicologia Social nos Estudos Culturais: perspectivas e desafios para uma nova Psicologia Social**. Petrópolis, Vozes, 2003

GUIMARÃES, Alba Maria Zaluar. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. Cor e raça: raça, cor e outros conceitos analíticos. In: SANSONE, Lívio, PINHO, Osmundo Araújo. **Raças: novas perspectivas antropológicas**. 2ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia; EDUFBA, 2008. p. 63- 82.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Pobreza, sobrevivência e arranjos familiares. In: PORDEUS JR, Ismael; BARREIRA, César. (Orgs.) **Cultura, narração e identidade**. São Paulo: Terceira margem, 2000.

HALL, Stuart. "The work of representation". In: HALL, Stuart (org.) **Representation Cultural representation and cultural signifying practices**. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOVCHELOVITCH, S.; GUARESCHI, P. **Textos em representações Sociais**. Petrópolis, Vozes, 1994.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 4.ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LEPENIES. Wolf. **As Três Culturas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LUKÁCS, G. **A teoria do romance**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAUSS, Marcel; OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Antropologia**. São Paulo: Ática, 1968. 216p. (Grandes Cientistas Sociais; 11)

MARTINS, Maurício Vieira. Bourdieu e o fenômeno estético: ganhos e limites de seu conceito de campo literário. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 56, Outubro. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>

php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092004000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Abr. 2011.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. In: _____. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. 57-114p.

MARX, KARL. **A Origem do Capital**: a acumulação primitiva. São Paulo: Global Editora, 1977.

MELO E SOUZA, Laura de. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na idade média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo, UNESCO, 2001.

MOSCOVICI, S. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NOGUEIRA, João. **Fortaleza Velha**: crônicas. 2 ed. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais- uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, Bader. (Org.) **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 8. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.p. 62-93.

PAULINO, A. G. L. Lugar e poder simbólico em Riacho Doce. **Revista de Ciências Sociais**, v.42, n.1, jan/jun, 2011, p. 110-128.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade; vida e trabalho-1880-1920**. Porto Alegre: Edufrgs, 1994.

PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe. Representações Sociais como eixo analítico da investigação: construindo suportes teórico-metodológicos. In: _____. **Criança e**

adolescente no Brasil: porque o abismo entre a lei e a realidade. Fortaleza, CE: Editora UFC, 2006.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época.** Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza belle époque:** reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.

PORTELLI, Alessandro. "Tentando aprender um pouquinho". Algumas reflexões sobre a ética da História Oral. **Projeto História.** São Paulo: n.15, abril. 1997, p.13-133.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1957.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Algumas Experiências Urbanísticas do Início da República: 1890-1920.** São Paulo: FAUUSP, 1994.

RUFINO DOS SANTOS, Joel. Os pobres. In: _____. **Épuras do social:** como podem os intelectuais trabalhar para os pobres. São Paulo: Global, 2004.p. 23-75.

SADER, Emir. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SCOTT, Joan, W. Experiência. In: SIVA, Alcione Leite da; LAGO, Maria Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. (Org.) **Falas de Gênero:** teorias, análises, leituras. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.p. 39-76.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.

SIMMEL, Georg. El Pobre. In: **Sobre La individualidad y las formas sociales.** Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.p. 77-110.

SOARES, Luiz Eduardo; MV Bill; ATHAYDE, Celso. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

_____. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In: Perreira et al. **Linguagens da Violência**. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.

STAM, Robert. **Bakhtin**: da teoria literária a cultura de massa. São Paulo: Ática, 1992.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TELLES, Vera da Silva. No fio da navalha: entre carências e direitos. Notas a propósito dos programas de renda mínima no Brasil. **Revista Pólis**. São Paulo, n.º 30, Instituto Pólis, 1998. p.1-23.

_____. Pobreza e cidadania: figurações da questão social no Brasil moderno. In: _____. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001. p. 13-56.

_____. Sociedade Civil, direitos e espaços públicos. In: VILLAS-BOAS, Renata (org.) **Participação popular nos governos locais**. São Paulo: POLIS n.º 14, p.43-53, 1994.

_____. Direitos Sociais: afinal do que se trata? **Revista USP**, v. 37, 1998.p. 34-45.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A conquista da terra no universo da pobreza**. São Paulo: Hucitec, 1987.

ZIMA, Pierre V. Literatura e sociedade: para uma sociologia da escrita. In: Varga, A. Kibédi. **Teoria da literatura**. Lisboa: Presença, 1981.

ZOLA, Émile. **Do Romance**: Stendhal, Flaubert e os Goucourt. São Paulo: Ed. EDUSP, 1995.

WAIZBORT, Leopoldo. Erich Auerbach sociólogo. **Tempo social**, São Paulo, v. 16, n. 1, Junho 2004. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 abr. 2011.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Punir os Pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2001.

WARWICK, Jack. Um Caso-Tipo de Aplicação de Método Sociológico: os escritores canadenses franceses e sua situação minoritária. In: GOLDMANN, Lucien (Org.). **Sociologia da Literatura**. São Paulo: Mandacaru, 1989.

WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Economia e Sociedade:** fundamentos de uma sociologia compreensiva. Brasília: UNB, 1991.